UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE ESTUDOS DO SEMI-ÁRIDO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

PRODEMA

Dissertação de Mestrado

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: NUMA PROPOSTA DE SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Ronise Nascimento de Almeida

São Cristóvão, SE, Brasil.

2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

RONISE NASCIMENTO DE ALMEIDA

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: NUMA PROPOSTA DE SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi-Árido, da Universidade Federal de Sergipe - UFS, para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.**

Orientadora: Drª.Maria Augusta Mundim Vargas

São Cristóvão - SE

Fevereiro de 2006

Almeida, Ronise Nascimento de
A447o Organizações sociais : numa proposta de sustentabilidade em assentamentos rurais / Ronise Nascimento de Almeida. – São Cristóvão, 2006.
150f : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2006.
Orientador: Drª. Maria Augusta Mundim Vargas.

1. Organizações sociais. 2. Sustentabilidade – Indicadores. 3. Assentamentos de trabalhadores rurais – Sergipe. I. Título.

CDU 316.55:504.06:332.2.021.8(813.7)

© 2006
Todos os direitos autorais reservado a Ronise Nascimento de Almeida. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.
Endereço: Rua Matilde Silva Lima, Cond. Praias do Caribe, Edifício Santa Lúcia Aptº 701, Bairro Luzia. Fone (0xx) 71 9965-8526. End. Eletr: ronisedealmeida@hotmail.com

Universidade Federal de Sergipe
Núcleo de Estudos do Semi-Árido - NESA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: NUMA PROPOSTA DE SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Elaborada por

Ronise Nascimento de Almeida

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Drª. Maria Augusta Mundim Vargas
(Orientadora)

_____

Dr. Fernando Fleury Curado
Embrapa Tabuleiros Costeiros

_____

Drª. Laura Jane Gomes
Universidade Federal de Sergipe - UFS

São Cristóvão – SE, 24 de Fevereiro de 2006.

DEDICATÓRIA

Ao meu amado Alceu Pedrotti, pelo constante estímulo, apoio e dedicação. Presença fundamental na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Onipotente!

Aos meus pais Edvaldo e Maria da Glória (Shirley) que mesmo distante fisicamente estiveram sempre presentes. Exemplos de amor e dedicação.

A meu Noivo, meu Amor e meu "porto seguro".

As minhas amadas sobrinhas Bruna e Ana Beatriz que nos momentos mais difíceis foram minhas forças e fontes de inspiração. Que lhes sirva de estimulo a busca permanente do saber.

Ao meu Irmão Roberto, pelo carinho e amizade sempre presente em minha vida de forma intensa e especial. A Glaide por fazer parte de nossas vidas...

À Universidade Federal de Sergipe em especial ao Núcleo de Pós Graduação e Estudos do Semi Árido (NESA) pela oportunidade de realização do mestrado.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudo, durante parte da realização do curso.

A Professora Drª. Maria Augusta Mundim Vargas, pelo privilégio de tê-la como orientadora, pela firmeza, sabedoria e dedicação com que orientou incansavelmente o trabalho, desde a elaboração do Projeto, a leitura atenta ao conteúdo, os comentários, críticas e sugestões de valor inestimável que permitiram a finalização deste trabalho.

Aos colegas do curso, com quem durante 24 meses, compartilhei angústias, esperanças, aprendizado, respeito mútuo e espírito de solidariedade, indispensáveis ao crescimento pessoal e profissional. Em especial a Tânia e Vânia que fizeram me sentir em casa mesmo estando distante. Pelo convívio, amizade e companheirismo**...** Foi muito bom conhece-las!!!!

As garotas (Sereias) do "Aquário": Anízia, Silvia, Flávia pelo apoio e carinho em todas as fases deste trabalho e pelas descontraídas e indispensáveis conversas.

As meninas da secretaria do NESA pela ajuda, disponibilidade, paciência e atenção.

Aos agricultores assentados que me atenderam com carinho e paciência, relatando suas lutas, dificuldades e perseverança na busca incessante de uma melhor qualidade de vida.

Aos Drs.; pela participação e sugestões como banca examinadora.

A TODOS VOCÊS, MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A cada dia os assentamentos rurais ganham relevância no cenário nacional e vêm despertando questões que ainda não foram suficientemente tocadas. Algumas destas questões se relacionam com as formas de organização social e as dimensões da sustentabilidade dos assentamentos rurais. Assim, procurou-se a partir do entendimento do processo de formação e constituição da organização interna do assentamento Oito de Outubro (INCRA/Sergipe) localizado no Semi-árido Sergipano, caracterizar e diagnosticar o seu grau de sustentabilidade econômica, social, política e ambiental. A estratégia utilizada nesta pesquisa é de natureza sistêmica, pois considera os sistemas de organização dos trabalhadores rurais portadores de potencial endógeno que permitem potencializar a sustentabilidade. A pesquisa de campo foi realizada entre maio e julho de 2005, através da técnica de observação direta, com aplicação de questionários e entrevistas, tendo como público alvo dirigentes e membros da associação, perfazendo um total de 80% da população. Os 44 indicadores e 53 parâmetros utilizados foram eficazes em identificar a contribuição da organização dos assentados nas quatros dimensões da sustentabilidade e também na identificação dos graus de sustentabilidade do assentamento. O resultado do trabalho demonstrou que a organização dos assentados tem contribuído de forma significativa para elevar o grau de sustentabilidade do assentamento e, conseqüentemente, melhor da qualidade de vida da comunidade.

Palavras Chave: Organização social, indicadores sustentabilidade, assentamentos rurais, Sergipe.

ABSTRACT

Every day the rural establishments win relevance in the national scenery and it is waking up subjects that were not still played sufficiently. Some of these subjects link with the forms of social organizations and the dimensions of the sustainable of the rural establishments. Like this, it was sought starting from the understanding of the formation process and constitution of the organization interns of the establishment October Eight (INCRA/Sergipe) to characterize and to diagnose your degree of sustainable economical, social, politics and environmental. The strategy used in this research it is of nature systemic, because it considers the systems of the workers' rural bearers of endogenous potential organization that allow potent the sustainable. The field research was accomplished between May and July of 2005, through the technique of direct observation, with application of questionnaires and interviews tends as public objective head and members of the association, performing a total of 80% of the population. The 44 indicators and 53 used parameters were effective in identifying the contribution of the organization of the seated in the four dimensions of the sustainable and also in the identification of the degrees of sustainable of the establishment. The result of the work demonstrated that the organization of those seated has been contributing in a significant way to elevate the degree of sustainable of the establishment and consequently for improvement of the quality of the community's life.

Key words: Social organization, sustainable indicators, rural establishments, Sergipe.

SUMÁRIO

NOMENCLATURA..... XI
LISTA DE GRÁFICOS..... XII
LISTA DE FIGURAS..... XIII
LISTA DE QUADROS..... XV

1 INTRODUÇÃO. 16

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 19

2.1 A RELAÇÃO SOCIEDADE NATUREZA..... 20
2.2 ENFOQUE SISTEMICO PARA A AVALIAÇAO DA SUSTENTABILIDADE..... 25
2.3 MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE..... 28
2.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE..... 34

3 ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... 39

3.1 CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES..... 39
3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS ASSENTAMENOS E ASSOCIAÇÃO RURAL..... 43
3.3 ASSOCIAÇÕES EM ASSENTAMENTOS RURAIS 48

4 METODOLOGIA..... 51

4.1 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA AMOSTRA..... 52
4.2 LOCAL DA PESQUISA..... 53
4.3 O PROCESSO ASSOCIATIVO..... 56
4.4 QUESTÕES DE PESQUISA..... 57
4.5 MÉTODO E INSTRUMENTAIS DA PESQUISA..... 57
4.6 MODELO DE ANÁLISE..... 61
4.7 GRAU DE SUSTENTABILIDADE..... 66
4.8 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE..... 67
4.8.1 Indicadores de Sustentabilidade Econômica..... 68
4.8.2 Indicadores de Sustentabilidade Social..... 69
4.8.3 Indicadores de Sustentabilidade Política..... 70
4.8.4 Indicadores de Sustentabilidade Ambiental..... 72
4.9 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS..... 73

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 74

5.8.1 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA..... 75
5.8.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL..... 84
5.8.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE POLÍTICA..... 95
5.8.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... 102

6 GRAU DE SUSTENTABILIDADE..... 116

6.1 FATORES LIMITANTES DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA..... 113
6.2 ANALISE DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL..... 114
6.2.1 FATORES LIMITANTES DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL..... 115
6.3 ANALISE DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE POLÍTICA..... 116
6.3.1 FATORES LIMITANTES DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE POLÍTICA..... 117
6.4 ANALISE DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... 117
6.4.1 FATORES LIMITANTES DO GRAU DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... 118

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 121

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 126
9 ANEXOS....... 134

Nomenclaturas

AT - Assistência Técnica.

BNB - Banco Nacional do Brasil.

CMMAD - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

CNUMAD - Conferencia Nacional das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente.

IBGE - Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico.

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MP - Medida Provisória

OECD - Organization For Economic Cooperation and Development.

PDA - Plano de Desenvolvimento Agrário.

UFS - Universidade Federal de Sergipe.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 Origem da renda..... 83
Gráfico 2 Ocupações agrícolas anterior ao assentamento..... 91
Gráfico 3 Nível de satisfação dos associados com a atual gestão..... 92
Gráfico 4 Qualidade das reuniões..... 98
Gráfico 5 Eficácia da gestão..... 99
Gráfico 6 Destino dos resíduos químicos..... 108
Gráfico 7 Destino dos resíduos domésticos 110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Direitos e deveres dos associados..... 41
Quadro 2 Dimensões, indicadores e parâmetros econômicos utilizados para o levantamento da sustentabilidade..... 62
Quadro 3 Dimensões, indicadores e parâmetros sociais utilizados para o levantamento da sustentabilidade..... 63
Quadro 4 Dimensões, indicadores e parâmetros políticos utilizados para o levantamento da sustentabilidade..... 64
Quadro 5 Dimensões, indicadores e parâmetros ambientais utilizados para o levantamento da sustentabilidade..... 65
Quadro 6 Limites dos graus de sustentabilidade econômica..... 112
Quadro 7 Limites dos graus de sustentabilidade social..... 114
Quadro 8 Limites dos graus de sustentabilidade política..... 116
Quadro 9 Limites dos graus de sustentabilidade ambiental..... 117
Quadro 10 Análise dos graus de sustentabilidade do assentamento Oito de Outubro.. 119

LISTA DE FIGURA

Figura 1 Estrutura genérica das associações..... 40
Figura 2 Situação da área de estudo..... 54
Figura 3 Graus de sustentabilidade..... 66
Figura 4 Graus de sustentabilidade..... 67

INTRODUÇÃO

1 - INTRODUÇÃO

As organizações sociais nos assentamentos de reforma agrária, atualmente ocupam um crescente espaço no debate social brasileiro devido ao potencial e a contribuição que estas podem dar para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e elevação do nível de renda, redução do êxodo rural, redução da degradação dos recursos naturais e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais assentados.

A agricultura brasileira necessita de medidas inovadoras e reais nos assentamentos rurais, cujas propostas enfoquem a importância da organização social e a sustentabilidade social, econômica e ambiental, na busca de soluções e alternativas para atender os interesses da população assentada e valorizar o espaço rural e sua cultura. Segundo Sperry (2002), a organização social é um instrumento de ação que se define pelo conjunto das atividades praticadas por pessoas que se aproximam de um interesse comum. Essa forma de trabalho origina-se de um problema que apenas pode ser resolvido coletivamente. Pode assumir diferentes formas e depende dos que a criam e do contexto onde é instalada.

Algumas organizações sociais vêm apresentando novos modelos que procuram caminhos alternativos junto aos trabalhadores rurais assentados, organizações estas que tentam ampliar as possibilidades dos assentamentos rurais, com relação não só à produção, plantio, colheita, comercialização dos produtos agrícolas, mas também com relação à saúde, habitação, alimentação, educação, proporcionando-lhes um tipo de atuação que se adapte às necessidades dos assentamentos rurais e que possa utilizar, de maneira correta as potencialidades e limitações atuais e futuras dos recursos naturais disponíveis. Essas formas de organizações, baseadas na participação, procuram levar em conta o meio cultural em que vivem os trabalhadores rurais assentados, despertando o interesse para a sustentabilidade do assentamento e a uma orientação crítica de sua realidade social e econômica.

Este trabalho propõe-se a estudar a organização social dos trabalhadores rurais assentados e suas contribuições para a sustentabilidade do assentamento.

A organização social no meio rural segue basicamente dois enfoques: a organização consensuada e a organização constrangida.

Consideram-se como organizações sociais consensuadas aquelas nas quais as pessoas diretamente envolvidas colocam-se como sujeitos do seu fazer, do pensar e transformar o mundo que vivenciam, tanto perante as demais pessoas e organizações da sociedade civil como perante as pessoas e os organismos governamentais, amplo senso (Carvalho, 1998).

Contrariamente, as organizações sociais constrangidas são resultado de uma dinâmica social em que as pessoas diretamente interessadas encontram-se em situação econômica, política e ideológica de subalternidade, sem possibilidades conjunturais de negarem sua presença (participação) em reuniões convocadas por terceiros ou de negarem as induções para associarem-se (organização) (Carvalho, 1998). Com relação aos assentamentos, essa indução constrangedora parte preponderantemente dos organismos governamentais.

Os processos de participação e a organização social consensuada não se estabelecem por decisões plenárias, de instituições ou de poderes políticos locais, ou outras instâncias. São processos permanentes e simultâneos de pequenas conquistas pessoais, familiares, grupais ou de toda uma coletividade seja ela um assentamento de reforma agrária, um povoado rural ou um bairro urbano.

Esses processos não são lineares nem absolutos. Necessitam serem constantemente repensados a partir da própria prática de exercitá-los. São repletos de contradições, conflitos e incoerências; por isso mesmo um movimento constante de reflexão-ação faz-se necessário. O que deu certo num determinado assentamento pode não ser adequado para outro; o que foi considerado satisfatório hoje poderá ser inteiramente insatisfatório amanhã, porque mudam as circunstâncias e mudam as pessoas. Nesse movimento pessoal e social, adaptabilidade, diversidade, equidade e incerteza são companheiras de jornada. (Carvalho; 1998).

As formas de organização social consensuada adotadas pela organização de trabalhadores rurais assentados, neste estudo, serão relacionadas á noção de sustentabilidade social, econômica e política e ambiental. Segundo Ehlers (1996), a agricultura sustentável refere-

se a um modelo de organização social e econômico baseado em desenvolvimento eqüitativo e participativo. A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundada em conhecimentos holísticos.

Deste modo, as organizações sociais e a sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária, torna-se uma questão importante, não somente no sentido da preservação ambiental, mas também como uma alternativa econômica e socialmente aceitável de desenvolvimento local. Acredita-se que a organização social, como a forma de conciliar o meio ambiente com as bases locais, poderá tornar-se uma alternativa adequada e viável para o assentamento rural sustentável.

Nesse sentido, as organizações sociais consensuadas, e as características inerentes aos assentamentos de trabalhadores rurais podem representar uma alternativa de sustentabilidade tanto do ponto de vista sócio-econômico como do ponto de vista ambiental. A atuação da organização social adquire um papel fundamental para os trabalhadores rurais, especificadamente nos assentamentos rurais, pois possibilita um modelo desenvolvimento socialmente eqüitativo e ambientalmente sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - A RELAÇÃO SOCIEDADE NATUREZA

Ao longo dos tempos as visões das sociedades para com a natureza sofreram muitas mudanças. Na Grécia antiga o conceito de natureza e todo o universo eram pensados como uma totalidade, pois o homem e a natureza estavam juntos na idéia da *Physis,* a ela pertenciam o céu e a terra, a pedra, a planta, o animal e tudo o que existia. (Gonçalves, 2002).Os Gregos acreditavam que no universo havia uma ordem natural a que tudo estava submetido ao Kosmo e aos Deuses

Para os pré-socráticos (séc. VII a V - Período em que o interesses filosófico é voltado para o mundo da natureza) os Deuses não eram percebidos como manifestação da natureza e sim como forças vivas misteriosas que estão em tudo que rodeia o Homem, deste modo, acreditava-se que tudo tinha alma e por isto apresentavam um caráter sagrado, a natureza aparece dotada de uma espiritualidade na qual não deve ser profanada.

Entretanto com Platão e Aristóteles, muda o conceito de *Physis* e então determina uma nova compreensão da relação homem / natureza, valorizando o homem e as idéias e afirmando gradativamente a concepção de natureza desumanizada (ou não humana), onde não há mais Deus.

De acordo com Diegues (1996), o pensamento cristão foi a base para a separação e do domínio do homem sobre a natureza, porém com o surgimento do discurso epistemológico moderno agravou-se ainda mais essa dicotomia, visto que o mundo natural se tornou objeto de conhecimento empírico racional. Em Bacon, é central a idéia de domínio da natureza a partir da experiência. *"Seu modelo de ciência tinha como objeto o conhecimento para o controle sobre a realidade e apropriação da natureza... o domínio do homem sobre a natureza dependia da ciência e que esta poderia se desenvolver por meio do trabalho e da pesquisa*" (Gomes, 2005, p 75).

Neste período, forjou-se uma visão antropocêntrica e utilitarista do mundo, a natureza existindo para benefício dos seres humanos na qual o homem tem direito de posse, uma relação de poder e dominação pelo advento de novas técnicas, sem preocupar-se com a escassez dos recursos naturais já que este era considerado como bem abundante, existindo assim, não só uma separação, mais também uma oposição entre o homem e a natureza. O homem atribui valor apenas instrumental ou utilitário à natureza, no plano das ciências, essa visão forjou o cartesianismo mecanicista.

A nova visão da natureza que corresponde à natureza sem alma, transformou-se objeto da ciência e o conhecimento compartilhado e empírico do cartesianismo alterou profundamente a relação entre homem/ sociedade/ natureza, assim abriu os caminhos para a exploração e dominação da natureza pela sociedade e do homem pelo homem.

O cartesianismo mecanicista, reducionista analítico, cuja concepção do universo como um sistema mecânico, consiste em objetos (natureza) separados do sujeito (sujeito), em que os organismos vivos são considerados como máquinas, e para compreendê-los, considerava necessário reduzir do complexo ao simples, dentro desta concepção, a natureza é entendida como descontínua, ou seja, o todo nada mais é que a simples soma das partes.

O desenvolvimento desta percepção mecânica do mundo que o todo pode ser entendido e demonstrado a partir da presença de cada uma de suas partes, como se tudo que existe seja máquina e que pode ser reconhecido separadamente, ocorreu a partir de uma revolução no pensamento científico. Desta maneira a noção de um universo, orgânico, vivo e espiritual, imperativa durante a idade média, foi substituída por outra, de um mundo cujo funcionamento era comparado como o de uma máquina (Capra, 2002). Essa mudança de visão da natureza de organismo para máquina passou a influenciar as demais áreas do conhecimento científico, tanto as ciências humanas como as naturais possibilitando grandes avanços científicos, servindo de base para os conhecimentos até hoje obtidos pela humanidade. A biologia passou a se ocupar em descrever os mecanismos que compõem os organismos vivos.

No século XVIII, a ciência passou a basear-se em um novo método de investigação, o método analítico de raciocínio concebido por Descartes. Sua contribuição é associada às bases filosóficas de Newton que, explica o universo como o todo integrado resultante da soma de partes que pode ser explicado a partir de uma das partes.

Para Descartes, não era admitido como verdadeiro o que não pudesse ser demonstrado matematicamente, orientando exclusivamente pelos fatores mensuráveis, quantificáveis. A matemática era a única chave para desvendar os segredos da natureza. Sua certeza era matemática em essência e seu método analítico, ou seja, decompor os problemas em partes e reorganizá-los em sua ordem lógica, baseando sua concepção da natureza numa divisão fundamental distinguindo o domínio da mente, a "res cogitans", do domínio da matéria, a "res extensa" (Capra, 2002). O método analítico foi extremamente importante para o desenvolvimento das teorias científicas.

Com o passar do tempo, a visão de mundo através das concepções da física baseadas no pensamento de Descartes e Newton foi se tornando obsoleta, exigindo assim uma mudança nos pensamentos dos físicos no início do século. A mudança de paradigma aconteceu não só no âmbito das ciências mais também na área social.

Para Karl Marx (século XIX), é preciso buscar a unidade entre a natureza e a história ou entre natureza e a sociedade, pois a natureza não pode ser concebida como algo exterior a sociedade, visto que esta relação é um produto histórico. Marx se refere á apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza, demonstrando ser uma possibilidade de trabalho para o ser humano, elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação do homem. Assim, demonstra que a natureza é parte integrante do processo de reprodução social e, sobre o modo de produção capitalista a natureza, enquanto base material é dominada e transformada de acordo com as necessidades sociais.

Todavia, no primeiro quartel do século XX e decorrente da visão mecânica, sedimenta-se a abordagem sistêmica. Segundo Berytalanff (citado por Martines, 2003) o todo se constitui o somatório das partes que o compõe, mas como um conjunto indivisível e distinto da individualidade de cada um dos seus componentes. Na abordagem sistêmica o todo tem característica própria e exclusiva.

Na contemporaneidade, Capra (2002), acrescenta que "*entender as coisas sistematicamente significa colocá-la dentro de um contexto, estabelecer a natureza de suas relações*". Esse pensamento é o conjunto de novos pressupostos dos quais Varela citado por Capra (2002), denominou "***trança de três***" referindo-se ao estudo da consciência. Capra, aplica esses pressupostos em todos os níveis da natureza apresentando uma nova maneira de explicar o comportamento não-linear da natureza, seus aspectos dinâmicos de continua intervenção e adaptação.

No campo das ciências sociais Edgar Morin, tem produção de destaque sobre o paradigma da complexidade. Igualmente, Leff, tem se debruçado na construção de um novo paradigma, ele pressupõe a aplicação de princípio da racionalidade ambiental fundados na reapropriação da natureza, na ressignificação das identidades individuais e coletivas e na renovação dos valores humanos.

É evidente que o modo com que às sociedades se relacionam com a natureza é um fenômeno histórico - social que abre margens para várias interpretações, novos conceitos e caracterização do que seja a "*natureza*", não existindo o conceito de natureza uniforme para todas as sociedades em todos os tempos e lugares. Como afirma Gonçalves (1989), toda a sociedade, toda a cultura cria, inventa, uma determinada idéia do que seja a natureza, ao mesmo tempo em que cria e institui suas relações sociais. Neste sentido, o conceito de natureza não é natural, pois, as palavras são criadas já que não existem palavras naturais para falar de natureza. Assim Moscovici citado por Diegues (1996), diz que o fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre a sociedade e a natureza, enfatizando que é a sociedade que se relaciona com a natureza, e não o indivíduo.

Na sociedade capitalista contemporânea, a natureza vem sendo dominada e explorada incondicionalmente; o ter é mais forte que o ser natural. A natureza é vista como uma fonte ilimitada de recursos à disposição do homem; passando a ter um caráter essencialmente mercantil transformando-se em mercadoria; ela (a natureza) não é mais aceita como um poder, mas como objeto de consumo e meios de produção do qual o capital se beneficia. O meio ambiente como fonte natural de recursos tende a sofrer grandes impactos em decorrência da ação do homem os enormes riscos ambientais são essências deste modelo de desenvolvimento social e econômico que tanto conhecemos.

As questões ambientais ligam-se ao desenvolvimento do capitalismo e de suas atuações sobre a natureza. Para Leonel (1998), as relações sociais tercem os danos ecológicos resultantes da ação do homem e assim, as questões ambientais também adquirem extrema importância. Como salienta Gonçalves (1989), a crise ambiental é também a crise de um conjunto de relações sociais, pois os fatos ecológicos não são separados dos fatos sociais. O que passa a constituir uma problemática sócio-ambiental decorre de processos naturais de degradação ambiental e dos modos sociais de uso excessivo dos recursos naturais.

As evidências empíricas acumuladas sobre os impactos negativos causados ao ambiente pelas ações humanas têm colocado em questão as formas atuais de gestão das relações homem-natureza colocando em cena um debate social em torno dos conflitos ambientais, cuja ideologia está ligada a um complexo embricamento de fatores que configuram opções por estilos de desenvolvimento sócio-econômico historicamente dado (Sachs, 1986).

Ao se enfocar a relação sociedade natureza neste início de século, observa-se que esta relação se mantém de forma conflituosa, porém, sobre a hegemonia de um pensamento que destituiu totalmente a natureza em si como fonte de conflito, substituindo-a pelo domínio do conhecimento que se tem sobre ela, deste modo, a natureza é para a modernidade fonte de conhecimento prático, que deve ser exposto ao método científico. Ela é fonte de hipóteses e suposições que devem ser testadas.

As formas do conhecimento do real abrem formas de acesso e apropriação da natureza transformando-as em objeto do conhecimento e convertendo-as num potencial produtivo, em fonte de riqueza, em objeto de apropriação econômica. A natureza torna-se um campo de intervenção para as descobertas científicas e as inovações tecnológicas, deste modo, os novos conhecimentos e técnicas permitiram à sociedade moderna a apropriação da natureza através dos direitos privados de propriedade intelectual sobre os recursos genéticos (Leff, 2001).

Desta forma pode-se considerar que esta crise contemporânea sobre o meio ambiente é a síntese de uma crise decorrente do esgotamento de vários paradigmas de desenvolvimento experimentados desde o começo do século.

2.2 - ENFOQUE SISTÊMICO COMO FUNDAMENTO PARA ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

O termo sistema origina-se da palavra grega que significa colocar junto, tornou-se evidente na primeira metade do século XX, contrapondo aos pensamentos desenvolvidos pela sociedade ocidental. Revelando uma mudança da visão disciplinar e reducionista, baseada nas filosofias de cientistas como Aristóteles, Descartes e Newton para uma visão holística e multidisciplinar concebida por Ludwig Von Bertalanffy. Este novo modelo de interpretação e análise da realidade ficou conhecida como a teoria geral dos sistemas e tem sido considerado como um novo paradigma da ciência.

Princípios sistêmicos são tomados como um quadro de idéias para entender a complexidade das interações entre seres humanos e a natureza e para entender a complexidade dos processos. Deste modo, a teoria do sistema envolve uma nova maneira de ver o mundo e uma nova forma de pensar, em termos de relações, padrões e contextos, etc... O pensamento sistêmico ensina que todos os sistemas vivos compartilham de propriedades e princípios de organização comum (Capra, 2003).

Entretanto, o termo sistema admite diferentes significados. Para Pinheiro (2000), um sistema é definido como um conjunto de componentes inter-relacionados e organizados dentro de uma estrutura autônoma, operando de acordo com objetivos determinados. De acordo com Bertalanffy um sistema é o conjunto de elementos inter-relacionados e interdependentes entre si. Segundo a conceituação de Capra (2001), enfoque sistêmico enfatiza os princípios básicos de organização da vida – e, em específico, da nossa compreensão das redes vivas - á realidade social. Assim a visão sistêmica permite conhecer o funcionamento das formas de organização das sociedades humanas e sua interação com a natureza.

Os sistemas sociais e ambientais evoluem em conjunto cada um refletindo o outro. A teoria geral dos sistemas afirma que cada variável em um sistema interage com outras variáveis de forma tão completa que causa e efeito não podem ser separados. Uma única variável pode ao mesmo tempo ser causa e efeito (Beni, 2002).

O termo sistema é também empregado, segundo Saussure (1931, citado por Schmitz, 2005, p.33), para designar:

> *"...Uma totalidade organizada, constituída de elementos solidários, só podendo ser definidos uns em relação aos outros em função do seu lugar na totalidade, introduzindo a organização como característica constitutivas do sistema..."*

Como propõe Schilindwein (2004), o pensamento sistêmico:Reconhece a emergência presente em fenômenos sistêmicos;

- Assume que os interessados definem sistemas de interesse;
- Considera a presença de múltiplas perspectivas em uma determinada situação;
- Admite a presença de 'feedback' (de balanço ou de reforço);
- Reconhece a hierarquia, de que há sistemas dentro de outros sistemas;
- É contextual;
- Preocupa-se com processos;
- Entende que as propriedades do todo são destruídas quando o sistema é 'analisado';

Durand (1998), por sua vez, afirma que o enfoque sistêmico está estruturado na inter-relação, na totalidade, na complexidade e na organização.
Pinheiro (1995), parte da hipótese de que o sistema deve ser estudado no seu todo, e não apenas no fenômeno em si, dando ênfase a inter-relação entre as partes e entre os sistemas e o meio ambiente. Assim, a visão sistêmica poderá ser entendida como um processo de aprendizagem capaz de engendrar para melhor a mudança necessária na relação entre seres humanos e entre estes e o restante da natureza.

O conceito de sistemas considera não apenas a sua composição, mas também o nível de organização. No livro Ponto de Mutação, Capra (2002), fala que as organizações sociais são sistemas sociais cujo padrão de organização é projetado especificamente para distribuir poder, toma-se o poder como o meio pelo quais os conflitos de interesses são tratados.

Conforme salienta Ribeiro (1999), o objetivo de uma organização pode ser alcançado por meio da coação ou da participação, da aceitação e da cooperação. Uma organização coercitiva (constrangida) apresenta baixos resultados de curta duração e alto desperdício de

energia para sustentar-se, enquanto que, as organizações participativas (consensuadas) exigem baixo dispêndio de energia para sustentar-se.

Portanto, conforme enfatizou Altieri (2002), o sistema social é um conjunto de sistemas de conhecimentos, valores, tecnologia e organizações sociais que se relacionam exercendo cada um uma pressão seletiva sobre a evolução dos outros, fazendo com que eles co-evoluam. O desenvolvimento é visto como um processo co-evolutivo entre o sistema social e o sistema ambiental, onde as organizações sociais são colocadas no centro deste processo, como facilitadora de mudanças co-evolucionárias locais, que favoreça a população e a sustentabilidade.

Respaldando em Rocha (2001:40), ao avaliar a sustentabilidade ou a insustentabilidade dos sistemas, em dada área, constata-se que existe relação direta entre o conceito de sustentabilidade com o enfoque sistêmico, pois "*a sustentabilidade é sistêmica*".

O discurso de sustentabilidade emerge então de necessidades humanas e é a manifestação da dicotomia ser humano - natureza. (Capra 1996,), considera o pensamento sistêmico como um pensamento ambientalista "*a partir do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são soluções sustentáveis*".

O termo sustentabilidade tem sido geralmente empregado no contexto das relações ser humano – natureza, em que são discutidas suas dimensões econômicas, sociais e ambientais. A sustentabilidade dos assentamentos rurais, cuja organização social tem um papel preponderante e fundamental cabe ser analisada sobre tal ótica, pois perpassa questões afins. A noção de sustentabilidade só se torna real quando construída sobre uma verdadeira mudança de paradigma.

O pensamento holístico compreende cada fenômeno dentro do contexto de um todo integrado, cujas propriedades surgem das relações entre as suas partes (Capra 2001), permitindo a percepção do mundo como um sistema vivo que se auto - organiza, se auto - regula e se perpetuam, a partir das relações entre seus diversos componentes, todos interdependentes e complementares. Estas relações proporcionam as características ideais

para a existência e a manutenção da vida (Lovelock, 1991) sendo portanto, fundamental a participação de cada singular elemento nesta unidade formada por diversidades.

No interior de cada sociedade, de cada povo, dependendo da natureza de suas organizações sociais, desenvolve-se tensões, conflitos e lutas de caráter variado. Os problemas ambientais denunciam desigualdades de acesso às boas condições ambientais e conseqüentemente da qualidade de vida da população. As lutas de comunidades em defesa do meio ambiente cada vez mais ganham espaço no cenário mundial e contribuem para o aumento da responsabilidade social e ambiental.

Neste contexto, deve-se enfatizar os papéis dos movimentos sociais e as diversidades das formas de organização social nas quais podem desencadear processos de inovação cultural, econômica, social e ambiental, capazes de gerar a sustentabilidade nos projetos de assentamentos rurais. As diversas formas de organização social apresentam maneiras diferentes de se relacionar com a natureza, na qual a natureza fez evoluir para sustentar a teia da vida (Capra, 2001).

2.3 - MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O meio ambiente tem sofrido impactos negativos decorrentes de ações humanas, e com eles surgem às questões das formas atuais de gestão das relações homem-natureza. Estabelecendo debate social em torno dos conflitos ambientais, cuja origem está ligada a um complexo embricamento de fatores que configuram opções por estilos de desenvolvimento sócio-econômico historicamente dado (Sachs, 1986).

Desta forma, pode-se considerar que esta crise contemporânea sobre o meio ambiente é a síntese do modelo de desenvolvimento adotado nos últimos anos, cuja característica foi de uma forma de desenvolvimento quase que exclusivamente fundado na exploração desenfreada dos recursos naturais, privilegiando o crescimento econômico ilimitado, fato esse que tem provocado o desequilíbrio ambiental. Essa preposição pode ser respaldada no

pensamento de em Leff (2001), para ele a racionalidade econômica baniu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, da crise de esgotamento do entendimento de desenvolvimento enquadrada nas lógicas da racionalidade econômica (Agenda 21, 2000).

A constatação de que o desenvolvimento baseado em parâmetros apenas econômicos não é suficiente para produzir justiça social e garantir a qualidade de vida das gerações futuras levou a busca de uma nova racionalidade econômica, em que a sustentabilidade seja o novo elemento reorganizador (Merico, 1996 citado por Rampazzo 2002).

Diante do cenário, de degradação ambiental aliada à desigualdade social em que vivemos muito se fala sobre o meio ambiente e a necessidade de buscarmos um novo modelo de desenvolvimento para que o mundo utilize, de maneira mais racional os recursos naturais na tentativa de harmonizar o desenvolvimento econômico e a qualidade ambiental. Como salienta Sachs (1993), um novo tipo de desenvolvimento deve procurar a harmonia da sociedade com a natureza. O desenvolvimento não se mantém se a base dos recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não levar em conta as conseqüências da degradação ambiental (Rampazzo, 2002), pois o meio ambiente e o desenvolvimento estão interligados.

Nas últimas décadas, a preocupação com a conservação do meio ambiente tem aumentado devido à conscientização da sociedade de que a qualidade ambiental é à base de preservação de vida das futuras gerações. Nas palavras de Melo &Azevedo (1997), o meio ambiente deixa de ser um bem de consumo e se transforma em patrimônio de humanidade. Dentro deste contexto surge o objetivo do desenvolvimento sustentável.

No plano acadêmico, Sachs, foi o precursor da fundamentação dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, publicando obras desde a década de 1970, após a primeira reunião mundial das Nações Unidas, ocorrida em Estocolmo em 1972, quando o canadense Maurice Strong, empregou pela primeira vez o termo ecodesenvolvimento para caracterizar uma compreensão alternativa da concepção clássica de desenvolvimento.
No ano de 1974, Ignacy Sachs, reelabora o conceito de ecodesenvolvimento, referindo-se a uma forma de desenvolvimento, que busque o equilíbrio no uso dos recursos ambientais,

visando sua conservação para futuras gerações, assim elaborou alguns princípios básicos do ecodesenvolvimento a partir da integração de seis aspectos, o da satisfação das necessidades básicas, na solidariedade das gerações futuras, na participação da população envolvida, na preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, na elaboração de um sistema social garantido emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e nos programas de educação.

O ecodesenvolvimento constitui-se em três pilares, a eficiência econômica, a justiça social, e a prudência ecológica (op. cit). Com o passar dos anos, ecodesenvolvimento evoluiu par o sentido de desenvolvimento durável e mais tarde de desenvolvimento sustentável.

Em meados dos anos 80, com a crescente preocupação com o ambiente e com a qualidade de vida levou ao surgimento de um novo "paradigma" das sociedades modernas: a sustentabilidade. O termo sustentável remete-nos a idéia daquilo que se pode sustentar, conservar, manter, equilibrar. Carmo (1998), entende o sustentável como um desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais.

Os conceitos de sustentabilidade produzidos preconizam o rendimento contínuo e a prevenção da degradação ambiental, ou seja, buscam harmonizar o desenvolvimento econômico com a exploração das fontes naturais de recursos. Na definição de Alttere (2002), sustentabilidade é a capacidade para manter um nível de produtividade através do tempo, sem comprometer os componentes estruturais e funcionais dos agroecossistemas.

Portanto, conforme enfatizou Pereira (2002), pode-se conceituar sustentabilidade a partir da acepção de desenvolvimento sustentável e, neste sentido, a definição clássica de desenvolvimento sustentável surgiu com o documento conhecido no Brasil com o título Nosso Futuro Comum, produzido em 1987 como preparação à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD), que teve como meta principal analisar a questão ambiental em sua interface com o desenvolvimento e preconizar desenvolvimento sustentável alicerçado em três eixos – econômico, social e ambiental, todos inter-relacionados.

A CMMAD definiu o desenvolvimento sustentável da seguinte forma: "*aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades*".

Ao logo do tempo, e fruto de reflexões, foram surgindo diversos conceitos de desenvolvimento sustentável, todos fundamentados nos aspectos das relações sociais e da sociedade com a natureza. Esta afirmação é reforçada por diversos autores entre eles:

O desenvolvimento sustentável segundo Veiga (1994), é aquele que garante:

- A manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- Mínimo de impactos adversos aos produtores;
- Retorno adequado aos produtores;
- Otimização da produção com mínimo de insumo externo;
- Satisfação das necessidades sociais das famílias e da comunidade rurais;
- Satisfação das necessidades humana de alimento e renda.

De acordo com Buarque (1994, p. 11), a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, é o processo de mudança social de ascensão dos ensejos da sociedade, combinado no tempo, o crescimento econômico, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a eqüidade social, originar-se de um compromisso com o futuro e a solidariedade entre as gerações.

A sustentabilidade dependeria da interação das mudanças econômicas com as transformações sociais, culturais e ecológicas. Isto é, o desenvolvimento sustentável resultaria de uma evolução econômica que precisaria ser inserida no contexto social e político da sociedade "*trata-se, a partir de agora, da construção social da natureza*" (Becker, 1994).

O desenvolvimento sustentável definido por Primavesi & Primavesi (2003), como desenvolvimento econômico e social sem desgastar o ambiente e os recursos naturais dos quais a atividade humana atual e o desenvolvimento futuro dependem. Para eles devem ser

eliminados os sistemas de produção, altamente dependentes de insumos externos, e o consumo insustentável bem como estimuladas as políticas demográficas apropriadas.

Caporal & Costabeber (2004), apresentam estudo sobre agroecologia e extensão rural com contribuições para a promoção de desenvolvimento sustentável o conceito adotado pela FAO sobre desenvolvimento sustentável, assim compreendido:

> *"...O manejo e a conservação da base dos recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira que assegure a continua satisfação das necessidades humanas das atuais e futuras gerações. O desenvolvimento sustentável é aquele que (nos setores agrícolas, florestais e pesqueiros) conserva a terra, a água, os recursos genéticos vegetais e animais; é ambientalmente não degradante, tecnicamente apropriada, economicamente viável e socialmente aceito..." (op. cit. p 101)*

Na segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, a RIO 92, também denominada de ECO 92, realizada no Brasil, que teve como principal resultado a adoção de um programa a longo prazo - a Agenda 21- cujo o fundamento era por em prática o conceito de desenvolvimento sustentável, constitui-se uma resposta ás questões formuladas no relatório de Brundtland (Caporal, 2004).

A agenda 21 constitui-se a mais ousada e a mais abrangente tentativa já realizada de promover em escala planetária, novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica; assim consolidou a idéia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente constituem um binômio indissolúvel. Sachs, nesse documento, produz textos que amplia os três eixos do desenvolvimento e apresenta-nos simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade.

a) **Sustentabilidade social**, que busca o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento que conduza a uma distribuição mais eqüitativa da

renda, assegurando uma melhoria dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais diferenças entre os níveis de vida daqueles que tem e daqueles que não tem; ou seja, tem por objetivo "construir uma civilização do '*ser*', em que exista maior eqüidade na distribuição do '*ter'* e da renda...";

b) **Sustentabilidade econômica**, possível através de inversões públicas e privadas e da alocação e do manejo eficiente dos recursos naturais; a eficiência econômica deve ser avaliada através de critérios macrossociais.

c) **Sustentabilidade ecológica**, regulação dos meios de produção e padrões de consumo, entendida como aumento da capacidade de suporte do planeta, mediante intensificação do uso do potencial de recursos disponíveis, compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial, requer a preservação dos recursos energéticos e naturais.

d) **Sustentabilidade espacial**, buscando uma relação urbano-rural mais equilibrada, evitando-se a concentração da população em áreas e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas;

e) **Sustentabilidade cultural**, Expressa *o "conceito de ecodesenvolvimento em pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local."* A sustentabilidade cultural visa à "*...busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção..*

Todavia, afirma que o desenvolvimento só será alcançado quando suprir a necessidade de adjetivá-lo sustentável..

Conforme enfatizou, Flores & Nascimento (1994), a busca do desenvolvimento sustentável está diretamente ligada ao grau de satisfação da sociedade em relação às suas expectativas. Estas expectativas se referem ao estágio de desenvolvimento sob quatro aspectos: social, econômico, ecológico e político.

Acserald (1999), considera que a noção de sustentabilidade só pode se delinear a partir das práticas, de forma que sejam proporcionados efeitos concretos, considerados adequados nas suas diversas dimensões. É sob esse aspecto que nos interessa avaliar a sustentabilidade do **Assentamento Oito de Outubro**, nas suas dimensões, econômica, social, política e ambiental, tendo como referência a forma de organização social interna.

Dentro deste contexto, independente de suas definições, a sustentabilidade pressupõe uma idéia de equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, em todos os setores onde é abordada. E que apesar de ser um conceito ainda em construção que abarca diversas posições de várias correntes do pensamento, existe um silogismo que envolve esse conceito que trata das relações entre sociedade e meio ambiente, isto é, a questão da participação, da justiça social e do respeito ao meio ambiente. Pois não existe sustentabilidade individual, e sim coletiva, tanto ao nível global como local.

Portanto, tomando como base a definição do que vem a ser sustentabilidade, consideramos que um assentamento é sustentável, quando as famílias, através da organização do acesso à políticas de infra estrutura básica e agrícolas, conseguem dispor dos meios de produção e de transformação social de maneira a lhes proporcionar a implementação de um sistema produtivo viável, bem como o acesso a benefícios sociais que promovam a justiça social, o respeito ao meio ambiente e a cidadania.

2.4 - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

O meio rural, ao longo dos anos, sofre transformações as quais vem sendo consideradas como uma espécie da modernização produtiva capitalista, proporcionando ganhos significativos de produção e em muitos casos à custa da destruição das condições de produção e reprodução dos recursos naturais.

Sugestões para um novo modelo de desenvolvimento passaram a ser utilizadas com freqüência e assumiram dimensões econômicas, sociais e ambientais. A este novo modelo deu-se o nome de desenvolvimento sustentável, cuja definição é tão ampla que abrange várias interpretações trazendo informações e conceitos muitas vezes antagônicos. O seu reconhecimento efetivo foi em 1987, no relatório de Brundtland, cuja proposta e análise partem do pressuposto de que é possível e desejável conciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental.

Conforme registra o documento final da Agenda 21 nos capítulos que tratam da relação entre meio ambiente e o desenvolvimento sustentável e informações para tomada de decisões (capítulos 8 e 40), surge a idéia de desenvolver ferramentas que possam mensurar a sustentabilidade surgindo assim os indicadores de sustentabilidade, centrada no pressuposto de que indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OECD, (Organization for Economic Cooperation and Development), um indicador deve ser entendido como um parâmetro, ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa (OECD, 1993).

Os indicadores também podem ser vistos como uma medida que constata uma determinada situação são de grande importância não apenas na avaliação dos impactos ambientais, mas também na avaliação das atividades sociais e econômicas, tornando-se uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões em diferentes áreas, pois, simplificam as informações sobre fenômeno de modo a melhorar a comunicação.

Atualmente, a grande discussão em torno da sustentabilidade refere-se à construção de indicadores que mensurem, monitorem e avaliem o sistema, ou seja, que possam medir o grau de sustentabilidade das políticas ambientais e da utilização dos recursos naturais, podendo-se com isto avaliar se estamos ou não caminhando para rumos sustentáveis. O

termo indicador origina-se do latim *indicare* verbo que significa apontar ou proclamar. Em português, refere-se aquilo que indica, revela, propõe, sugere, expõe.

Um indicador representa um instrumento para sintetizar e transmitir informações de maneira significativa dentro do processo de tomada de decisão (Cendrero1997). Para que os indicadores sejam realmente aplicados têm de ser claros, simples, e universais de modo que possam informar ao público e influenciar na tomada de decisões. Os indicadores simplificam a informação quantificando-a e ajudam a comunicá-la de maneira que seja mais facilmente compreensível. Verifica-se que um indicador não apenas se alimenta de informações, mas também as produzem, sendo uma consideração importante no processo de interpretação da realidade.

De acordo com Tunstall (1994, 1992), os indicadores possuem quatro funções:

- As avaliações de condições e tendências;
- Comparação entre lugares e situações;
- Avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos;
- Prover informações de advertência, antecipar futuras condições e tendências.

Há algumas características importantes a serem consideradas nas definições de indicadores de sustentabilidade. Para Cendrero (1997), Winograd (1996), os indicadores devem seguir um conjunto de critérios que justifiquem a escolha, logo, devem ser de fácil medição; ser tangíveis; aplicáveis sobre uma larga faixa de diferentes ecossistemas, sistemas econômicos e sociais. A coleta de informação não deve ser difícil nem de alto custo; deve ser adequada ao sistema sobre análise e, quando for o caso, a população local poderá se envolver na medição.

Os indicadores centram-se em aspectos práticos e claros; as medições poderão ser repetidas através do tempo; devem ser representativos da sustentabilidade dos sistemas analisados; devem medir o cumprimento com uma série de padrões ou condições extremas que um sistema tem que cumprir tais como: ambientais, ecológicos, distributivos, econômicos, sociais e de outro tipo e devem analisar as relações com outros indicadores.

Para Gallopin (1996), os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos, porém são preferíveis aos qualitativos em pelo menos três casos específicos:

- Quando não forem disponíveis informações quantitativas;
- Quando o atributo de interesse é inerentemente não quantificável;
- Quando determinações de custo assim o obrigarem.

Um aspecto determinante é que não existe a possibilidade de determinar a sustentabilidade de um sistema considerando apenas um indicador, ou indicadores que se refiram a apenas um aspecto do sistema. A sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores (econômicos, sociais e ambientais), e todos devem ser contemplados. Dessa forma, ao se avaliar a sustentabilidade se deve usar sempre um conjunto de indicadores (Bouni, 1996).

Quantos indicadores formarão o conjunto, quais os fatores a serem considerados como prioritários, são aspectos que devem ser determinados pelos princípios de sustentabilidade que estão na base do processo (Marzall, 1999). Entretanto, observa-se que grande parte dos indicadores não apresenta todos os critérios desejados. Por isso, deve-se escolher aqueles considerados mais importantes para cada caso. A construção de indicadores de sustentabilidade é muito complexa porque eles devem refletir a relação da sociedade com a natureza numa perspectiva ampla, isto porque, tais indicadores devem sintetizar informações acerca da dinâmica do complexo processo de natureza social, ambiental e econômico.

O desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade está apenas começando. Ainda se busca entender a sustentabilidade e como caracteriza-la. Não há um manual de indicadores à disposição das pessoas ou uma fórmula que sirva para todos por isso é importante que se estabeleça um critério para definir a hierarquia de valores na escolha do conjunto de indicadores (Marzall, 2000). Para tal, torna-se necessário a análise e compreensão por parte dos envolvidos em selecionar indicadores locais que melhor atendam ás especificidades da área.

Assim, o presente estudo pressupõe que os indicadores de sustentabilidade do assentamento rural, devam ser capazes de monitorar as dimensões ecológicas como a

qualidade do ambiente, econômicas referindo a rentabilidade e sociais relacionadas à equidade.

A avaliação da sustentabilidade nas suas diversas dimensões requer a criação de indicadores que possam refletir os fatores essenciais em operação em cada uma das dimensões e suas inter-relações. Ressalta-se ainda, que apenas indicadores ambientais não bastam para avaliar a sustentabilidade, pois, um sistema pode ser sustentável do ponto de vista ecológico e não sobre o ponto de vista econômico. Ehlers (1999), diz que um sistema é sustentável quando é ecologicamente equilibrado, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito. Neste sentido, Ehlers (1999), citando Nijkamp, afirma que:

> *"A sustentabilidade deve envolver três aspectos: o ecológico, referentes a manutenção das características de ecosssistemas que forem essenciais para sua existência de longo prazo; o econômico, referente a obtenção de renda suficiente para que a atividade mantenha-se atrativa; o social, tanto à justiça na distribuição dos benefícios e dos custos, quanto no respeito aos valores sociais e culturais da população envolvida".*

Diante dessas considerações este trabalho encerra uma proposta de construção de indicadores de sustentabilidade da organização social, tomando como eixo da construção as características intrínsecas do consensualismo ocorrentes no processo.

Para o estudo da sustentabilidade nas organizações dos trabalhadores rurais assentados, torna-se necessário um esforço interdisciplinar que associe contribuições das ciências naturais e sociais, num duplo desafio que significa superar uma tradição, em que as ciências naturais passem a considerar o homem e as ciências sociais passem a incorporar a natureza em suas construções teórico-metodológicas (Jollivet, 1992).

3. - ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

3.1 - Conceitos e contextualização das associações

As organizações de trabalhadores surgiram desde a antiguidade, com Grêmios formados pelos agricultores no antigo Egito, com os Colégios que agrupavam carpinteiros na Grécia e com os Calpulli destinados as atividades agrícolas em comum entre os Astecas (Rech, 2000, citado por Fabrini, 2003).

No ano de 1844, na Inglaterra, os artesãos de Rochdale perceberam a necessidade de se organizarem para superar as limitações e as injustiças da exploração a que eram submetidos no início da Revolução Industrial. O sucesso desta organização expandiu-se para outros setores da economia, como o setor produtivo, de crédito, educação serviços entre outros e se tornou conhecida e difundida em diversos Países.

No Brasil, a organização popular está associada à luta e resistência dos trabalhadores do campo, que teve como marco as iniciativas de organização dos escravos fugitivos nos quilombos e as roças comunitárias desenvolvidas entre camponeses rebelados na década de 1950. Atualmente, vêm se destacando as organizações sociais surgidas nos assentamentos de trabalhadores sem-terra, como as associações, os sindicatos, e as cooperativas (Fabrini, 2003).

Do ponto de vista doutrinário os sindicatos são sociedades civis sindicais sem fins lucrativos que visam promover a defesa dos direito e interesses individuais e coletivos de determinada categoria de trabalho, representando-a em questões judiciais e administrativas. As cooperativas são sociedades civis comerciais sem fins lucrativos que buscam viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção e crédito, prestar serviços e comercializar de acordo com os interesses dos cooperados, enquanto que as associações são sociedades civis, sem fins lucrativos que visam a representar e a defender os interesses dos associados e a estimular sua melhoria técnica, profissional e social (Organização...,1996), ou ainda

considerada como uma organização resultante da reunião legal entre duas ou mais pessoas com o mesmo fim social, caracterizada por não possuir fins lucrativos.

Deste modo percebe-se que tanto as associações quanto os sindicatos e cooperativas, todas possuem características semelhantes, pois são formas de organizações sociais vinculadas a ações coletivas em que seus participantes buscam alcançar diversos objetivos visando fins comuns, isto é, realização de um determinado objetivo que satisfaçam a todos.

Porém, elas se diferem em alguns aspectos. A associação é uma organização comunitária em que todos os associados são iguais perante a entidade, não possui capital; os associados pagam apenas as mensalidades que cobrem as despesas de seu funcionamento, cada associado tem o poder de um voto, independente do seu poder político, social ou econômico, na associação é defendido apenas os interesses de seus associados e não da classe ao qual eles pertencem.

O objetivo das associações é sempre promover os interesses comuns de seus membros. Todos eles são tratados da mesma maneira pela organização, o que significa que quando um resultado é alcançado pela associação, nenhum de seus membros pode ser excluído dos benefícios trazidos por ele. A seguir apresenta-se a estrutura genérica das associações (Figura 1).

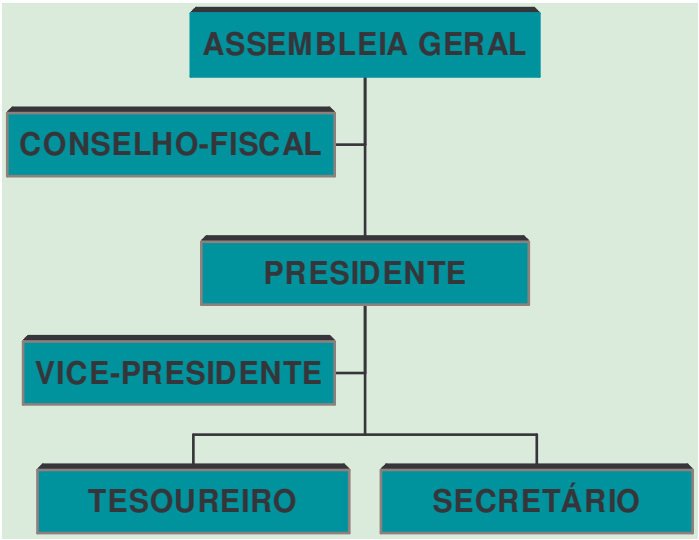

Figura 1: Estrutura genérica das associações
Fonte: Almeida, Baseado em Sperry (2003 a)

A fundação de uma associação ocorre pela deliberação da Assembléia Geral dos fundadores (órgão máximo normativo deliberativo composto por todos os sócios da associação). Esta deve cumprir como roteiro mínimo, a aprovação dos estatutos (documento mais importante, pois estabelece a estrutura e o funcionamento da associação) e a eleição da primeira direção composta por um presidente, um vice-presidente um secretário e um tesoureiro, todos com mandatos de dois anos, admitindo apenas uma reeleição, elegerá também o Conselho Fiscal no qual deverá ser composto por três membros titulares e três suplentes todos eleitos anualmente. Para validar sua criação a assembléia deve ser documentada em ata ou por instrumento público.

O ingresso dos futuros associados ocorre quando o interessado preenche e assina a proposta de admissão e se completa quando seus dados são registrados no cadastro de novos sócios da associação. Seus deveres e direitos começam a entrar em vigor após o cumprimento destas exigências. O quadro a seguir, mostra alguns direitos deveres do associado.

Quadro 1 - Direitos e Deveres dos Associados

DIREITOS	DEVERES
Utilizar do espaço físico da associação.	Respeitar as individualidades, crenças e ideologia.
Dispor dos bens, serviços e eventos por ela oferecidos.	Zelar pelo patrimônio da associação.
Votar e ser votado.	Manter-se em dia com a contribuição mensal.
Participar das reuniões e assembléias.	Ser pontual nas reuniões marcadas.
Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela associação.	Honrar seus compromissos.
Participar das atividades econômicas, sociais, ambientais e educacionais.	Respeitar as decisões votadas nas assembléias gerais, que representam a vontade da maioria.
Deixar de fazer parte do quadro associativo quando lhe convier.	Zelar pelo interesse comum e autonomia da sociedade.

Fonte: Almeida, 2005

A depender dos objetivos as associações podem assumir diversas categorias ou tipos, assim ela pode ser filantrópica, científica, cultural, econômica, ou de trabalho (Sperry, 2003).

Considerando o objetivo deste estudo, a atenção volta-se para as associações de trabalho que constituem um tipo de organização social que permite a união das pessoas para alcançar democraticamente interesses comuns, através da solidariedade, da ajuda mútua e da conjunção de esforços de seus membros, constituindo-se em uma estratégia de reprodução social mais segura, por ter sustentáculo em estatuto jurídico consolidado, que poderá auxiliar os trabalhadores rurais no acesso ao crédito, à comercialização, contribuindo para o aumento da produção, dos bens e serviços é neste tipo de associação que estão inseridos o produtor rural assentados.

Portanto, seguindo esta linha de pensamento, as associações de produtores rurais são associações formais, criadas com o objetivo de viabilizar as iniciativas dos associados e de seus familiares em benefício da melhoria da produção, comercialização, educação, participação, democracia e igualdade, favorecendo o desenvolvimento da comunidade como um todo.

A associação de produtores rurais tem se constituído um dos principais instrumentos de desenvolvimento de ações coletivas, integrando indivíduos de uma mesma comunidade, os quais assumem características comuns e distintas e que apresentam forte ligação com a terra e com o meio ambiente onde vivem. Seu aparecimento faz parte do processo de organização da sociedade e contrapõe algumas necessidades dos agricultores associados, entre elas, um conjunto de fatores dos quais se destacam, modernizar a agricultura para reduzir as dificuldades do trabalho, integram-se ao mercado em busca de lucro, não apenas para produzir alimento para subsistência, mas também para comercialização, inserir-se na sociedade.

As necessidades de se criar uma associação de produtores foram apontadas por Sperry (2003), a partir de estudo de Mercioret,(1995), quais sejam: i) Técnicas, isto é, adquirir coletivamente máquinas e implementos agrícolas, ii) econômicas em alcançar uma figura jurídica que permita acessar o crédito bancário; iii) políticas em fazer crescer o poder de

negociação, iv) sociais ter acesso a recursos de infra-estrutura e pedagógicos e, finalmente v) necessidade de informar e informa-se.

De acordo com Sperry (2003), uma associação de produtores rurais é um fenômeno cultural e ao mesmo tempo um fenômeno político, cultural, por estar fundamentada em uma organização anterior e expressa a cultura de seus associados e político, pois passa a gerir diferentes formas de poder.

A existência de uma associação de produtores rurais apresenta diversas vantagens para o associado, por conseguinte para os que os assistem e apóiam. Elas podem contribuir para aumentar o poder de barganha, a escala da produção, a diversificação e a estabilização das culturas, viabilizarem a agregação de valores aos produtos agrícolas, ampliar a dimensão do mercado, a capitalização, potencializar os laços comunitários e solidários existentes entre os associados, proteger e conservar os recursos naturais, melhorar as condições de vida e de trabalho dos produtores rurais, aumentar os benefícios econômicos, sociais, políticos e ambientais, potencializando o grau de sustentabilidade local.

Assim, a associação dos pequenos produtores rurais passa exercer um papel fundamental na transformação da realidade dos agricultores e um caminho a ser seguido rumo ao desenvolvimento sustentável.

3.2 - Movimentos sociais, assentamentos e associação rurais.

No campo, considera-se que os movimentos sociais iniciaram-se com as ligas camponesas no ano de 1950; posteriormente os movimentos sociais começaram a ser difundidos com mais intensidade e freqüência, Freire, 2003 atribui esta expansão como resposta às repressões e censuras do regime militar implantado em 1964. A sociedade civil então voltou a se reorganizar e encontrou nos movimentos sociais uma maneira de expressão tolerada pelo Estado. A cidade e o campo tornam-se palco de conflitos, lutas sociais greves e reivindicações, expondo os vários interesses existentes entre as classes sociais.

Almeida é uma das principais referencias na formulação conceitual sobre movimentos sociais. Em sua obra a *Construção de Uma Nova Agricultura*: *Tecnologia, agricultura e movimentos sociais (1999)* ele segue de perto Touraine, ao considerar, os movimentos sociais como a constituição de um conflito que opõe a um ou mais adversários e uma ou mais disputas e o que distinguir um movimento social em relação a outros tipos de condutas coletivas é justamente a interdependência quase total que existe entre as disputas (ou aquilo que está em jogo) e os atores. Neste contexto, a análise acionalista de Touraine, a teoria dos movimentos sociais, desenvolve-se ao redor das ações coletivas, das lutas, dos atores.

Os movimentos sociais caracterizam-se basicamente por dois fatores: Pela natureza da classe social que emergem e pelo seu caráter de luta – transformador (reformista, reacionário, revolucionário) ou conservador.

Segundo a conceituação de Gohn (1995), os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sobre a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade.

A organização do movimento social de defesa dos direitos, nas lutas pela democracia e acesso a terra por melhor condição de vida, trabalho e salário no campo é o motor da luta para a conquista dos direitos preconizados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Esse movimento nasce no início da década de 70 na cidade de Cascavel - PR, legitimado em 1985, atualmente é o maior movimento social popular organizado do Brasil. Ele é um movimento agenciador de redes de sociabilidade e participação social no campo (Stedile e Gorgen, 1993), e tem como característica principal o fato de ser um movimento de massa, ao mesmo tempo um movimento político e sindical.

Silva e Lopes (1996), vêem o movimento dos trabalhadores rurais sem terra como um movimento permanentemente organizado, muito bem estruturado na luta pela reforma agrária. Como fatores que determinam o seu surgimento, encontram-se os fatores de ordens econômicas, sociais e políticos, além do contexto de abertura democrática que possibilitou a inserção dos trabalhadores rurais na luta e organização em torno de suas reivindicações;

entretanto o seu surgimento também se dá no contexto acirrado de luta pela terra e reforma agrária, particularmente naquelas áreas consideradas improdutivas.

O surgimento dessas formas de organização pelo direito a terra, pela produção, pelo trabalho, pela dignidade, pela justiça com base nos direitos humanos, contra o capitalismo na construção de uma sociedade sem exploração, dissemina-se rapidamente em todo País na década de 1980, promovendo ações de ocupações chamadas de acampamentos e de consolidação de posse a que chamamos de assentamentos.

No um sentido amplo, Silva & Lopes (1996), afirmam que os assentamentos de trabalhadores rurais são resultados de um processo de luta entre os trabalhadores rurais e seus aliados políticos contra os latifundiários e a burguesia agrária, tendo o Estado, através de suas instituições burocráticas, como mediador dos interesses conflitantes entre essas classes e a quem cabe dar soluções para os problemas. Visto enquanto desdobramento das lutas dos trabalhadores rurais, os projetos de assentamentos evidenciam não apenas a existência de uma diversificada composição social entre os assentados, como diferentes motivações e propostas de organização social e utilização produtiva da terra.

No entanto, como aponta Carvalho (1998), os assentamentos rurais, enquanto substantivos compreendem o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo em um determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo Governo Federal, no caso de aquisição também pelos Governos Estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas á reforma agrária.

A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas a área da terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada á produção agropecuária e ou extrativista, mas também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais. Carvalho (op. Cit.), diz que, o assentamento rural é produto de uma luta direta dos trabalhadores rurais sem terra, pela obtenção de terra (ocupação de terras ociosas), estas terras foram obtidas por diferentes mecanismos: desapropriação por interesses social, compra ou mesmo utilização de terras públicas.

A partir dos estudos de Leite (1995), os projetos de assentamentos possuem fases com dimensões econômicas, políticas e sociais e são constituídas por:

a) Origem e construção do projeto;
b) Implementação e definição de um formato organizacional;
c) Consolidação e reprodução da unidade familiar e do projeto.

Para Leite (op.Cit.), assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinar os agentes sociais e demandas muito das quais até então ignoradas, e possivelmente, permitir suas transferências em direitos, o que implica em trazer uma mediação legal para o conflito.

A importância das mediações e das formas de representações que emergem no processo de construção é o que Medeiros (1994), aponta para a necessidade de se atentar para o seu modo de operar em relação aos segmentos representados. Ela implica em formas de controle sobre os trabalhadores que em situação de assentamentos, aparecem através de imposição de diferentes tipos. Como tal destaca-se, a imposição de vinculação a alguma forma de organização para obter acesso a recursos de crédito, priorização das formas de organização coletiva, provocando uma discriminação em relação aos que optam pelas formas individuais, uma imposição no que refere á organização da produção.

A luta pela terra e os procedimentos de constituição do assentamento proporcionam a experiência de novas formas de participação e de solidariedade entre assentados, recuperando redes de relações pessoais anteriores, que dão origem às distintas formas de organizações ou constituem novas formas de organizações (Leite 1995).

Uma organização ou sistema social resulta de reações conflituais, em diferentes níveis de intensidade, entre forças sociais, que lutam pelo controle de modelos, ou subsistemas segundo os quais uma coletividade organiza de maneira normativa suas relações com o meio ambiente (contorno) no qual evolui (Touraine, 1994). É, portanto, no quadro das organizações que intervém as relações sociais, acentuando direta ou indiretamente os grupos, as categorias e classes sociais, assim como as relações institucionais, organizacionais ou inter-sociais (Almeida 1999).

Já Bittencourt *et al* (1999), dizem que a organização e a estrutura de produção são as diversas formas que os agricultores criam para estruturar a produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de seus produtos.

De acordo, com Carvalho (1998), a organização é compreendida como uma mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas. Essa mediação pode estar ocorrendo ou não e, quando ocorre, faz-se ou de maneira consensuada ou constrangida.

Neste contexto, Silva 2003 citando Prata et al. (1990), afirmam que o processo de organização consensuada é aquele cuja forma de organização pode seguir a linha de mobilização anterior à organização formal da entidade, em que o trabalho de conscientização dos futuros associados é desenvolvido previamente a qualquer medida de formalização.

E, que a organização constrangida refere-se à mobilização posterior à organização, passando pela organização de maneira rápida, servindo-se da inexistência de exigência legais quanto o número de associados. Cumpre-se primeiro os rituais de exigências legais para formalizar a entidade e espera-se que as realizações das ações propostas no estatuto funcionem como argumento mobilizador, favorecendo o ingresso de novas pessoas no movimento.

Silva (2003), coloca que a estratégia para organizar pode variar em função de uma série de circunstâncias provocativas: abertura política, conjunto de problemas de difícil solução quando tratados individualmente, política governamental, entre outras, e seguem as seguintes formas; consensuadas se criadas espontaneamente e primarem por ações conscientes, capazes de modificar o mundo que vive; e constrangidas se induzidas por fatores externos e as pessoas que as integram primarem pela ideologia da subalternidade.

Entendemos como Carvalho (1998), que define constrangimento como o resultado de uma dinâmica em que as pessoas diretamente interessadas encontram-se em situação econômica, política e ideológica de subalternidade, sem possibilidades conjunturais de

negarem sua presença (participação) em reuniões convocadas por terceiros ou de negarem as induções para organização; e consensualismo é a prática que prima pelo uso de ações conscientes dos membros de uma organização onde as pessoas diretamente envolvidas colocam-se como sujeito de suas ações com vistas a transformar o mundo que vivenciam, tanto perante as demais pessoas e organizações da sociedade civil, quanto perante as pessoas e os organismos governamentais.

O problema da questão agrária no país ainda continua presente, uma vez que ainda existe um contingente considerável de pessoas lutando por um pedaço de terra, ou em busca de condições econômicas e sociais mais favoráveis para poderem manter o que demoraram tanto para conseguir. Fazendo nossas as palavras de Bergamasco & Norder (1996, p. 74), podemos dizer então, que a questão da terra no Brasil, assim como em toda a América Latina está permeada pelas relações de força entre as classes sociais e que o Estado pode atuar como *"mediador"* entre elas, escolhendo sempre a quem vai servir...

3.3 - Associativismo em assentamentos rurais.

Organização, luta e resistência são ações vivenciadas pelos trabalhadores rurais assentados na busca de melhores condições de vida e trabalho. A necessidade de lutar por recursos e unir forças em torno de um objetivo comum fizeram surgir às associações de trabalhadores rurais. A associação é então compreendida como uma luta que nasce ora por uma disputa da terra, ora por uma conquista da terra e se espacializa na terra conquistada, através dela os assentados buscam a conquista de vantagens sociais, políticas, econômicas e ambientais.

Nos assentamentos de reforma agrária, a organização social representada através das associações, que num primeiro momento possuía caráter reivindicatório, passou a ser pensada como uma necessidade básica para a permanência do trabalhador assentado na terra, surgindo às questões de produção, comercialização, política agrícola, assistência técnica, infra-estrutura, educação, créditos financeiros, questões ambientais, etc., contudo a associação continuou desenvolvendo o seu papel reivindicatório; deste modo, associação

vem para ampliar as possibilidades de discussão tanto no interior da organização como no ambiente externo, transformando o assentamento em um espaço de ações coletivas e comunitárias onde os assentados desenvolvem um conjunto de atividades e lutas para garantir a sua existência e permanência na terra.

No entanto Sperry (2003a), considera que a ação coletiva não é natural, nasce de uma necessidade sentida por diversos indivíduos e seu sucesso depende do grau de interdependência e das ações de quem dela participam; ou ainda segundo esta mesma autora, significa ações de um grupo motivado por um objetivo comum para produzir um bem coletivo.

Para Fabrine (2003), as ações coletivas são fundamentadas por uma identidade estabelecida no processo de luta pela terra que apresentam conteúdos políticos e ideológicos e uma perspectiva de transformação da estrutura da sociedade, de acordo com autor, "*As ações coletivas são atividades desenvolvidas a partir da construção de espaços de socialização política entre os camponeses assentados.*" (op. cit., p 65).

Enquanto que as ações comunitárias são consideradas pelo autor supra citado, como atividades realizadas entre os assentados movidas por sentimentos de solidariedade, ajuda mútua, sem a complexidade que envolve as relações de classes, e que não se estabelece como forma de transformação social, entretanto quando potencializadas politicamente as ações comunitárias podem se transformar em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder e garantir a reprodução dos assentados, desta forma às famílias assentadas e as organizações conseguem coordenar as suas ações individuais de forma a promover a ação coletiva.

Alguns autores consideram as ações comunitárias como uma forma atrasada e ultrapassada de relações com raízes culturais vinculadas ao passado que tendem a desaparecer com o desenvolvimento de outros tipos de relações, outros, no entanto, as consideram como um meio renovador e moderno de relações nos assentamentos. Marcos (1996), escreve ao tratar das diferenças entre ações coletivas e comunitárias o seguinte: a sustentabilidade camponesa esta centrada nas ações comunitárias.

Assim, os assentados combinam variadas formas de relações, apresentando diferentes situações que não se esgotam numa fórmula única. Embora muitos grupos sejam formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção) são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as ações coletivas. É neste agir coletivo centrado na esfera política que os assentados vão constituindo o seu território no espaço dos assentamentos de reforma agrária.

METODOLOGIA

4.0 – METODOLOGIA

4.1-CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA AMOSTRA DO ASSENTAMENTO.

A seleção do projeto de assentamento "**Oito de Outubro**" para este estudo de caso foi procedida após exaustivo levantamento e análise dos trabalhos (Lopes *et ali* 2004, Lopes & Mota 1997; Silva & Lopes,1996; Silva 1996; Lopes 1995) já realizados sobre os assentamentos de reforma agrária em Sergipe. Para definição do assentamento rural que compôs a amostra estudada foram considerados os seguintes critérios:

a) Estar localizado no semi-árido Sergipano, região que possui a maior concentração de projeto de assentamento de reforma agrária do estado;

b) Ser um projeto de assentamento de reforma agrária, criado por iniciativa de governo federal, ou seja, é um assentamento rural de origem federal;

c) Estar consolidado a mais de cinco anos e tem um elevado grau de organização social;

d) Possuir pelo menos uma associação de trabalhadores rurais assentados com mais de três anos de funcionamento, tempo razoável para que se pudesse avaliar as possíveis mudanças ocasionadas no assentamento e na qualidade de vida dos seus associados;

e) A associação dos trabalhadores rurais assentados possui elevado número de sócios em relação à quantidade de famílias assentadas;

f) O assentamento ser importante em relação aos demais tanto em termos organizativos quanto econômicos.

Seguindo os critérios de definição da área de estudo, a pesquisa de campo foi realizada no projeto de assentamento de reforma agrária "Oito de Outubro", e teve amostra de uma

organização social formada por 64 trabalhadores rurais integrantes da Associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta, retirados ao acaso do universo real, de 81 associados, o que corresponde a 80,0% dos trabalhadores rurais assentados no projeto de assentamento "Oito de Outubro". A definição e o tamanho da amostra foram determinados sobretudo pela complexidade e pela diversidade da realidade estudada ou seja, em função das questões pesquisadas.

4.2 – LOCAL DA PESQUISA

Para compreender as diversas formas de organizações sociais que se desenvolvem em determinado projeto de assentamento de reforma agrária ou região torna-se necessário o conhecimento e a caracterização deste território.

Neste trabalho o espaço de análise e discussão é o projeto de assentamento de reforma agrária "**Oito de Outubro**" localizado na região semi-árida do Estado de Sergipe. O semi-árido corresponde a 60,0% da extensão territorial do Estado ou 11.406 Km², abrange 32 municípios, onde vivem aproximadamente 55mil pessoas ou 40,0% da população estadual**,** apesar da região ser considerada como uma das menos desenvolvidas de Sergipe (Lopes 1997), tem sido repetidas vezes mencionada como uma bem sucedida experiência para uma avaliação da capacidade dos assentamentos rurais.

No Semi-Árido sergipano atualmente encontra-se o maior número de concentração de assentamentos e ocupações de terras, portanto, é o local onde mais se centralizam pressões sociais de reforma agrária no Estado. Dos 117 projetos de assentamentos de reforma agrária existentes, mais de 50,0% estão localizados no semi-árido sergipano, promovendo o beneficiamento superior a 2.908 famílias assentadas (INCRA, 2004)**.**

O município de Simão Dias faz parte da zona semi-árida brasileira localizado no sudoeste de Sergipe cerca de 101 Km da capital, Aracaju e possui um território de 558,56Km², população estimada em 36.795 habitantes. Destes, 19.996 residem na área rural (IBGE, 2000), ou seja, 53,3% da população total do município habitam na zona rural.

A agricultura deste município é altamente subordinada aos insumos industriais, máquinas e equipamentos, porém possui uma notória capacidade de produção. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas se sobressaem a pecuária e a agricultura, destacando-se na produção de milho, abóbora, mandioca e feijão. Do ponto de vista dos recursos naturais possui boa parte da área com vegetação nativa de capoeira e a caatinga.

Figura 1- Situação da área de estudo
Fonte: Atlas de Sergipe 2005

O municipio de Simão dias possui uma área de 5.854,60 ha destinados a 6 assentamentos de reforma agraria, beneficiando cerca de 509 familias asim destribuidos; O municipio possui dois projetos de assentamentos implementados pelo Governo do Estado, o Governador Valadares com 277 famílias assentadas e área de 1.215(ha) e, o Pedro Valadares com 43 famílias assentadas em uma área de 375 (ha), ambos com início em 1988. Outros quatros projetos de assentamentos rurais foram implementados pelo governo federal: O Carlos Lamarca, Oito de Outubro, 27 de Outubro e o Maria Bonita, com um total de 188 famílias assentadas em uma área de aproximadamente 4.264,60 ha.

O projeto de assentamento **Oito de Outubro** possui uma área total de 1.859,9 ha. Localiza-se em área desapropriada da Fazenda Quingimbe / Floresta, na comunidade Cumbe, cerca de 9 km da sede do município e a 101 Km da capital Aracaju. A propriedade

por se encontrar improdutiva, foi ocupada de forma pacífica e organizada em 1997, quando 254 trabalhadores rurais sem terras permaneceram acampados por cerca de 14 meses.

No ano de 1998, a área foi desapropriada e considerada de interesse social para fins de reforma agrária através da portaria de número 28 datada em 17/04/98, desta vez, em decorrência de uma forte pressão exercida por grupos de trabalhadores rurais sem terra, por pequenos agricultores e por outras categorias de excluídos sociais. Em 06 agosto de 1998, ocorreu à imissão de posse e assim, a fazenda Quingimbe / Floresta foi oficialmente liberada para projeto de assentamento de reforma agrária, recebendo o nome de Projeto de Assentamento **Oito de Outubro**, em homenagem a data de morte do revolucionário Che Guevara.

Na área destinada ao assentamento predomina dois tipos de solos: Neossolo Litólicos eutróficos e associação de argissolo vermelho amarelo eutroficos + solos litolicos eutroficos Em relação ao relevo observa-se que a maior parte da área esta localizada nas classes de declividades suave ondulado. A área é cortada ao norte pelo rio Vaza Barris, possui 19 açudes e três nascente (PDA-INCRA).

O projeto de assentamento **Oito de Outubro** é, apoiado pelo INCRA e pelo MST, possui apenas uma associação, criada na época de acampamento, denominada "**Associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta**". A maioria das famílias assentadas tem origem rural do município Paripiranga (Ba), este assentamento é composto por 81 famílias, que totalizaram cerca de 380 pessoas, sendo 192 do sexo feminino e 188 do sexo masculino. (INCRA/ Pesquisa de campo-2005)

A seleção das pessoas a serem assentadas foi realizada através da associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta. Após a delimitação dos lotes realizada pelo INCRA, a terra passou a ser de posse individual, deste modo cada família escolhida recebeu por meio de sorteio realizado em comum acordo por intermédio da associação uma área de 23 ha equivalente a 75 tarefas de terras. Hoje, a principal fonte de renda das famílias assentadas provém da agricultura, fundamenta sobre a produção de milho e abóbora, com 1.717 e 698 tarefas plantadas respectivamente, seguidas do feijão.

4.3-O processo associativo

A relação estabelecida entre as famílias ao longo do processo de discussão e ajuda mútua, animada por um objetivo comum, a luta pela terra, foi moldando idéia, comportamentos e expectativas. Assim a iniciativa de se criar a **Associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta**, segundo seu primeiro diretor fazia parte da estratégia de ocupação coletiva da fazenda Quingimbe / Floresta, no momento em que os trabalhadores rurais decidiram por reivindicar e por ocupar de forma pacífica e organizada as terras da fazenda Quingimbe / Floresta, naquela ocasião, a associação tinha um caráter informal e o objetivo inicial de ocupar a terra visando a sua posse rápida e definitiva, além de suprir as diferentes necessidades dos trabalhadores rurais na fase de acampados.

Associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta, surgiu espontaneamente entre os acampados. Foi criada sem influência política ou partidária, em termos de legislação vigente em 9 de outubro de 1997, com sede no próprio acampamento, composta por 81 sócios todos trabalhadores rurais ocupantes no projeto de assentamento Oito de Outubro, (naquela época em processo de formação).

A associação foi criada com conselhos administrativo e fiscal, constituídos por presidente, vice-presidente, 1ª secretária, 2ª secretária, 1ª tesoureiro, 2ª tesoureiro e seus suplentes, eleitos através do voto direto pelos associados. Posteriormente, foram criadas mais duas secretarias, a de fiscalização comunitária e a de construção de obras, cujas finalidades são o controle e organização comunitária.

A associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta é uma associação civil, sem fins lucrativos no desenvolvimento de suas atividades, e as principais fontes de arrecadação são as mensalidade e as contribuições pagas pelos seus associados equivalentes a 1,0% sobre toda e qualquer transação bancária ou de recursos agrícolas realizadas.

Segundo seu estatuto, aprovado pelo voto dos associados, a associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta têm como objetivos fortalecer a organização econômica, social e política dos produtores rurais; racionalizar as atividades econômicas,

desenvolvendo formas de cooperação que ajudem na produção e comercialização; garantir os direitos dos associados junto ao poder público, principalmente no atendimento das necessidades de educação, saúde, habitação, transportes e lazer; e contribuir para a organização de movimento voltado para a preservação ambiental.

4.4 - QUESTÕES DA PESQUISA

A hipótese da análise aqui apresentada é o de que as formas de organizações sociais desenvolvidas no interior do assentamento influenciam na sustentabilidade econômica, social, política e ambiental de forma positiva quando consensuada e negativa quando constrangida.

- Qual a forma de organização do assentamento Oito de Outubro?
- A associação tem contribuído para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares assentados?
- As práticas produtivas desenvolvidas pelos seus associados favorecem a sustentabilidade ambiental?
- O consensualismo leva à sustentabilidade da organização e do assentamento onde está inserida?
- O assentamento Oito de Outubro é sustentável?

4.5 - MÉTODO E INSTRUMENTAIS DA PESQUISA

De acordo com o pensamento desenvolvido por Trujillo (1974), citado por Lakatos (2000 p. 44).

> *"Os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo."*

Deste modo, o método utilizado nesta pesquisa foi o estudo de caso, baseado em enfoque sistêmico, pois se acredita que não basta estudar cada uma das partes ou dos fenômenos da

realidade que se quer conhecer. É necessário entender as relações mútuas entre as partes e entre os fatos econômicos, sociais, políticos e ambientais que explicam a realidade.

Nesta pesquisa, estudou-se o caso da organização social no interior do assentamento **Oito de Outubro** analisando como o consensualismo influencia na sustentabilidade da organização e como essa organização interna contribui para sustentabilidade econômica, social e ambiental do assentamento Oito de Outubro. Desta maneira, o estudo enfoca a organização social e o grau de sustentabilidade do assentamento através da mensuração dos indicadores, variáveis e parâmetros.

Goldenberg (1999), advogando sobre o estudo de caso, caracterizou o método pela análise holística do fenômeno, analisando a unidade social estudada como um todo, sendo desenvolvido com a utilização de diversas técnicas de pesquisa, obtendo assim informações variadas, segundo este mesmo autor, o estudo de caso tem como objetivo conhecer profundamente a totalidade de uma situação específica e descrever a complexidade da realidade social analisada.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, dividiu-se a pesquisa em três fases: Na primeira fase fez-se uma revisão bibliográfica, na busca da adequação teórica ao estudo proposto, seguida da pesquisa documental realizada através de dados secundários, obtidos junto ao IBGE, BNB, INCRA, MST, Associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta na qual pode-se fazer uma pré-avaliação da situação sócio-econômica dos trabalhadores rurais assentados.

A segunda fase da pesquisa fundamentou-se no trabalho de campo com visita ao local de estudo, quando se fez a observação direta do assentamento rural, percorrendo toda a sua extensão e teve como finalidade o reconhecimento, descrição e exploração do assentamento "**Oito de Outubro**". Nesta fase foram feitos registros fotográficos e uma primeira aproximação com os agricultores familiares assentados, levando a uma primeira percepção da realidade a que estão inseridos. O método observacional é considerado como básico nas investigações nas ciências empíricas, pois utiliza essencialmente o ver e escutar servindo-se de observações, questionários, entrevistas (Gil, 1991) assim, nesta pesquisa a

observação direta foi realizada em todas as visitas ao assentamento inclusive quando estava sendo aplicado o questionário.

Para Gil (1995), a observação tem como objetivo a descrição com maior precisão dos fenômenos devendo o pesquisador antes de coletar os dados realizar estudos exploratórios visando elaborar um plano específico para a organização e registro das informações estabelecendo de antemão as categorias necessárias ás análises da situação.

Para Triviños (1987), os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de um determinado problema, já Gil (1991), considera que os estudos exploratórios proporcionam uma visão geral do fato a ser estudado tornando o problema bem mais esclarecido e passível de investigação.

Desta forma, as primeiras fases da pesquisa foram caracterizadas pelo método de observação direta (método observacional), como uma pesquisa exploratória e descritiva. Conforme salienta Gil (2002), a pesquisa exploratória é o tipo de pesquisa que proporciona maior conhecimento do problema, é realizada através da consulta a diversos tipos de documentos e com o reconhecimento visual do local onde se desenvolve a pesquisa. Segundo este mesmo autor, a pesquisa descritiva objetiva descrição das características de uma determinada população e/ou estabelecimento de relações entre as variáveis.

A terceira fase da pesquisa foi pautada pela abordagem qualitativa e quantitativa na qual foram utilizados como instrumentos na coleta de dados dois tipos distintos de questionários elaborados como base na literatura sobre assentamentos rurais bem como em questionários utilizados em outras pesquisas, tendo em vista a produção dos indicadores de sustentabilidade que pudessem subsidiar a análise proposta neste estudo, levando-se em conta consecução dos objetivos propostos. Segundo Richardson (1989), os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características de um grupo social e medir determinadas variáveis individuais ou grupais.

Os questionários aplicados neste estudo foram organizados em duas partes: um contendo dados gerais, e outro com perguntas correlacionadas com os indicadores de sustentabilidade (Anexo B).

O primeiro tipo de questionário foi aplicado aos representantes (dirigentes e vice-presidente) da Associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta e, o segundo tipo, aos seus associados constituídos legalmente como titulares do lote. Ambos cantem perguntas abertas e fechadas, preenchidos de forma individual na residência do assentado e na sede da organização, com pergunta sobre as características organizativas, econômicas, sociais, políticas e ambientais do objeto de estudo.

As perguntas abertas foram transferidas para um questionário espelho, contendo as mesmas perguntas, porém com as respostas agrupadas, fechadas e codificadas, para posteriormente facilitar a tabulação e análise dos dados.

O número de questionário aplicado foi definido pela própria dinâmica em que transcorreu a pesquisa, ou seja, quando as informações coletadas tornaram-se muito repetitivas e não apresentava novos aspectos relevantes. Desse modo, foram aplicados 64 questionários junto aos trabalhadores rurais assentados, correspondendo a 80,0% dos sócios da associação de trabalhadores rurais Quingimbe / Floresta e equivalente a 80,0% do total de famílias assentadas no projeto de assentamento de reforma agrária **Oito de Outubro**.

Nos questionários destinados à analise da organização dos assentados foi abordada questões relacionadas com as formas organizativas, ato constitutivo, finalidade da organização, uso de crédito, educação associativista, participação dos associados, entre outras. E ainda nos questionários aplicados aos trabalhadores rurais associados foram feitas perguntas sobre a organização, processo de decisão das quais participam, e questões correlacionadas com a sustentabilidade econômica, social, ambiental e institucional.

A sustentabilidade econômica foi abordada com indagações referentes com à comercialização, canais de comercialização, crédito, relação do número de bens, área cultivada, organização produtiva, renda associado/am, origem da renda, inadimplência, mecanização agrícola.

A sustentabilidade social foi abordada com questões associadas com, origem do associado, ocupação de mão de obra dos associados, trabalhadores capacitados, capacitação associativista, escolaridade, habitação, fonte de energia.

A sustentabilidade ambiental foi abordada com questões relacionadas com o uso das práticas agrícolas, repercussão ecológica, uso do solo, usa de insumos agrícolas, extração de recursos florestais etc. E para as questões de sustentabilidade política considerou-se: participação dos associados no processo decisório, assistência técnica na produção e comercialização dos produtos, consciência associativista, apoio á infra-estrutura comunitária, projetos realizados pelas associações, entre outras. Nesta etapa identificamos os fatores que levaram a organização dos trabalhadores rurais assentados ao consensualismo bem como o grau da sustentabilidade do assentamento.

Para a realização deste trabalho também foram desenvolvidas entrevistas informais que seguiram um roteiro previamente elaborado e dirigido para os objetivos da pesquisa, e também perguntas abertas, informais, com a finalidade de captar as visões e representações dos atores sociais envolvidos. As entrevistas foram realizadas na residência das lideranças dos assentados, na sede da organização, no local de trabalho dos técnicos (INCRA). Como salienta Gil (1995), a entrevista é a técnica em que o investigador formula perguntas para coleta de dados frente ao investigado, visando obter informações para investigação.

4.6 - Modelo de análise

O modelo de análise tem como objetivo compreender o sistema como um todo permitindo assim, a sua avaliação. Haines-Yung e Petch mencionados por Christofoletti (2002, p.11) consideram os modelos como "*...mecanismos dos quais os parâmetros são usados para possibilitar conclusões ...*"

Neste estudo, optou-se em construir como modelo de análise, os conjuntos de dimensões, indicadores e parâmetros significativos e passíveis de quantificação para serem usados como um instrumento na avaliação do grau da sustentabilidade, do projeto de assentamento de reforma agrária "**Oito de Outubro**", tendo como eixo central da pesquisa a organização social dos trabalhadores rurais assentados. Para Bouni (1996), a sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais que devem ser contemplados. Assim, para avaliar a sustentabilidade deve-se usar um conjunto de dimensões, indicadores e parâmetros.

Os indicadores utilizados nesta pesquisa contemplaram aspectos relacionados com as dimensões e parâmetros tal qual expostas nos quadros 2 a 5. As dimensões delimitadoras e norteadoras da pesquisa são constituídas pelos macro-eixos de análise da sustentabilidade, em que pese os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais.

Para o primeiro grupo, relacionado com a dimensão econômica foram selecionados os seguintes indicadores: Comercialização da produção, canais de comercialização, crédito, relação do n° bens, área cultivada, organização produtiva, renda mensal do associado, origem da renda dos associados, taxa de inadimplência. Quadro 2, apresenta as dimensões, indicadores e parâmetros econômicos empregados no estudo.

QUADRO 2.- Dimensões, indicadores e parâmetros econômicos utilizados para o levantamento da sustentabilidade.

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS
ECONÔMICA		
	Comercialização	% Dos associados que participam das compras em comum
		% Associados que participam das vendas em comum
	Canais de comercialização	% Comercializam nas Feiras livres
		% Comercializam atraves de Intermediários
	Crédito	% Consideram o Crédito suficiente;
		% Associado com acesso
		% Sempre reembolsou
	Relação do número de bens	% Aumento dos bens dos associados
	Área cultivada	% Área cultivada
	Organização produtiva	% Organização Individual
	Renda associado/am	Valor da Renda
	Origem da renda	% Renda Agrícola;
	adimplência	Taxa de adimplência
	Mecanização agrícola	Numero de associados que utilizam mecanização

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

Para o grupo da dimensão social, foram definidos os seguintes indicadores: origem do associado, escolaridade, local de trabalho dos associados, local de trabalho dos associados, habitação, fonte de energia, participação dos associados, satisfação dos associados, números de associados, conforme pode ser visualizado no quadro 3.

QUADRO 3- Dimensões, indicadores e parâmetros sociais utilizados para o levantamento da sustentabilidade.

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS
SOCIAL		
	Escolaridade	% Com Ensino Fundamental
		% Educação associativista
		% Associados que participam de eventos
		% Associados capacitados pela associação
	Ocupação de mão de obra dos associados. *(Local de trabalho)*	% Ocupados no º próprio lote
	Habitação	% Domicílios com Alvenaria
		% Qualificam aresidencia como Boa
	Fonte de energia	%Residencias com Rede geral
	Transporte	% Consideram Suficiente
	Acesso ao assentamento	% Consideram Bom Acesso
	Origem do associado	% Origem da zona rural
	Satisfação dos associados com a associação	% Sócios Satisfeitos
	Associados	N°de sócios hoje
	Participação dos associados	% Participam das reuniões
	Qualidade da assistência Técnica	% Consideram Boa

Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Para a dimensão política foram escolhidos os indicadores: Influência política na fundação da associação, capacitação dos dirigentes, oferta de capacitação para os associados, quantidade de reuniões realizadas ao mês, qualidade das reuniões, eficácia da gestão, participação dos associados, formas de reivindicação dos associados, tempo de funcionamento da associação, decisões da diretoria, benefício para a comunidade, consciência associativista, infra-estrutura comunitária, projetos realizados. O quadro 4 (quatro) , ilustra as dimensões, indicadores e parâmetros político.

QUADRO 4- Dimensões, indicadores e parâmetros políticos utilizados para o levantamento da sustentabilidade.

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS
POLÍTICA		
	Influência política na fundação da associação.	% Partidos políticos
	Capacitação dos dirigentes	% Formação em associativismo
	Oferta de capacitação para os associados.	Número de eventos ofertados
	Quantidade de reunião	% Consideram Suficiente
	Qualidade das reuniões	% Consideram Boa
	Participação dos associados	% Participam das Reuniões /Assembléia
	Eficácia da gestão	% Consideram Boa
	Forma de reivindicação dos associados	% reivindicacoes atraves de Reunião
	Funcionamento da associação	Anos consecutivos
	Decisões da diretoria	% Baseadas na assembléia
	Benefício para comunidade	Quantidade Benefícios conseguido
	Consciência associativista	% teêm cosciencia associativa
	Projetos realizados	Quantidade de projetos realizados através da associação

Fonte: Pesquisa de Campo.

Para o quarto grupo, aquele relacionado com a dimensão ambiental, foram selecionados os indicadores: de preservação ambiental, adoção de práticas ambientais conservacionistas, insumos agrícolas, extração de recursos naturais, destino dos resíduos doméstico, destino dos resíduos agrícola, saneamento, assistência técnica a produção, práticas agrícolas, coleta de lixo no assentamento, configurados no quadro 5.

QUADRO 5- Dimensões, indicadores e parâmetros ambientais utilizados para o levantamento da sustentabilidade

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS
AMBIENTAL		
	Reserva Legal	% área da Reserva Legal
	Preservação das matas ciliares	% Preservam as matas Ciliares
	Plantio de espécies florestais	% Associados que plantam
	Adoção de práticas ambientais conservacionistas	% Associados que adotam práticas conservacionistas
	Insumos agrícolas utilizados pelos associados	% Utilizam defensivo agrícola;
		% Utilizam fertilizantes;
		% Utilizam adubo orgânico.
	Extração de recursos naturais	% Praticam o desmatamento
	Práticas agrícolas	% Adotam práticas agrícolas
	Destino do resíduos doméstico.	% Utilizam a queima.
	Destino do resíduos químico	% Queima resíduos.
		% Devolve o Resíduo
	Destino dos resíduos de lavoura	% Reaproveita resíduo da lavoura
	Esgoto	% Domicílio com fossa Séptica
	Abastecimento de água	% Domicílio com cisterna
	Assistência técnica	% lotes com acesso a assistencia técnica.

Fonte: Pesquisa de campo.

4.7-Graus de sustentabilidade

Para todos os indicadores construídos foram definidos parâmetros, e para cada parâmetro utilizado foram estabelecidos limites individuais. Na definição destes limites foram adotados como critérios de referência as condições que consideraram as características organizativas, econômicas, sociais, políticas e ambiental do projeto de assentamento rural "**Oito de Outubro".**

Os limites individuais foram usados como pré-requisito necessário para identificar o grau de sustentabilidade o qual pode ser medido de diferentes formas, porém para este estudo fixamos em três aspectos: grau de sustentabilidade alto, médio e baixo grau de sustentabilidade, conforme detalhamento explicitado no anexo A.

Os graus de sustentabilidade foram concebidos, com base nos estudos desenvolvidos pelo Banco do Nordeste (1999), sobre o meio ambiente, intitulado, G*uia do meio ambiente para o produtor rural*. Em que os diferentes graus quantitativos são delimitados por classes e expressos em percentuais, conforme figura 3

LIMITES	GRAUS DE SUSTENTABILIDADE
INFERIOR A 30,0%	BAIXO
ENTRE 30,0% E 60,0%	MÉDIO
SUPERIOR A 60,0%	ALTO

Figura 3: Graus de sustentabilidade.
Fonte: Adaptado Banco do Nordeste 1999.

Para aos parâmetros como feira livre, intermediários, defensivos agrícolas, fertilizantes, desmatamentos, os graus de sustentabilidade foram considerados o inverso, assim quanto menor os limites encontrados maior será o grau de sustentabilidade, configurados na Figura 4.

LIMITES	GRAUS DE SUSTENTABILIDADE
SUPERIOR A 60,0%	BAIXO
ENTRE 30,0% E 60,0%	MÉDIO
INFERIOR A 30,0%	ALTO

Figura 4: Graus de sustentabilidade.
Fonte: Adaptado Banco do Nordeste 1999

No entanto, para alguns indicadores trabalhados, a sustentabilidade foi avaliada através de parâmetros também qualitativos. Assim, a ocorrência de influencia política na fundação da associação na avaliação do grau de sustentabilidade política tem como limites "Não" (alta) e "Sim" (baixa). Já a capacitação dos dirigentes, funcionamento da associação em anos consecutivos e as formas de decisões tomadas pela diretoria (decisões baseadas nas assembléias) consideramos os limites "Sim" equivalente a grau de sustentabilidade política alta e "Não" para baixo nível de sustentabilidade política.

Outra exceção foi para o indicador referente à Renda / am dos associados, sendo considerados como baixo grau de sustentabilidade valores menores que 2 salários mínimos ao mês, para valores compreendidos entre 2 e menor que quatro salários mínimos ao mês foram classificados como grau médio de sustentabilidade, e como alto grau de sustentabilidade o que apresentar valores acima de 4 salários mínimos ao mês.

4.8 - DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Os indicadores de sustentabilidade são instrumentos utilizados para medir e monitorar os graus de sustentabilidade de diferentes sistemas, permitindo verificar efeitos positivos ou negativos na sustentabilidade de um agroecossistema (Camino e Muller, 1993). A seguir são apresentadas as características significativas dos indicadores empregados no presente estudo.

4.8.1 - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Comercialização - As ações coletivas desenvolvidas por intermédio das associações tendo em vista a produção e a comercialização, podem representar um aumento na economia de escala, tornando os associados mais competitivos, desta maneira, as compras realizadas em comum tende a aumentar o poder de negociação e reduzir os preços das mercadorias, o que levar a diminuição de custos com a aquisição de produtos e bens, podendo gerar um expressivo aumento na economia do associado. As vendas efetuadas em comum também podem contribuir de forma expressiva para elevar os ganhos dos assentados associados, aumentando a renda e maximizando os lucros. Deste modo quanto maior o número de associados que participarem compras/ vendas em comum, maior será o grau da sustentabilidade das organizações e do assentamento rural. Típico de organização consensuada

Canais de comercialização - Reproduzem e também criam novas possibilidades de trabalho e renda para os assentados associados. As associações dos trabalhadores rurais poderão fortalecer e ao mesmo tempo serem fortalecidas pelos diversos tipos de escoamentos da produção agrícola, criando assim uma relação socioeconômica mútua entre associação, associados e canais de comercialização. A comercialização da produção agrícola realizada através dos intermediários reduz o lucro do assentado, pois os preços por eles praticados estão abaixo da média do mercado regional, submetendo os assentados associados a preços desfavoráveis. Práticas comuns desenvolvidas nas organizações constrangidas

Crédito - Visa propiciar as famílias assentadas condições para inclusão econômica, social e produtiva no mercado, suprindo suas demandas, carências e impulsionando as atividades econômicas. Atua também de forma determinante na formação da organização constrangida

Relação do número de bens - O aumento do número de bens dos associados evidencia o aumento do poder aquisitivo, levando a uma melhora na qualidade de vida e a sustentabilidade econômica do assentamento. Podendo revelar ainda a eficácia da organização social

Área cultivada - O aproveitamento total e racional da área agricultável do assentamento poderá proporcionar um aumento na produção e geração de renda dos trabalhadores rurais assentados e conseqüentemente contribuir para a sustentabilidade econômica

Organização produtiva - Através da organização produtiva promove-se à diversificação da produção agrícola, introduzindo atividades mais rentáveis, garantindo assim a reprodução das unidades familiares assentadas. Revelando a preocupação da organização com os assentados associados

Renda associado/am - Mostra o rendimento médio dos associados representados em salários mínimos obtidos através de atividades agrícolas realizadas no interior do lote

Origem da renda - Indica se o valor da renda registrado no assentamento é proveniente das atividades agrícolas desenvolvidas nos lote

Inadimplência - A taxa de inadimplência demonstra não só a relação de confiança ente associados e associação como também o grau de eficácia da associação

Mecanização agrícola - O uso e a posse de máquinas e equipamentos agrícola indicam maior poder econômico dos agricultores familiares assentados

4.8.2-INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Escolaridade - O nível de escolaridade dos associados assentados poderá determinar o nível de desenvolvimento do assentamento e da organização social interna.

Habitação - Condições de moradia revelam a qualidade de vida dos trabalhadores rurais assentados, constituindo um relevante indicador de sustentabilidade social.

Fonte de energia e Abastecimento de água - O acesso à energia elétrica e ao acesso à água de boa qualidade traduzem na capacidade dos agricultores familiares assentados garantirem sua reprodução. Sendo um importante indicador social.

Transportes e Acesso ao assentamento - A existência de transportes e o tipo de estrada são fatores determinantes na vida dos assentados, pois possibilitam maior relação com a cidade e maior integração com o mercado regional.

Ocupação de mão de obra dos associados - Indica o local de trabalho dos associados antes de vir para o assentamento, podendo determinar o nível de experiência e desenvolvimento das atividades agrícola os assentados associados.

Satisfação dos associados com a associação - Expressa a maneira com que a associação desenvolvendo suas atividades. Quanto maior a satisfação dos associados maior será a possibilidade de sustentabilidade da organização.

Satisfação dos associados com a atual gestão - Representa o modo com que esta sendo conduzido à associação e a sua interação com as necessidades coletivas dos associados.

Associados - O número de associados revelam a força de atração da associação, obtida pela sua importância dentro e fora do assentamento.

Origem do associado - Facilita a adaptação e permanência do assentado tendendo a uma redução da evasão no assentamento. Importante componente para a sustentabilidade da associação e do assentamento.

Participação dos associados - A participação dos sócios representa um indicador de sucesso da organização, fundamental instrumento para o consensualismo.

4.8.3 - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE POLÍTICA

Influência política na fundação da associação.- Atores externos induzindo a criação da organização, característica das organizações constrangidas.

Capacitação dos dirigentes - Revela a qualidade de liderança, favorecendo o sucesso da organização social.

Oferta de capacitação para os associados. - Demonstra a preocupação da associação com capacitação dos sócios e de seus familiares podendo ser mensurado através da quantidade de cursos oferecidos

Quantidade de reunião - Maior números de reuniões favorece a união dos associados e ajudam na tomada de decisão. Podendo alcançar a sustentabilidade política.

Qualidade das reuniões - Aumenta o interesse dos associado pela organização e da organização pelos associados favorecendo as relações para o desenvolvimento sustentável das atividades coletivas. Atributo das organizações consensuadas.

Participação dos associados - Números elevados e freqüentes de participações dos associados traduzem em maiores benefícios comunitários. Práticas constantes do consensualismo.

Eficácia da gestão - Revela os resultados das ações dos dirigentes da associação demonstrando se os interesses coletivos estão sendo atendidos de forma adequada com as necessidades comunitárias

Forma de reivindicação dos associados - Favorece a união dos associados, fortalecendo o desenvolvimento social participativo.

Funcionamento da associação – A regularidade de atendimento assim como o funcionamento ininterrupto (em que pese os lapsos temporais de regularidade de atendimento e da diretoria) favorece a sustentabilidade política.

Decisões da diretoria - Mostra o envolvimento dos associados com a diretoria no processo de tomada de decisão. Característica típica da organização social consensuada.

Benefício para comunidade - Expressa a preocupação da associação com a comunidade, traduzindo em benefícios comunitários realizados.

Infra-estrutura - Quanto melhor a infra-estrutura do assentamento, melhor oportunidades de aumentar a capacidade de geração de renda dos assentados. Mostra o grau de relação da associação com seus associados e dos assentados com o estado

Projetos realizados - Mostra o empenho da associação em promover o desenvolvimento econômico, social, político e ambiental do assentamento.

Campanha de preservação ambiental - Demonstra a preocupação da associação com os recursos naturais, podendo conduzir a sustentabilidade ambiental do assentamento.

4.8.4 - INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Preservação ambiental - Expressa nível de sustentabilidade das ações desenvolvida pela associação e o envolvimento dos associados com a natureza.

Preservação das matas ciliares - Descreve ao cuidado dos associados com cobertura vegetal associada à proteção das margens dos cursos d'água, sendo importante indicador de sustentabilidade ambiental.

Plantio de espécies florestais - Mostra o interesse e preocupação dos associados com a qualidade do ambiente.

Adoção de práticas ambientais conservacionistas –Uma das características necessárias a existência de sustentabilidade de um sistema é a manutenção deste ao logo do tempo, que pode ser alcançada através de praticas conservacionista.

Extração de recursos naturais - Aponta os avanços das atividades desenvolvidas pelos associados mostrando o estado de conservação dos recursos naturais.

Práticas agrícolas - Expressa os cuidados dos associados e da associação em conservar e preservar os recursos naturais, como o solo e água.

Destino dos resíduos doméstico - Expressa o grau de preocupação dos associados com as condições de higiene da comunidade, contribuindo significativamente para melhora da qualidade do meio ambiente e conseqüentemente na melhora da qualidade de vida dos associados assentados.

Destino dos resíduos químico - Os descartes das embalagens de produtos químicos podem sinalizar o grau de importância dos associados com a preservação dos recursos naturais.

Destino dos resíduos de lavoura - Mostra a possibilidade dos associados estarem reaproveitado os restos de lavoura de forma economicamente viável e ambientalmente correta, contribuindo assim para sustentabilidade.

Destinos do esgoto - Apresenta o estado de conservação e ameaça ao meio ambiente.

4.9 - TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados no campo, através dos questionários, foram tratados em planilhas do programa EXCEL e posteriormente transferidos para planilhas do software SPSS - Statistical Package for Social Science que auxiliaram na fundamentação das análises na forma de quadros e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussões apresentados neste capítulo foram obtidos através das observações e respostas dos questionários e entrevistas aplicados a fim de analisar a forma de organização social desenvolvida no interior do assentamento e suas implicações / contribuições para a sustentabilidade local. Para fazer frente às questões deste estudo dois aspectos parecem fundamentais. O primeiro aspecto avaliado neste capítulo refere-se as respostas das questões relacionadas com os indicadores de sustentabilidade econômica, social, política e ambiental e o segundo aspectos relaciona-se com o grau de sustentabilidade estabelecidos através dos indicadores, parâmetros e limites desenvolvidos para o estudo, as quais são apresentados através do quadro a matricial.

5.1. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

O conceito de desenvolvimento econômico sustentável corresponde ao processo de elevação do nível de renda e da qualidade de vida da população que compatibilizem a eficiência econômica, a eqüidade social e a manutenção dos estoques de capital natural (BRASIL, 1999, p.28).

Os indicadores desta dimensão devem dar uma idéia de sustentabilidade, ou seja, se o trabalho desenvolvido pelos associados no interior do assentamento está sendo capaz de manter a família e a unidade de produção de forma sustentável garantindo uma melhora na qualidade de vida da comunidade. Um aspecto importante que foi considerado refere-se a participação da associação neste processo.

Com o propósito de medir o grau de sustentabilidade econômica, analisamos todos os parâmetros e indicadores definidos na metodologia.

Comercialização.

Para Medeiros e Leite (2004), dados da comercialização mostram que o assentamento leva a diversificação produtiva e a oferta variada de produtos agrícolas no mercado local. Em relação ao assentamento estudado, dados da pesquisa de campo revelam que 91,9% dos entrevistados não participam das vendas em grupos, ou seja, a comercialização da produção agrícola é quase que exclusivamente individual / familiar, apenas uma parcela bastante reduzida composta por 8,1% dos assentados declarou participar das vendas em comum fator que possibilita os trabalhadores rurais obterem melhores preços por produtos gerados no lote e maior competitividade com o mercado. Para Maluf citado por Leite (2003), as vendas em comum dos produtos aliados à regularidade da oferta e estabilidade dos preços determinam o aumento dos rendimentos monetários nos lotes.

Verificou-se também que 71,0% dos entrevistados não participam das compras em comum, fator que desfavorece e, conseqüentemente, reduz o poder de compra da população assentada e apenas 21,0% declararam que realiza compras em comum, prática empregada para obter maior vantagem da diferença de preços em mercados diferentes.

No assentamento observou-se a pouca participação da associação tanto nas intermediações de compra dos insumos como na comercialização dos produtos, as transações de compras e vendas são realizadas em grande parte de forma individual pelos próprios assentados o que resulta em menores ganhos de escala. Deste modo observa-se que a associação local não vem empregando um mecanismo de grande importância para modificar as atuais condições de seus associados.

Canais de comercialização

Para Leite (2004), dados da comercialização revelam que os assentamentos levam a diversificação produtiva e a oferta variada de produtos agrícolas no mercado local.

No Brasil, 50,3% dos trabalhadores rurais entregam seus produtos aos atravessadores. Na região Nordeste esta percentagem aumenta para 60,9% , sendo o canal de comercialização mais usado entre os assentados para escoamento da produção agrícola (IBGE, 1996).

Com relação ao de assentamento Oito de Outubro, dados da pesquisa apontam que a forma de comercialização dos produtos cultivados pelos agricultores assentados para venderem suas produção/ colheitas em sua grande maioria (90,3%) são realizadas individualmente nos próprios lotes para os intermediários também conhecidos como atravessadores o que determina uma margem de lucro pequena e que compromete a sua renda.Poucos informantes utilizam a venda direta o que faz do canal de escoamento da produção via atravessadores ser considerado como a mais importante alternativa de comercialização do assentamento.

Neste caso, esta forma de comercialização poderá levar a uma redução significativa dos lucros do assentado na medida em que os produtores não podem recorrer a qualquer possibilidade de barganha, ficando eles subordinados aos preços oferecidos pelos atravessadores. Esta subordinação se desenvolve conforme motivos apresentados por Guanziroli (2000), porque o assentado tem medo de se ver deixado à própria sorte pelo "atravessador", que lhe compra regularmente à produção agrícola, garantindo-lhe, bem ou mal, a sobrevivência no assentamento. Segundo Bergamasco (2004), a comercialização da produção agrícola via atravessadores poderá levar à dependência e à subordinação dos assentados provocando muitas vezes uma série de problemas para a reprodução das condições institucionais e materiais do processo produtivo.

Outras formas dos assentados comercializarem os produtos agrícolas gerados na propriedade são apontadas pelos assentados, porém, com menos amplitude. São as feiras livres e os atacadistas, cuja soma destes dois canais responde por apenas 9,7% das formas de comercialização da produção agrícola da área estudada. No caso das feiras livres mesmo que muitos produtos sejam comercializados em pequenas quantidades e por uma parcela bastante reduzida dos assentados observa-se que este canal de venda é responsável pela variedade e crescimento da oferta de produtos agrícolas no comércio local.

Apesar dos assentados estarem integrados ao mercado e conseguirem vender seus produtos em maior ou menor grau, o canal de comercialização mais utilizado pelos agricultores do assentamento Oito de Outubro é considerado como um obstáculo a ser transposto para que as relações com o mercado ocorram de forma mais sustentável.

Crédito rural.

Fazendo-se uma análise do crédito rural verificou-se que no início do assentamento 100,0% dos associados entrevistados obtiveram acesso tanto ao crédito de fomento e alimentação quanto ao crédito de habitação e custeio, o que demonstra um elevado grau de organização interna dos assentados. As ascensões às quatro modalidades de créditos permitiram aos assentados condições mínimas iniciais para a sua reprodução.

Para Leite *et al* (2004), a obtenção do crédito viabiliza a infra-estrutura tecnológica nos lotes, contribui para o aumento da capacidade produtiva dos lotes e para a melhoria do assentamento. Já Bittencourt (1998), considera o crédito como o principal potencializador do sistema produtivo sendo um dos fatores que afetam o desenvolvimento nos assentamentos rurais. Segundo este mesmo autor, nos assentamentos mais desenvolvidos os créditos foram mais bem aplicados e renderam maior benfeitorias devido especialmente à organização destes assentados. Embora todos os assentados entrevistados tenham recebido crédito, 66,1% consideram o valor insuficiente para atender suas necessidades e 33,9% declararam que o valor do crédito é satisfatório.

Outro dado relevante relacionado com o crédito apontado pela grande maioria dos assentados foi o atraso na liberação dos recursos o que muitas vezes interfere negativamente no processo produtivo, pois provoca um plantio tardio ou fora da época adequada, fato que reduz o rendimento agrícola dos lotes. A maioria dos entrevistados classifica dentre as diversas necessidades individuais, como as mais freqüentes, financiadas através do crédito, seguindo a ordem de importância, à compra de adubos, sementes, máquinas e equipamentos para a produção e defensivos agrícolas.

Quando perguntamos qual a situação de cumprimento das obrigações financeiras junto aos bancos; 43,5% responderam que a situação é regular, mas que no momento estavam renegociando a dívida, 32,3% encontram-se em situação regular e que sempre reembolsou as obrigações bancarias, 24,7% declararam estarem em situação irregular com o banco, pois no momento da pesquisa alegaram não possuírem condições econômicas suficientes para liquidar o financiamento contraído; o principal motivo da inadimplência apresentada pelos entrevistados estava a frustração de safras agrícolas devido a intempéries climáticas.

A busca de crédito coletivamente vem sendo utilizada pelos agricultores como uma forma de negociar melhores condições de financiamento com os bancos. Sobre este aspecto o MST e sindicatos rurais têm contribuído com discussão e reivindicação de prorrogação do prazo de pagamento dos financiamentos (Medeiros e Leite, 2004). De acordo com estudos realizados por Bittencourt (1998), os assentamentos com maior desenvolvimento recebem as diversas modalidades de créditos agrários, garantindo resposta rápida na geração de renda, maior alternativa, diversificação e evolução no sistema agrário e menor taxa de inadimplência.

Relação do número de bens

Os assentados que consideram que o número de bens aumentou em comparação a situação anterior a sua participação na associação constituíram uma maioria de 67,7% dos entrevistados evidenciando uma elevação do poder de compra no assentamento, contra a um grupo de 32,3% que afirmou continuar com o mesmo número de bens. Chamou a atenção o fato que nenhum dos entrevistados declarou que seu poder de compra foi reduzido após o ingresso na associação, o que comprovou que esta associação vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de seus associados e para o desenvolvimento sustentável do assentamento. Sobre este aspecto Bittencourt (1998), aponta os assentamentos que apresentaram maior desenvolvimento foram também os que a população assentada possuía elevado número de bens.

Área cultivada

Em relação à área cultivada no assentamento, os dados obtidos na pesquisa mostram que todos os lotes pesquisados possuem áreas destinadas predominantemente aos cultivos de produtos agrícolas, principal atividade econômica desenvolvida pelas famílias assentadas, sendo aproveitado para a lavoura o total de 3.372 tarefas, correspondente a área média de aproximadamente 54,4 tarefas exploradas por lote agrícola, o que equivale a aproximadamente 90,7% da área total dos lotes. Estes dados revelam que o assentamento pesquisado apresenta um alto grau de aproveitamento da área agricultável refletido no aumento da produção e renda das famílias assentadas.

Organização produtiva

Quanto à forma de organização interna da produção no assentamento pesquisado os dados revelam que para 93,5% dos entrevistados a organização da atividade produtiva é desenvolvida no modelo individual/familiar, enquanto que apenas 6,5% declararam cultivar a área de modo coletivo. As formas de organizações coletivas são consideradas como importantes estratégias de reprodução e sustento econômico das famílias assentadas (Leite et al, 2004). De acordo com Bittencourt (1998), a organização coletiva da produção contribui para minimizar as diversas diferenças sócio-econômicas existentes dentro do assentamento, seja na forma de produção agrícola como na geração de renda das famílias assentadas, a organização favorece a redução das desigualdades entre os assentados sendo fundamental para o maior desenvolvimento dos assentamentos.

Pudemos ainda constatar que o tipo de mão-de-obra empregada nas atividades produtivas desenvolvidas nos lotes dos assentados entrevistados é composto por 59,7% que utilizam mão-de-obra familiar, isto é, os assentados concentram seu trabalho entre os membros da família, 3,2% utilizam mão-de-obra de fora da unidade familiar e 37,1% declarou que utilizam formas mistas de trabalho no lote, isto é uma parcela das atividades produtivas é realizada de forma individual/familiar e outra parcela com trabalhadores temporários.

A agricultura familiar emprega 76,9% da mão-de-obra do meio rural Brasileiro e, na região Nordeste ela é responsável por 82,9% do pessoal ocupado (IBGE, 1996). A agricultura familiar também é responsável por parte significativa da produção de alimentos sendo principal geradora de postos de trabalho no meio rural; ela cumpre uma importante função social, econômica e ambiental reunindo condições importantes para o desenvolvimento sustentado no assentamento.

No local da pesquisa registrou-se que a população economicamente ativa rural esta caracterizada por 243 trabalhadores. Deste universo 109 são mãos-de-obra contratadas temporariamente em época de colheita ou no momento de maior demanda. Em relação á presença do trabalho infantil 87,1% dos assentados declararam não terem menores de 14 anos trabalhando em seus lotes, 8 assentados declararam que tem entre 1 a 4 trabalhadores com menos de 14 anos divididos entre alugados ou da família trabalhando nos lotes agrícolas.

Renda do associado / am.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (1992) a renda média nacional de agricultores gerada por uma família de agricultores assentados é de 3,7 salários mínimos por mês e, para o Nordeste a média mensal é de 2 salários mínimos. No assentamento pesquisado a renda das famílias assentadas sofre variações de até 4 salários mínimos mensais, sendo que 82,4% declararam receber em torno de 2 salários mínimos ao mês, valor esse em consonância com os resultado do estudo realizado Bittencourt (1998), que afirma 2 salários mínimos como patamar dos assentamentos rurais mais desenvolvidos.

Os demais, 17,7% declararam ter uma renda média variando de maior que 2 a 4 salários mínimos ao mês. Estes dados mostram que os rendimentos médios dos agricultores familiares residentes no assentamento pesquisado embora considerados baixos quando comparados aos estudos da FAO, ainda assim estão acima da linha de pobreza, estabelecidos em meio salário mínimo mensal, valores superiores também quando comparados aos números encontrados por Lopes (2004), em pesquisa realizada sobre

assentamentos rurais Sergipanos que identificou que 38,4% dos assentados obtêm a renda de até dois salários mínimos familiar.

Os dados encontrados indicam uma diferenciação sócio-econômica entre os assentados pesquisados, na qual poderá ser atribuído a diversos fatores tais como: quadro natural, presença de capital inicial, capacidade administrativa e de planejamento, uso do crédito agrícola, dedicação e trabalho, escolha de sistemas de produção, experiência anterior e capacitação dos próprios assentados, este fatores de diferenciação sócio-econômica foram os mesmos encontrados por Bittencourt, (1998) em sua pesquisa sobre os assentamentos rurais Brasileiros.

Origem da renda

Estudos realizados por Kageiama (2001), apontam que no nordeste rural 58,3% da renda total é proveniente da produção agrícola. No gráfico 1 verifica-se que, no projeto pesquisado a principal fonte de renda dos assentados também provém do setor agrícola respondendo por quase sua totalidade, isto é, 91,9% dos entrevistados têm na agricultura sua principal fonte geradora de oportunidade de trabalho sendo a principal fonte de rendimento das famílias, demonstrando que os assentados conseguem produzir uma renda através do trabalho no próprio lote e que o Projeto de assentamento tem alcançado o objetivo para o qual foi criado.

A renda oriunda de setores externos a unidade de produção, que aparece em segundo lugar com menor significância é a previdência social, respondendo com 8,0% da principal fonte de renda dos assentados o que corresponde a 1,2 aposentados por família assentada, (Gráfico 1); dados semelhantes aos encontrados por Leite *et al* (2004), na pesquisa sobre impactos dos assentamentos que registrou nos diversos projetos pesquisados em média 1,3 aposentados por famílias assentadas e em Delgado(2000), o registro foi de 1,7 aposentados por domicilio rural

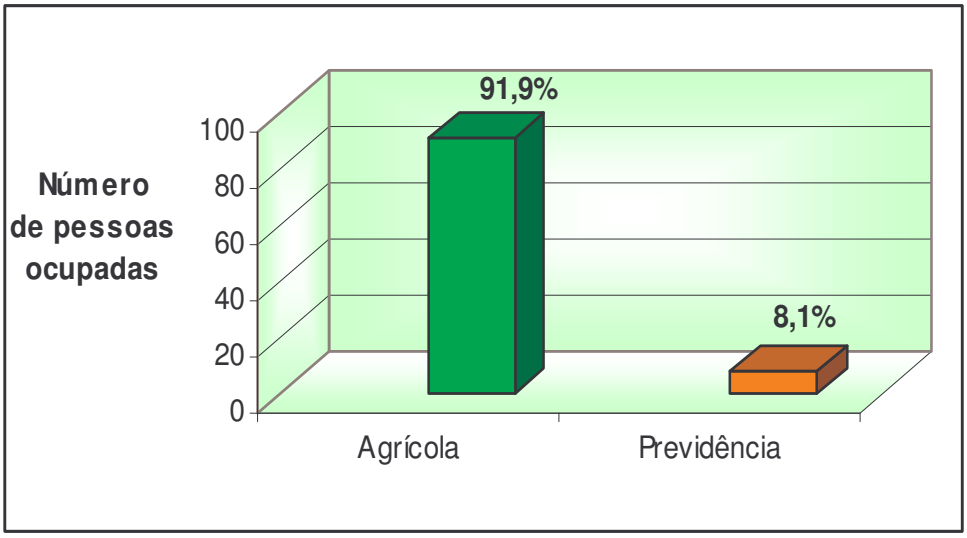

Gráfico 1 - Origem da renda

Taxa de adimplência

A análise dos dados sobre a taxa de adimplência dos assentados com a associação aponta que 71,0% dos assentados entrevistados estão adimplentes com a associação revelando assim o grau de confiança entre associados e associação o que certamente contribui para o desenvolvimento da mesma, dos associados e conseqüentemente do assentamento. Os 29,0% restantes não se consideram inadimplentes, pois segundo eles, costumam pagar a associação através da cota única no mês de dezembro.

Mecanização agrícola

De acordo com os dados levantados, durante a aplicação dos questionários, todos os associados utilizam algum tipo de mecanização agrícola seja ela da tração manual, animal ou mecânica nas diversas etapas do processo produtivo (preparo do solo, plantio e colheita), sendo que o tipo de tração mais utilizada entre os assentados nos lotes é a máquina de tração mecânica com uso de tratores arados, grades e colhedeiras. No assentamento estudado existe em torno de 29 tratores de propriedade particular dos assentados adquiridos através de financiamentos.

Estes dados quando comparados ao número de famílias assentadas, revelam um bom acesso aos meios de produção por parte dos trabalhadores rurais. Em relação ao local de armazenamento da produção agrícola observou-se uma escassez no número de instalações adequadas, o que dificulta o estoque da produção agrícola e reflete no sistema de comercialização. Leite et al (2004), assinalam que o acesso dos assentados às máquinas, implementos e instalações permite maximizar capacidade produtiva e o rendimento do trabalho, na medida em que melhora as condições do meio de sobrevivência do agricultor e favorece assim, a reprodução e permanência das famílias no assentamento.

5.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

A dimensão social é estruturada para conhecer melhor os agricultores e sua família bem como os aspectos relacionados à associação.

Na sustentabilidade social a ênfase é dada à relação da organização dos agricultores com seus associados. A preocupação principal, dentro desta linha, é com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida, ou seja, o modo como a organização está contribuindo para a sustentabilidade social local.

Para Sachs (1997), a sustentabilidade social refere-se a um processo de desenvolvimento que leve a um crescimento estável com distribuição eqüitativa de renda, gerando, com isto, melhoria das condições de vida das populações.

Nesta parte apresentaremos resultados dos indicadores estabelecidos para avaliação do grau de sustentabilidade social no assentamento de reforma agrária Oito de Outubro.

Escolaridade

O nível de escolaridade dos membros de uma associação estes pode potencializar o desenvolvimento do assentamento, proporcionando uma elevação na produtividade do

trabalho e uma maior racionalidade no trato com a terra, por outro lado, quando deficiente pode constituir um problema para que a exploração do lote possa ser melhor conduzida, podendo deste maneira limitar o desenvolvimento do projeto assentamento rural. Igualmente o nível de escolaridade dos membros da associação também pode potencializar ou limitar o desenvolvimento do assentamento rural, principalmente quanto ao uso de tecnologia.

No assentamento pesquisado observou-se que possui uma unidade escolar que oferece cursos até a 4ª série do ensino fundamental, criada/construída pela associação local e parcialmente mantida pela prefeitura municipal de Simão Dias, localiza-se na sede do assentamento, ou seja, próxima aos lotes residenciais, também conhecidos por agrovila, fator que favorece a ida dos assentados e seus filhos á escola, tornando possível que todas as crianças do assentamento tenham oportunidade de acesso à educação formal. Sobre esse aspecto, o que nos parece importante ressaltar é o esforço que os pais fazem para manterem seus filhos estudando até o nível mais alto possível, fator de suma importância na vida dos seus filhos.

Segundo Leite et al (2004), o assentamento rural ao criar escolas possibilita ampliação da oferta de empregos criando novos postos de trabalho e renda, reproduz o ensino no meio rural e oferece oportunidades educacionais para a população assentada.

Com relação ao nível de escolaridade, verificou-se que uma parcela significativa de informante composta por mais da metade dos assentados, correspondendo a 56,5% dos entrevistados cursaram o ensino fundamental e apenas uma pequena parcela equivalente a 6,5% afirmaram ter cursado o ensino médio. O número de chefes de família analfabetos chega a 37,1% do total, acima da média nacional dos assentamentos (29,5%), porém abaixo de assentamentos dos estados nordestinos como o Maranhão (44,8%), Ceará (49,8%) e Alagoas (46,4%), encontrado pelo Censo dos Assentamentos do INCRA de 1996.

Ações promotoras de educação formal como os projetos intitulados escola para idosos e alfabetização de jovens e adultos começaram a ser desenvolvidas pela associação local tendo em vista não só a educação de seus associados, mas também de todos as pessoas

residentes no assentamento do Oito de Outubro, buscando assim alcançar caminhos que possam contribuir para melhorar a qualidade da educação no campo.

Segundo Medeiros e Leite (2004), o baixo grau de escolaridade tende a ser uma das dificuldades mais comuns encontradas pelos trabalhadores rurais para sua inserção no mercado de trabalho e que possivelmente é o principal motivo que levam os assentados a considerar o acesso à terra como uma alternativa de sobrevivência e de reconhecimento social.

Outro enfoque a ser enfatizado está relacionado com a educação associativista dos assentados. Segundo dados de entrevistas com as lideranças da associação do assentamento Oito de Outubro 66,0% dos dirigentes da associação têm formação em associativismo e divulgam os princípios associativistas em reuniões, conversas informais com a população assentada e em diversos eventos promovidos pela associação, os dirigentes consideram também que mais de 60,0% dos associados tem consciência associativistas.

Quanto à promoção de cursos de capacitação tanto os dirigentes como a maioria dos assentados (51,6%), disseram que nenhum evento de capacitação foi oferecido pela associação no último ano. Em contrapartida, a diretoria alegou divulgar e incentivar seus associados a participarem de eventos técnicos realizados por outras instituições. De acordo com Bittencourt (1998), os assentamentos mais desenvolvidos demonstraram realizar maiores iniciativas de erradicação do analfabetismo.

Os titulares de lotes pesquisados são predominantemente do sexo masculino, 92,6%, valor acima da média nacional encontrada pela pesquisa encomendada pelo INCRA às Universidades Brasileiras, em 1996, que é de 85,6%. Esses dados parecem corroborar os estudos sobre a mulher trabalhadora rural que destacam a sua condição de subalternidade e dependência em relação ao homem, sendo o trabalho feminino na agricultura considerado, em geral, meramente como ajuda.

Ocupação de mão de obra dos associados

Quando analisamos o tipo de trabalho exercido pelos assentados imediatamente antes de vir para o assentamento constatamos que apenas 3,2% dos entrevistados declararam não trabalhar com agricultura e 96,8% dos responsáveis pelo lote estavam ocupados anteriormente em atividades agrícolas mostrando assim, que a população assentada estava de alguma forma inserida no mercado de trabalho e que de certo modo possuíam experiência no setor agrícola isso facilita a sua reprodução e adaptação no assentamento influenciando positivamente no desenvolvimento dos diversos sistemas de produção.

Segundo Bittencourt (1998), nos assentamentos onde os assentados possuem experiência anterior em cultivos agrícola o nível de desenvolvimento é superior quando comparados aos assentamentos onde a população antes de ser assentadas não desenvolvia trabalhos agrícolas.

A grande maioria dos assentados entrevistados é do sexo masculino e, 98,4% destes encontravam-se no momento da pesquisa vivendo e trabalhando de forma individualizada em seus lotes agrícolas.

No assentamento Oito de Outubro, a população assentada acima de 14 anos, que trabalhava basicamente nos lotes agrícolas, compreendia cerca de aproximadamente 243 pessoas divididas nos 62 lotes pesquisados, o que resulta na média de 3,91 pessoas exercendo atividades agrícolas por lotes pesquisados. Para Leite et al (2004), estes valores concebem o assentamento como uma potencialidade na geração de emprego e renda.

Habitação

Para Bergamasco (2004), a habitação é elemento cultural, simbólico e organizador da sociabilidade e do cotidiano, sendo considerada como importante indicador das condições sociais de vida da população. A partir das visitas exploratórias realizadas na área de estudo, foi possível observar que a organização espacial interna do assentamento está dividida em lotes rurais e urbanos. Nos lotes rurais se observou presença de alguns ranchos (abrigos de diferentes tipos de construção, todos em situação precária) utilizados pelos agricultores

durante a pausa do trabalho (almoço) e em alguns casos para guardar os agrotóxicos e fertilizantes. Nos lotes urbanos, também conhecidos por agrovilas, encontram-se 100,0% das residências dos assentados.

Todas as famílias entrevistadas vivem em casa construída de alvenaria e com pelo menos um banheiro interno, 38,7% das casas pesquisadas possuem seis cômodos, verificou-se ainda que o menor número de cômodo por casa foram de 4 cômodos registrados em apenas 3 casas. Observou-se que nos lotes urbanos além de moradia são desenvolvidos cultivos destinados a subsistência dos agricultores familiares assentados, em algumas casas registro-se a presença de pequenos galpões utilizados para armazenamento da produção ou ainda uma pequena área para a criação de animais domésticos.

Ao analisar o número médio de assentados por lotes observa-se uma predominância de famílias com até quatro pessoas, média inferior a preconizada pelo IBGE para densidade domiciliar equivalente a cinco pessoas por residência. Quando cruzamos com o número médio de pessoas por domicílio (4,0) e de cômodos por casa (6,10) encontramos uma média de 0,78 pessoas por cômodos denotando a inexistência de superpopulação.

Ao perguntamos sobre as atuais condições das residências, 96,8% dos participantes consideram a casa em que vivem como boa e apenas 3,2% dos entrevistados responderam que a residência precisa ainda de algumas benfeitorias, de modo que atenda melhor suas necessidades. Quando comparado ás condições de moradia anterior ao assentamento, todos os assentados entrevistados consideram a atual situação melhor do que as vivenciadas antes de virem para o assentamento.

Fonte de energia e abastecimento de água

A energia elétrica é considerada por Guanziroli (2000), como um privilégio para poucos agricultores familiares das regiões Norte e Nordeste. Apenas 36,6% dos estabelecimentos familiares do Brasil têm acesso a este serviço público e no Nordeste este número é ainda menor abrangendo 18,7% das propriedades familiares.

A fonte de energia utilizada pelos agricultores assentados pesquisados evidenciou que o percentual de cobertura da rede geral de energia elétrica responde por 100,0% das casas existindo em todo o assentamento inclusive nos lotes agrícolas.

A disponibilidade de água é fundamental para a sobrevivência do projeto de assentamento principalmente nas condições do sertão nordestino. No semi-árido Sergipano a disponibilidade de água é um dos fatores mais restritivos ao desenvolvimento rural, de acordo com Bittencourt (1998), a disponibilidade de água interfere significativamente no nível de renda dos assentados sendo um fator relevante para determinar o nível de desenvolvimento dos assentamentos.

No assentamento pesquisado o abastecimento de água, foi potencializado pela forma como os agricultores se organizaram, deste modo o assentamento possui poços artesianos, barragem, um dessalinizador e cisternas individuais, construídos e adquiridos respectivamente pela associação (denominada por associação Projeto dos Assentados Quingimbre e Floresta) o que contribui para a melhoria na qualidade e acesso da água.

No entanto, dados da pesquisa demonstram que 93,5% dos entrevistados consomem água captada pelas cisternas construídas nos lotes residenciais, que consiste em aproveitar a água da chuva que caí sobre o telhado, assegurando seu armazenamento em um reservatório protegido da evaporação e das contaminações causadas por animais e dejetos trazidos pela água. As cisternas têm proporcionado mudanças imediatas na vida da população assentada. Assim a disponibilidade de água no interior do assentamento foi realizada através dos próprios assentados e foram frutos de seu processo organizativo.

Quanto os lotes agrícolas, embora na área do assentamento apresente um curso d'água perene denominado Vaza Barris, 20 açudes, e três nascentes, observa-se, entretanto uma certa carência na distribuição (em conversas informais registrou-se grande o número de assentados que abordaram a escassez de distribuição da água nos lotes agrícolas) a falta com cobertura de abastecimento de água dificultando o cultivo de produtos agrícola durante o ano, provocando uma redução da capacidade produtiva do solo.

Transportes e Acesso ao assentamento

O acesso ao assentamento contribui para a melhoria do nível de renda das famílias, aumentando a sua capacidade de comercialização (Medeiros e Leite, 2004), deste modo, constitui-se em importante serviço para a viabilização do projeto de assentamento e para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares assentados.

O serviço de transporte disponível no assentamento Oito de Outubro segundo os assentados é realizado com regularidade no que se refere a dias e horários, a oferta ocorre várias vezes ao dia, é efetuado através de serviços de transportes coletivos e alternativos (van's, táxi lotação, moto táxi), com itinerários fixos percorrendo tanto as vias principais como as secundárias do assentamento.

No tocante a estrada de acesso ao assentamento todo percurso é realizado por rodovia estadual (SE-302, sentido Simão Dias a Pinhão) asfaltada e em boa condição de circulação, a rede viária de ligação do assentamento Oito de Outubro com as demais localidades obedecem aos padrões exigidos para os projetos de assentamento rurais, entretanto o deslocamento no interior da área é feito através de rodovia sem pavimentação isto é estrada de terra.

Sobre a percepção dos assentados quanto às condições de acesso e circulação das rodovias internas, a grande maioria 80,0% dos agricultores entrevistados consideram boa a estrada de circulação interna do assentamento. Já no período das chuvas há uma diminuição nas condições de acesso em alguns trechos da estrada, reduzindo também para 58,6% os que consideram boa o estado de acesso interno ao assentamento. De acordo com Bittencourt (1998), o acesso é um dos fatores que mais contribuem para o desenvolvimento do assentamento, já que as estradas em melhores condições de tráfego favorecem a comercialização dos produtos cultivados nos lotes e melhora as condições de vida das famílias assentadas.

Formas de ocupação

No Gráfico 2, verifica-se o tipo de atividade econômica desenvolvida pelos entrevistados antes de vir para o assentamento, deste modo, constatou-se que a grande maioria dos assentados (96,8%) no período anterior ao seu assentamento realizava trabalho no setor agrícola.

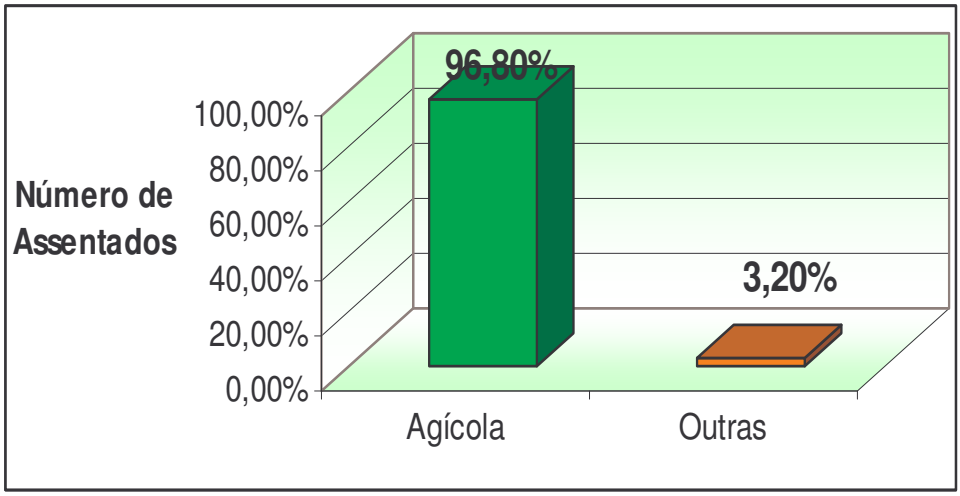

Gráfico 2: Ocupações agrícolas anterior ao assentamento.

Experiências anteriores dos agricultores em cultivos agrícolas influenciam os diversos sistemas de produção, o que denota a transmissão do saber dos agricultores em seu processo de trabalho com a natureza, o saber e suas práticas constituem-se num valioso aliado no processo de construção de uma agricultura sustentável, para Woortmann (2004), a transferência do saber de exploração da natureza para a produção de alimentos adquire importância fundamental não apenas para a sobrevivência material do grupo, mas também para a reprodução da estrutura social.

Conforme salienta Bittencourt (1998), nos assentamentos onde os trabalhadores antes de serem assentados exerciam como principal ocupação ás atividades agrícolas os assentados possuem mais experiências com a terra, maior poder de adaptação, maior organização da produção e o assentamento possui maiores possibilidades de desenvolvimento, sendo considerado, portanto como um importante indicador de sustentabilidade social.

Satisfação dos associados.

Todos os assentados do PA Oito de Outubro são associados à associação do projeto dos assentados Quingimbre /Floresta e reconhecem as contribuições da associação na conquista da terra, na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento do assentamento, contudo as opiniões sobre a atuação da associação se divergem.

Os resultados apontam que 69,4% dos associados estão satisfeitos com a associação, no entanto, 30,6% dos que fazem parte do quadro associativo no momento da pesquisa responderam que não estão satisfeitos com a associação, e ainda consideram que existe a necessidade de aprimorá-la, de modo que atenda melhor ás suas expectativas e as necessidades da comunidade.

Satisfação dos associados com a atual gestão

Na opinião de 75,8% dos participantes, o desempenho da atual gestão da associação, de maneira geral, varia entre ótimo e bom e, para 24,2% dos associados o desempenho foi considerado ruim conforme visualizados no gráfico 3. A satisfação dos associados expressa a eficácia da gestão em desenvolver políticas voltadas para a melhoria das condições de vida de seus associados. Uma gestão eficiente atenta para o interesse da comunidade favorece a sustentabilidade do assentamento.

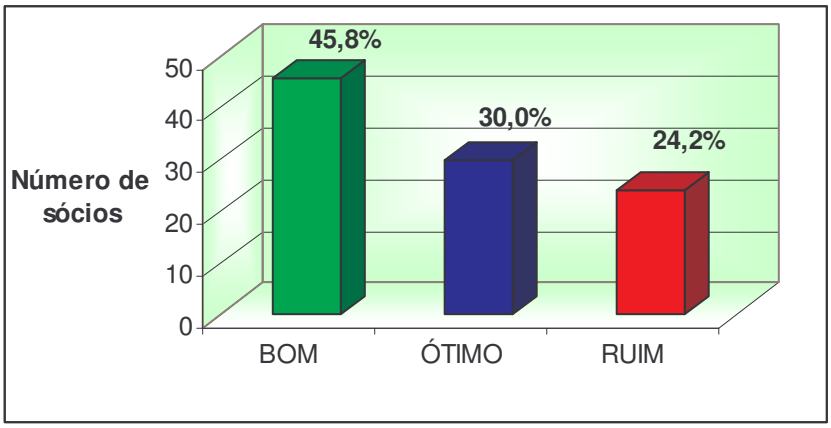

Gráfico 3: Nível de satisfação dos associados com a atual gestão

Associados

Na ocasião da pesquisa de campo (2005), constatou-se que dos 81 titulares dos lotes todos são sócios da Associação dos Trabalhadores Rurais Quingibre e Floresta, o que revela o grau de importância da associação para os assentados.

Origem do associado

Os assentamentos, em sua grande maioria, emanam do processo que deslocam pessoas de um lugar para outro, formando uma comunidade que cria necessariamente dinâmicas de sociabilidade. Estas dinâmicas, em parte, são adaptações das experiências passadas, mas há também outras que são novas, criadas pela nova situação e pelo novo meio as quais estão inseridos.

Em termos de origem dos associados os dados obtidos na pesquisa demonstram que no assentamento há predominância (82,2%) das famílias vindas do estado Bahia, cerca de 79,0% dos responsáveis pelo lote residiam no município de Paripiranga - Ba (município vizinho ao assentamento) enquanto que 17,7% residiam anteriormente no próprio município ou em seu entorno, evidenciando um processo de migração interestadual e intra-estadual. Estes dados estão em conformidade com estudos desenvolvidos por Medeiros e Leite (2004), que apresenta o assentamento como resultado dos deslocamentos de grandes grupos de trabalhadores que tinham residência em uma única área, ou em áreas próximas ao atual assentamento.

Verificou-se também que 95,2% dos entrevistados antes de serem assentados viviam na zona rural e exerciam em quase sua totalidade atividades relacionadas com o setor agrícola. Segundo Bittencourt (1998), os assentamentos onde a maioria dos assentados viviam na região próxima ao assentamento e/ou na zona rural, com experiência em atividades agrícolas, possuem também maior adaptabilidade e possibilidade de êxito.

Forma de acesso a terra

Os assentamentos rurais surgem como conseqüência da organização e da mobilização dos trabalhadores sem terra que se concretizam, sobretudo a partir das ocupações de terras (Fabrine, 2003). A criação do assentamento estudado esta diretamente associada à forma de mobilização popular e à organização e luta pela terra e, da análise dos dados da pesquisa sobre a maneira com que os assentados obtiveram a posse da terra, revela que todos os entrevistados participaram do processo de mobilização e ocupação da terra de forma organizada e pacífica, sem registro de qualquer conflito para chegar ao assentamento. Nesta fase a terra passa a ser o local de pertencimento da família, de reintegração social e onde se construirá o patrimônio para as gerações futuras.

Para Bittencourt (1998), os assentamentos onde a população assentada passou por um processo de organização e mobilizações para obtenção da terra foram os que apresentaram os maiores níveis de desenvolvimento.

O índice de permanência no assentamento é de 100,0% no período compreendido de 1997 até a época da pesquisa (2005 - 1), segundo as declarações dos dirigentes da associação local que afirmam que nenhuma família vendeu ou abandonou o lote neste período.

Participação dos associados

Quando questionamos acerca da participação dos associados nas atividades desenvolvidas pela associação tanto os dirigentes como os associados mostraram-se satisfeitos. Para os dirigentes o índice de participação dos associados é considerado como ótimo, pois o número de participantes abrange a quase totalidade dos assentados, estes dados estão em consonância com os encontrados, ou seja, 93,5% dos associados responderam que participam regularmente das atividades desenvolvidas pela associação.

É interessante destacar a participação dos assentados em reuniões da associação, pois 95,2% destes agricultores afirmaram participar das reuniões realizadas pela associação. Para 77,4% dos associados às reuniões são boas e 72,6% as tem como uma forma preferida

para reivindicar as necessidades individuais e da comunidade. No que se refere a quantidade de reuniões realizada pela associação 53,2% dos associados consideram poucas enquanto que 45,2% avaliam como suficientes.

5.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE POLÍTICA.

O elemento diferencial do desenvolvimento sustentável em relação ao padrão tradicional do desenvolvimento é justamente o fato de que a sua base não é somente econômica, mas também ambiental social e política. Do ponto de vista político o desenvolvimento sustentável encontra-se estreitamente vinculado ao fortalecimento das organizações sociais. Os indicadores empregados no presente estudo procuram dar uma idéia de que a sustentabilidade política esta associada à forma de organização social desenvolvida no interior do assentamento.

Influência política na fundação da associação.

De acordo com os dirigentes, no momento da criação e fundação da associação todas as pessoas presentes eram trabalhadores rurais que lutavam por um pedaço de terra e que não existiu nenhum tipo de agentes indutores externos durante a constituição da associação não existindo também nenhum grau de influencia política partidária. A associação do projeto de assentados Quimginbe / Floresta foi constituída de forma espontânea, criada inicialmente como forma de melhor organizar e prover necessidades básicas dos acampados. Independentemente das disputas políticas partidárias ela é utilizada como forma de ação coletiva, da qual podem brotar novas idéias fecundas para a gestação de um desenvolvimento local sustentável.

Capacitação dos dirigentes

O estudo revelou que 75,0% dos associados avaliam a capacitação da atual gestão entre ótima e boa e 24,0% descreveram como ruim. Revela-se assim que os atuais dirigentes

estão cumprindo o papel que lhes foi confiado de maneira satisfatória atendendo as expectativas dos seus associados. De acordo com entrevistas realizadas com os dirigentes da associação estudada estes afirmaram que não apenas conhece os princípios do associativismo como também possuem formação em associativismo, o que possibilita adotar posições conscientes e participativas a respeito das questões coletivas, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável. Dentre os princípios do associativismo os mais lembrados pelos entrevistados foram participação, integridade, solidariedade e confiança.

Para Putnam (1996), desenvolver relação na base da confiança além de ser uma importante característica da organização social ela contribui para aumentar a eficiência da sociedade.

Oferta de capacitação para os associados.

No que se refere à oferta de cursos de capacitação realizados pela associação existe certa divergência entre associação e associados. Os dirigentes afirmam que a associação promove cursos de capacitação com determinada regularidade para seus representantes, seus associados, e familiares de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento da associação e de seus membros. Quando repetimos a pergunta para os associados, 51,6% dos entrevistados responderam que a associação não promove nenhum curso de capacitação e 46,8% afirmaram que a associação oferece cursos de capacitação ao passo que 1,6% não soube informar. Isso que demonstra uma possível deficiência dos meios de divulgação utilizados pela associação local para notificar os eventos.

Quanto a freqüência da oferta de cursos as respostas dos associados variaram entre anual, semestral e trimestral (14,5%,11,3% e 6,5%) respectivamente. Em relação à participação dos assentados nos cursos de capacitação promovidos pela associação verifica-se que 35,5% não participam dos cursos oferecidos, atribuindo muitas vezes a sua ausência ao horário disponibilizado pela associação para as realizações dos cursos, 12,9% dizem participar e 51,6% responderam que não participam, pois, não é ofertado pela associação nenhum curso de capacitação.

Ainda sobre a oferta de capacitação procuramos saber qual o público beneficiário, assim destacou-se na opinião dos participantes com 38,7%, os familiares dos associados, seguidos, porém com menor ênfase os dirigentes da associação com 6,5%. Entre os cursos oferecidos registraram-se como os mais importantes para os associados o curso de alfabetização para adultos com 17,7% da preferência, o de aperfeiçoamento para professores (8,1%), além do curso de especialização de milho e abóbora com 4,8% das respostas. Conclui-se, portanto que a divulgação, realização dos cursos de capacitação e participação dos associados, são reduzidas, o que não favorece o desenvolvimento do assentamento.

Quantidade de reuniões

A realização freqüente de reuniões é uma das características mais significativa das associações em relação a outras formas de organização social, uma vez que leva o grupo a tornarem-se mais coesos e unidos. Quando perguntamos sobre a quantidade de reuniões realizada pela associação 45,2% dos associados responderam estar satisfeito com o número de reuniões anuais com a diretoria, o que revela um contato freqüente entre associados e dirigentes, fortalecendo a organização e, por conseguinte favorecendo a sustentabilidade política do assentamento. De acordo com Medeiros et al (1999), a quantidade de reunião é um termômetro importante do grau de organização, pois através das reuniões os associados decidem encaminhar soluções para os seus problemas, conseguindo permanecer o lugar ocupado na busca de seus objetivos.

Qualidade das reuniões

O gráfico 4, apresenta uma outra variável importante que foi considerada na análise deste trabalho, uma vez que a qualidade das reuniões assume grande relevância na participação dos associados, refletindo o nível de relacionamento entre os dirigentes e associados. De alguma forma a qualidade das reuniões reflete também nas aplicações dos benefícios para a comunidade. Assim verifica-se no gráfico a seguir, que os sócios em sua grande maioria (77,4%), classificam as reuniões promovidas pela associação como boas; fator que

favorece a sustentabilidade política da associação e conseqüentemente a sustentabilidade do assentamento estudado.

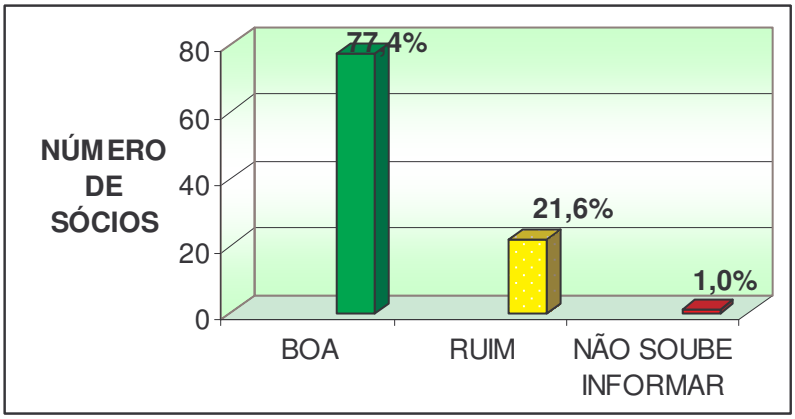

Gráfico 4 - Qualidade das reuniões.

Participação dos associados

A participação dos associados é uma característica chave para a existência de interação entre as diferentes dimensões da sustentabilidade, pois ela permite que os assentados estejam a par dos acontecimentos, favorece o seu "empoderamento," desenvolve a construção de planos de ação e formação conjunta, respeitando sua dinâmica de ação social coletiva.

Conforme salienta Oakley (1980), através do processo de participação o indivíduo poderá: a) diagnosticar e analisar os seus próprios problemas; b) decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los; c) desenvolver tais ações sem a influência externa ou tutorial.

Para Demo (2001), o conceito de participação está relacionado com a luta pela cidadania, luta comunitária pela coerência ideológica e política, pela identidade cultural, pelo espírito de solidariedade e de transformação da realidade. Sendo, portanto um processo de conquista, construída constantemente.

Quando questionamos aos dirigentes e aos associados acerca da participação dos associados nas atividades desenvolvidas pela associação, obtivemos opiniões semelhantes.

Para os dirigentes o índice de participação dos associados é de 98,0%, percentual similar ao encontrado quando repetimos a pergunta para os associados, ou seja, 93,5% dos participantes responderam que participam regularmente das atividades desenvolvidas pela associação. Esta participação expressiva dos associados aumenta a possibilidade do atendimento dos seus interesses e propostas, contribuindo para melhoria na qualidade de vida e para a sustentabilidade do assentamento.

Eficácia da gestão

O sucesso da gestão está intimamente ligado ao interesse e a participação tanto dos dirigentes como dos associados. Assim seu sucesso (eficácia), depende do grau de interdependência dos que dela participam e das ações de cada um (dirigentes e sócios).

A eficácia da gestão coloca-se como mais uma importante variável, tanto para a viabilização da associação como para a participação dos associados. Pode ser interpretada como capacidade do dirigente fazer valer os interesses de seus associados, portanto a indicação de pessoas capazes de articular e defender os interesses da comunidade reverte-se de fundamental importância na qualidade dos mandatos. A eficácia da gestão da associação, de acordo com a concepção de seus associados é a seguinte: 4,8% consideram como ótima 71,0% boa e 24,2% classificam como ruim a atual gestão. A eficácia da gestão também pode ser visualizada no gráfico 5.

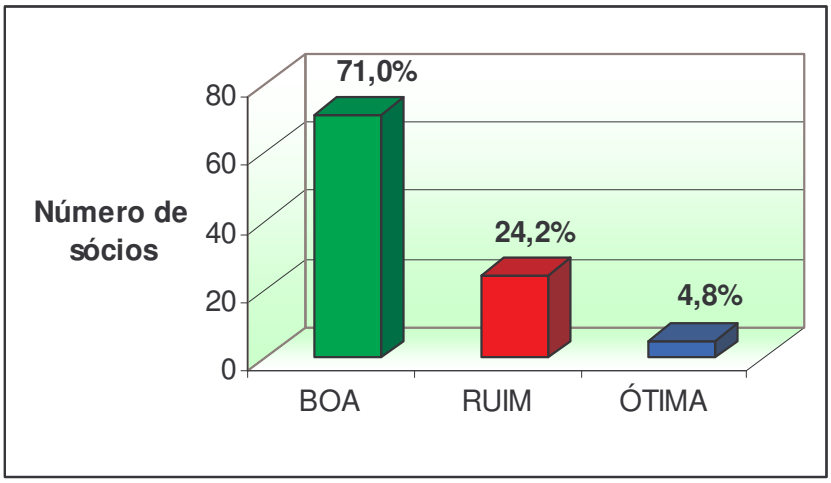

Gráfico 5: Eficácia da gestão

Estes dados demonstram uma gestão capaz de interferir de forma efetiva na melhoria da qualidade de vida dos associados e na sustentabilidade do assentamento.

Forma de reivindicação dos associados

Sperry (2003), entende que a reunião é a oportunidade criada pelos assentados para discutirem problemas comuns, para produzir idéias, definir metas, dar informações e principalmente é a forma encontrada pelos associados para reivindicar por melhores condições de vida e trabalho e tomar decisões em grupos.

No que se refere às formas de reivindicação utilizada pelos associados 72,6% dos participantes responderam que o modo preferido de reivindicações dos interesses sociais coletivo ocorre de forma direta, durante as reuniões promovidas pela associação, deste modo podemos concluir que as reuniões constituem-se também como instrumentos de lutas e mecanismo para atender a diversidade de necessidades e de interesses dos associados.

Funcionamento da associação

Quanto ao funcionamento da associação os dirigentes informaram que a associação jamais interrompeu suas atividades e que todas as eleições para seus representantes, foram realizadas dentro do prazo estabelecido no estatuto da associação, ou seja, a cada três anos realiza-se nova eleição podendo votar e ser votado qualquer associado que estiver com os compromissos assumidos com a associação regularizados.

Decisões da diretoria

Os dados mostram que 67,8% dos sócios participam ativamente no estabelecimento das políticas e tomadas de decisões da associação. É neste agir dos assentados que eles vão se constituindo como sujeito políticos participativo da construção social. De acordo com Fabrini (2003), as associações trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades por meio das políticas aprovadas pelos associados, entretanto cerca de 32,5%

dos agricultores participantes consideram que os dirigentes detêm o controle da situação e dos processos deliberativos, e que as decisões da associação são tomadas pelos dirigentes isoladamente, ficando os associados fora do processo decisório.

A participação pode levar ao aumento da eficiência de uma associação quando seus sócios assumem posições ativas na tomadas das decisões, tendo por objetivo a mobilização para ações coletivas, fortalecimento e construção de alternativas relacionadas às necessidades coletivas. Também, se encontra sob esta condição a sustentabilidade política da associação.

Projetos realizados

Para Silva (2003) a eficácia de uma associação pode ser medida pelos projetos e campanhas que desenvolve, os dados demonstram que para 88,7% dos entrevistados a associação tem diversos tipos de projetos entre eles os mais importantes segundo a opinião dos entrevistados estão, seguindo a ordem de importância, o beneficiamento de milho, a fábrica de doce de abóbora, e pesque-pague.

Quando perguntamos sobre os benefícios conseguidos através da associação destacaram-se, a reforma do prédio escolar, a construção de cisternas individuais nos lotes urbanos, construção de barragens para uso coletivo, eletrificação rural. No que se refere a participação dos associados no desenvolvimento dos projetos e atividades da associação 79,0% dos entrevistados responderam que participam desde a elaboração até a fase final das atividades.

Analisando a contribuição da associação para a infra-estrutura do assentamento 75,8% dos participantes consideram que a associação local tem contribuído de forma significativa para melhorar-la e 24,2% dos assentados responderam que a associação não contribuiu para melhorar a infra-estrutura local. Diante do exposto podemos então considerar que a associação local colabora efetivamente para o desenvolvimento do assentamento estudado.

Campanhas informativas de preservação ambiental

No que se refere às campanhas de conservação e ou preservação dos recursos naturais 71,0% dos assentados responderam que a associação desenvolve regularmente campanhas informativas de conservação e cuidados com o meio ambiente através de palestra, e conversas informais com os assentados, e que as campanhas de cuidado com o meio ambiente vêm sendo reforçadas regularmente durante as reuniões e assembléias com os dirigentes e associados. O percentual de entrevistados que participam destas campanhas é de 67,7% o que podemos considerar como bom nível de conscientização coletiva dos assentados a cerca da importância dos ecossistemas.

Deste modo podemos concluir que a associação local está preocupada com a conservação e preservação ambiental do assentamento, conscientizando os seus associados quanto ao uso racional dos recursos naturais o que certamente contribui para aumentar o grau de sustentabilidade ambiental do assentamento.

5.5. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O conceito de sustentabilidade ambiental apresentado por diversos autores coloca a noção de conservação da base dos recursos naturais como condição fundamental para o desenvolvimento tanto para as atuais como as futuras gerações. Os indicadores de sustentabilidade ambiental empregados no presente estudo procuraram dar uma idéia de possibilidade de sustentação do estoque dos recursos naturais e do meio ambiente ao longo dos anos.

Desta maneira foi avaliada a relação da associação e dos assentados com a natureza, levando-se em conta se estes estão respeitando a área de preservação ambiental, incluindo a preservação das matas ciliares, se estão realizando plantio de espécies florestais, adotando práticas ambientais conservacionistas, tipos de insumos agrícolas empregados, destino final dos resíduos agrícola, doméstico e químico.

Reserva Legal

Entre as funções sociais da terra é declarado que a terra tem que ser explorada adequadamente e de forma racional, preservando o meio ambiente, no assentamento Oito de Outubro, 69,4% dos assentados declarou possuir áreas de reserva legal em seus lotes, afirmando que estas áreas estão sendo por eles preservadas. O critério para proteção ambiental é definido de acordo com o Código Florestal Brasileiro MP nº. 2.166.67, de 24 de agosto de 2001, que ordena o uso dos recursos florestais principalmente quanto a obrigatoriedade de reservas legais em propriedades rurais, para o Estado de Sergipe a delimitação de área de reserva legal, é de 20,0% da área total de cada imóvel rural, no assentamento estudado a área de reserva é superior ao estabelecido para o Estado, o que mostra um elevado nível de conscientização ecológica entre os assentados.

Preservação das matas ciliares.

Mata ciliar é a formação vegetal que ocorre nas margens dos rios, córregos, lagos, lagoas, olhos d'água, represas e nascentes é considerada como local de maior diversidade de fauna e flora e também onde existe maior produção de biomassa – o que torna as margens dos rios locais de grande fertilidade. É classificada pelo Código Florestal Federal (Medida Provisória número 2.166.67/ 2001) como área de preservação permanente.

Diminuir os processos de erosão e assoreamento mantendo a integridade das margens dos rios, melhorar a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos evitando assim a contaminação do ecossistema aquático, e contribuir para a manutenção da temperatura da água e para o bem estar da comunidade, amenizando as condições climáticas, são apenas algumas das funções da mata ciliar. Embora protegidas por lei, as matas ciliares não foram poupadas da degradação ao longo dos anos, porém no assentamento pesquisado 88,7 % dos entrevistados afirmaram que preservam as matas ciliares. No entanto quando a pergunta foi em relação ao plantio de novas espécies nas margens do rio 32,3% responderam que praticam o reflorestamento ao logo do rio e de outros corpos d'água.

Plantio de espécies florestais

O plantio de espécies florestais constitui-se em uma das alternativas mais eficientes para a recuperação de áreas degradadas em função de seu papel no controle da erosão, na conservação da umidade do solo e na criação de um microclima mais favorável para o desenvolvimento de outras culturas. O componente florestal devidamente selecionado pode contribuir, de maneira significativa, para o aumento da produtividade e viabilização de sistemas de produção.

No momento da pesquisa 53,2% dos assentados declarou fazer plantio de algumas espécies florestal em seu lote agrícola sendo que a mais citada entre os entrevistados foi o plantio da algaroba (*Prosopis juliflora*), prática que segundo Silveira (2002), contribui para a melhoria da reciclagem dos nutrientes nos diferentes sistemas de cultivos, auxilia no controle da erosão, além de ser consideradas fundamentais para a preservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas.

Adoção de práticas ambientais conservacionistas

Os assentados foram submetidos a diversos questionamentos relacionados às práticas de conservação ambiental desenvolvidas no interior do assentamento. De acordo com as respostas todos dos assentados fazem uso de pelo menos uma prática agrícola conservacionistas em seus lotes, relacionadas ora pelas experiências vividas anteriormente com a terra revelada na forma de auto aprendizado (48,4%), ora por recomendação da associação local (25,8%), ou ainda sobre a indicação dos técnicos (21,0%).

A adoção de práticas conservacionistas segundo estudo desenvolvido por Toresan, (1998), contribui para o controle da erosão, melhora da qualidade da água e das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo elevando sua produtividade.

Apesar de verificar que a quase totalidade dos entrevistados utiliza resíduos das culturas incorporando-os ao solo apenas 30,6% responderam que fazem uso da cobertura morta isto é, dos restos de cultivo anterior sobre a superfície do solo. Para Queiroga (2002), o emprego da cobertura morta traz diversas vantagens para o sistema ambiental como

conservação da água do solo, redução da perda de nutrientes, controle de plantas invasoras, contribuindo para melhorar as qualidades físicas e químicas do solo. Outra prática conservacionistas desenvolvida nos lotes e empregada por 64,5% dos assentados é a rotação de cultura, modo que aproveita melhor os nutrientes do solo, auxilia no controle de pragas e doenças das lavouras além de propiciar menores gastos com insumos e rentabilidade maior; a rotação de cultura consiste em cultivar espécies diferentes na mesma área uma sucedendo a outra, no mesmo período anual.

Entretanto, no que se refere ao emprego de roçagem química para o preparo do solo os números mostram bastantes significativos, ou seja, 93,5% dos assentados afirmaram fazer uso na remoção das ervas daninhas existentes nos lote , revelando assim uma técnica muito comum entre os agricultores do assentamento Oito de Outubro, fator que poderá contribuir para a degradação dos recursos naturais influenciando negativamente no nível de sustentabilidade ambiental. Para Vogtmanm e Wagner (1987) citados por Penteado (2000), o uso de herbicida no controle de ervas invasoras prejudica a saúde das plantas, do solo e no sentido mais amplo, prejudica a saúde do homem.

A capacidade de sustentabilidade e aumento da capacidade produtiva do solo é determinada pela adoção de práticas ambientais conservacionistas, para Toresan (1998), é o conjunto de práticas que estabelece a qualidade e o nível de adequação da ação gerencial no que se refere a sustentabilidade do sistema de manejo usado.

Insumos agrícolas utilizados pelos associados

Para Leite et al (2004), a utilização de insumos agrícolas além de influenciar os custos da produção agrícola também interfere de forma negativa na saúde dos agricultores e no meio ambiente.

Os resultados levantados por esta pesquisa revelam que todos os assentados fazem uso de insumos no processo de produção, o que pode ser verificado dado o elevado número de agricultores 83,9 %, que declararam fazer uso de agrotóxico na propriedade agrícola. Conforme salienta Dorea e Santos (2000), o uso de agrotóxico ao mesmo tempo em que

aumenta a produção agrícola evitado à proliferação de pragas, ele também quando usado de forma indevida e indiscriminada, é responsável por provocar danos á saúde humana e ao meio ambiente.

Para Tassinari e Branco (1994 p 217) "os agrotóxicos são substâncias orgânicas ou inorgânicas, naturais ou sintéticas, usadas para a destruição de organismos prejudiciais aos homens e aos seus interesses". De modo geral o uso intensivo de agrotóxico tem um alto potencial de impacto ambiental alterando o equilíbrio biológico e causando prejuízos tanto a saúde dos envolvidos através do uso direto como a do consumidor final.

No assentamento Oito de Outubro, chamou a atenção o fato de 61,3% dos assentados declararem que a associação recomenda cuidado ambiental e humano durante o manuseio e uso de agrotóxicos, destes percentuais de assentados a metade (30,65%) afirma que segue as orientações passada pela associação.

Dentre os cuidados recomendados pela associação destacaram-se na opinião dos assentados entrevistados o uso de roupas e acessórios adequados para aplicação dos agrotóxicos, cuidado com o manuseio, transporte e descartes, fazer uso apenas quando necessário evitando o uso por períodos curto, cuidado com a lavagem e descartes dos vasilhames dentre outros.

Com relação a quantidade total de entrevistados, 69,4%, declararam que utilizam algum tipo de proteção ao aplicaram os agrotóxicos. Estes dados podem apontar certa preocupação por parte da associação como também dos associados com segurança na aplicação dos agrotóxicos tanto no que se refere a saúde humana quanto aos danos ao meio ambiente.

Em relação à utilização de adubo químico nos lotes verificou-se que todos dos assentados utilizam, porém com freqüências variadas, ou seja, 66,1% fazem adubação do solo com produtos químicos a cada ano, 25,8% pelo menos duas vezes ao ano, 6,5% fazem uso de adubos químicos trimestralmente e apenas 1,6% utilizam a adubação química em seu lote mensalmente. De acordo com Geradine e Mendes (2001), se por um lado o uso de fertilizante é necessário para manter níveis altos de produtividade agrícola repondo de

imediato ao solo os nutrientes extraídos pelas plantas, por outro ele poderá levar ao desequilíbrio do solo causando impactos negativos aos recursos naturais.

No que se refere ao uso de adubação orgânica, prática que promove maior vitalidade e resistência da plantas tendendo a dar mais equilíbrio ao solo, nas propriedades agrícolas estudadas a quase totalidade dos assentados (88,7%) declararam não utilizar este tipo de fertilizante em seus lotes.

Extração de recursos naturais.

O desmatamento devido à descaracterização total do habitat natural produz um impacto ambiental dos mais acentuados causando perdas irreversíveis à biodiversidade, acarretando desequilíbrios imprevisíveis aos ecossistemas, com conseqüências ainda desconhecidas. Quando perguntamos aos assentados sobre a extração dos recursos naturais através da prática de derrubada total das árvores (desmatamento) em seus lotes após a criação do assentamento a quase totalidade (91,9%) responderam que não desmataram totalmente seus lotes agrícolas mantendo áreas de reserva Legal.

Destino dos resíduos doméstico.

O lixo é um grave problema ambiental podendo ser associado tanto à saúde quanto à proteção do meio ambiente. A disposição dos resíduos domésticos em locais inadequados, sobretudo quando a população utiliza a via de acesso da comunidade como destino final é a céu aberto, gera uma série de problemas locais, entre eles, problemas de saúde, pois favorece a propagação de doenças na comunidade, e principalmente por causar diversos problemas ambientais tais como poluição do solo e contaminação dos corpos d'água, além questão estética, mau cheiro e agressão visível ao meio ambiente.

Estudo desenvolvido pelo IBGE (2004), demonstra que na zona rural, devido a dispersão das moradias, é mais adequado queimar ou enterrar o lixo nas propriedades agrícolas. Esta situação repete-se no assentamento Oito de Outubro, que embora não exista o serviço de

coleta de lixo pode-se observar certo cuidado da comunidade local com o destino final dos resíduos. A queima é forma predominante utilizada para o descarte dos resíduos doméstico por aproximadamente três quartos (83,9%) dos assentados no projeto Oito de Outubro.

Destino dos resíduos químico:

A ausência de instrução dos agricultores sobre o destino final das embalagens de produtos químicos utilizados na lavoura é a principal responsável pelos prejuízos causados à saúde da população e ao meio ambiente. Assim torna-se necessário sensibilizar os produtores rurais para que eles modifiquem não apenas o modo de usar os produtos químicos mais também o destino que se dá às embalagens vazias, (Tassinari e Branco, 1994).

No projeto pesquisado registrou-se que 58,1% dos usuários queimam as embalagens de produtos químicos e 32,3% guardam em seus lotes contribuindo para disseminação de doenças e para a contaminação ambiental. Verificou-se que um número de agricultores bastante reduzido representado por 6,5% dos entrevistados devolve as embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foi adquirida, prática que favorece a sustentabilidade no assentamento rural. No gráfico 6 visualiza-se a situação dos lotes agrícolas quanto ao destino dos resíduos químicos utilizados na lavoura.

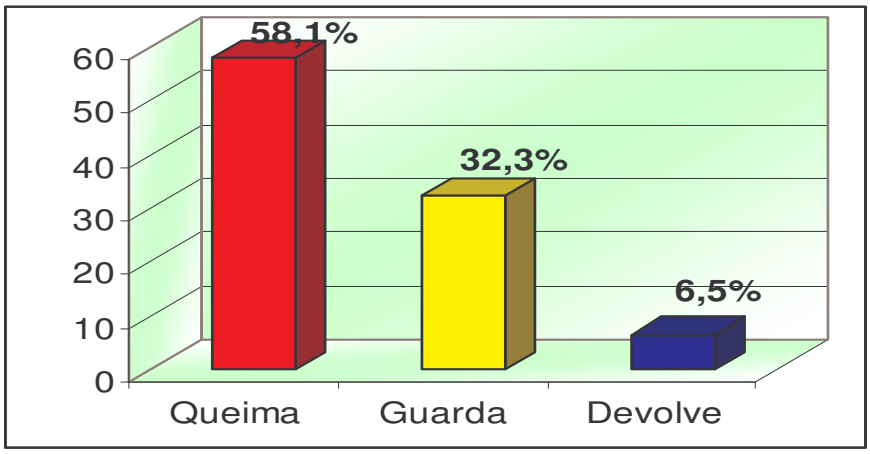

Gráfico 6: Destino dos resíduos químicos

Destino dos resíduos de lavoura

O reaproveitamento dos resíduos das lavouras é um outro ponto importante quando pensamos em sustentabilidade ambiental. Gliessman (2005), considera o reaproveitamento dos resíduos das culturas como um recurso útil e valioso para manter a matéria orgânica do solo aumentando assim a sua fertilidade.

Do número total de pessoas entrevistadas 98,4% declarou reaproveitar os resíduos de lavouras em seus lotes, fator que favorece a fertilização do solo e que poderá contribuir para redução do consumo de fertilizantes químicos no assentamento rural estudado. Esta redução é reconhecida como uma forma pratica de colaborar para a preservação do meio ambiente. De acordo com Daniel (1992), a prática de reaproveitamento dos resíduos das lavouras reflete positivamente na conservação e melhora das diversas propriedades do solo proporcionando grandes benefícios ao meio ambiente.

Destino do esgoto

O estudo procurou saber também o destino do esgoto doméstico, pois esse pode tornar-se uma ameaça para a saúde humana e para o meio ambiente, conforme salienta Longo et al. (1997), o destino adequado do despejo doméstico pode prevenir doenças e promover a saúde e o bem estar do ser humano, servindo também, como um indicador da qualidade de vida da população, já que sua melhoria tem uma relação direta com a evolução dos indicadores ambientais sociais e econômicos.

O resultado encontrado foi que a grande maioria (90,3%) dos associados possui fossa séptica em suas residências. Isso significa menos riscos a doenças e evitam o lançamento dos dejetos humanos diretamente em rios, lagos, nascente ou mesmo na superfície do solo traduzindo-se em menos impactos ambientais. Segundo o IBGE (2004), o uso de fossas sépticas no meio rural é classificado como apropriado tanto para saúde humana quanto para meio ambiente, sendo, portanto um bom indicador de desenvolvimento sustentável.

Da população entrevistada 9,7% responderam que se serve de outros meios para os

despejos do esgoto doméstico (conforme visualizados no gráfico 7), apesar de demonstrarem um reconhecimento, que os sistemas de saneamento com disposição local dos efluentes podem contaminar o meio ambiente e trazer danos à saúde da população.

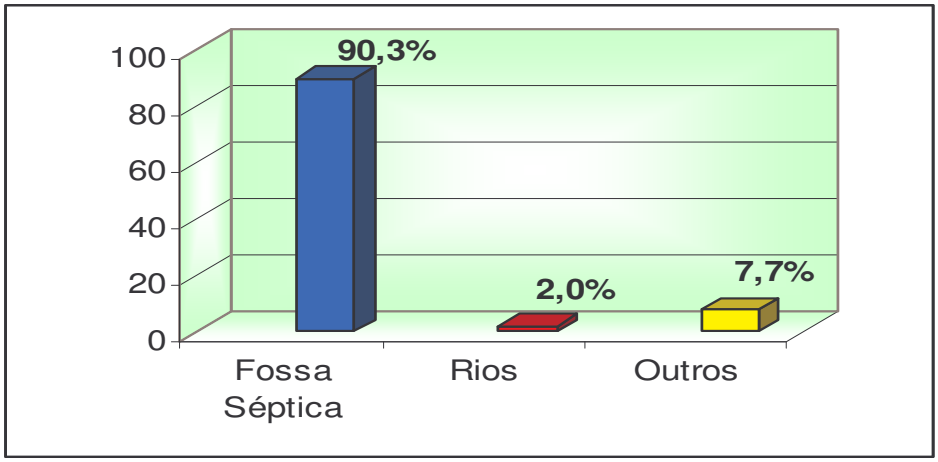

Gráfico 7 – Destino do Resíduo doméstico

6 - GRAUS DE SUSTENTABILIDADE E SEUS FATORES

Os economistas se aproximam das questões relativas à sociedade e meio ambiente pela discussão dos conceitos de sustentabilidade forte e fraca. Ambas estão baseadas no fato de que a humanidade deve preservar capital para as futuras gerações. O capital natural é constituído pela base de recursos naturais, renováveis e não renováveis, pela biodiversidade, e a capacidade de absorção de dejetos dos ecossistemas. No contexto do conceito de sustentabilidade forte, todos os níveis de recursos devem ser mantidos e não reduzidos e no conceito de sustentabilidade fraca se admite a troca entre os diferentes tipos de capitais na medida em que se mantenha constante seu estoque. (Cavalcante, 1997)

Uma forma de tentar conhecer o grau de sustentabilidade de sistemas está na delimitação de indicadores e parâmetros sobre sua realidade. Os indicadores são entendidos neste estudo como "aspectos estruturadores do conjunto da vida social e da natureza" e os parâmetros como "evidencia dores da capacidade de sobrevivência e reprodução dos agricultores rurais no assentamento estudado".

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo propiciaram um conjunto de informações quantitativas e qualitativas, bastante diversificadas que possibilitou analisar de forma satisfatória o objeto de estudo. A partir da seleção das dimensões, parâmetros e indicadores e dos limites adotados para cada parâmetro foi possível construir um quadro matricial de sustentabilidade que permitiu distinguir diferentes graus de sustentabilidade econômica, social, política e ambiental, e como apresentado na metodologia, foram utilizados três graus: sustentabilidade alto, sustentabilidade médio, e sustentabilidade baixo.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram sistematizados na forma de quadros que facilitam o desenvolvimento das análises e visualização de todos os indicadores que fazem parte da sustentabilidade. Assim nos quadros 6, 7, 8, e 9 estão condensadas as informações referentes aos graus de sustentabilidade do assentamento Oito de Outubro.

Quadro 6. Limites dos graus de sustentabilidade econômica.

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS	GRAUS DE SUSTENTABILIDADE		
			ALTA	MÈDIA	BAIXA
ECONÔMICA					
	Comercialização	% Dos associados que participam das compras em comum			
	Comercialização	% Dos associados que participam das vendas em comum			
	Canais de comercialização	% Intermediários			
	Crédito	% Crédito suficiente;			
		% Associado c/ acesso			
		% Associados que sempre reembolsou			
	Relação do número de bens	% Aumento dos bens dos associados			
	Área cultivada	Área cultivada			
	Organização produtiva	Individual			
	Renda associado/am	Renda			
	Origem da renda	Agrícola;			
	Adimplência	Tx de adimplência			
	Mecanização agrícola	Nº de associados que utilizam mecanização			

Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Com relação ao grau de sustentabilidade econômica do assentamento estudado, pelo quadro 6, verifica-se que dos 13 parâmetros analisados sete apresentaram valores superiores ao limite mínimo estabelecido para alto grau de sustentabilidade, dois parâmetros apresentaram grau de sustentabilidade médio e quatro parâmetros apresentaram grau de sustentabilidade baixo.

A análise destes indicadores aponta para a existência de um quadro delicado, com implicações acentuadas nas atividades econômicas dos assentados, principalmente quando

analisamos os indicadores, comercialização, canais de comercialização e organização produtiva.

6.1.1-Fatores limitantes do grau de sustentabilidade econômica do assentamento Oito de Outubro

Consideraram-se como fatores limitantes do grau de sustentabilidade econômica do assentamento Oito de Outubro, a comercialização, o canal de comercialização (forma de escoamento da produção agrícola) e a organização produtiva, levando-se em consideração que todos estes parâmetros apresentaram valores abaixo do limite mínimo estabelecido como sustentável, isto é, valores inferiores a 30,0% do considerado como grau de sustentabilidade baixo.

A forma de comercialização constituída pela compra e venda de mercadorias de modo individual, empregada pela maioria dos assentados entrevistados desfavoreceu o rendimento da renda e contribuiu para minimizar o desenvolvimento do assentamento, comprometendo também o seu grau de sustentabilidade. Ainda com relação a comercialização utilizada pelos assentados o quadro também é desfavorável a associação pois revela a deficiência e a carência de assistência a comercialização.

Canais de comercialização - A comercialização da produção no assentamento é um dos grandes entraves enfrentados pelos associados assentados. A associação não realiza atividade de comercialização agrícola deixando seus associados subordinados aos preços praticados pelos atravessadores. Pratica usada por 90,3% dos associados, o limite máximo para ser considerado como alto grau de sustentabilidade seria de 30,0% dos entrevistados.

Organização produtiva - A falta organização produtiva dos assentados contribuiu para a diminuição e aproveitamento do uso do solo, afetou negativamente o desenvolvimento do assentamento e conseqüentemente colaborou para a redução do grau da sustentabilidade econômica.

A partir destes resultados pode-se deduzir que a associação local não tem utilizado formas eficazes de auxílios à organização da produção nem a comercialização, sendo considerados, portanto como fatores que restringiu o grau de sustentabilidade econômica do assentamento.

6.2-Análise dos graus de sustentabilidade social

Quadro 7- Limites dos graus de sustentabilidade social.

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS	GRAUS DE SUSTENTABILIDADE		
			ALTA	MÈDIA	BAIXA
SOCIAL					
	Escolaridade	% Fundamental			
		% Educação associativista			
		% Associados que participam de eventos			
		% Associados capacitados pela associação			
	Ocupação de mão de obra dos associados	No próprio lote			
	Habitação	Alvenaria			
	Fonte de energia	Rede geral			
	Satisfação dos associados com a atual gestão	Satisfeito			
	Associados	N°de sócios hoje			
	Origem do associado	Zona rural			
	Transporte	Tipo coletivo			
	Acesso /estrada	Bom acsso			
	Participação dos associados	Em reuniões			
	Qualidade da Assistência técnica	Boa			

Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Com relação aos 14 indicadores de sustentabilidade social, empregados neste estudo, dois se diferenciaram da maioria, o primeiro (o nível de escolaridade dos assentados) apresentou grau de sustentabilidade média enquanto que o outro (percentual de associados capacitados pela associação) apresentou grau de sustentabilidade baixo, conforme pode ser observado no quadro matricial 7.

Escolaridade - A escolaridade dos assentados apresentou valores inferiores ao considerado para alto grau de sustentabilidade, ou seja, 56,5% dos participantes cursaram o ensino fundamental sendo, portanto classificado como grau médio de sustentabilidade. A educação formal torna-se um desafio para o meio rural e um dos principais fatores de restrição da sustentabilidade social no assentamento pesquisado.

6.2.1-Fatores limitantes do grau de sustentabilidade social.

Os limites dos parâmetros encontrados referentes a grande maioria dos indicadores sociais pesquisados estavam compreendido entre os valores estabelecidos para médio grau de sustentabilidade a alto grau de sustentabilidade, entretanto um parâmetro analisado referente ao número de sócios capacitados pela associação apresentou limites inferiores ao considerados como grau de sustentabilidade baixo, este indicador foi considerado como limitante do grau de sustentabilidade local.

Associados capacitados pela associação - A inexistência de associados capacitados pela associação local revelou o descaso dos dirigentes da associação na promoção de cursos de capacitação que atenda os interesses dos seus sócios contribuindo para ao melhora das condições de trabalho bem como na qualidade de vida de todos.

A ausência de grande número de associados capacitados pela Associação do Projeto dos Assentados Quingimbre / Floresta s favoreceu a redução do grau de sustentabilidade local, porém os limites encontrados nos demais indicadores sociais pesquisados sinalizam um alto grau de sustentabilidade social do assentamento de reforma agrária **Oito de Outubro.**

6.3-Análise dos graus de sustentabilidade Política

Quadro 8 - Limites dos graus de sustentabilidade Política

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS	GRAUS DE SUSTENTABILIDADE		
			ALTA	MÈDIA	BAIXA
POLÍTICA					
	Influência política na fundação da associação	Sim			
	Capacitação dos dirigentes	Formação em associativismo;			
	Oferta de capacitação para os associados.	Número de eventos ofertados			
	Quantidade de reunião	% Suficiente			
	Qualidade das reuniões	% Boa			
	Participação dos associados	% Reuniões			
	Forma de reivindicação dos associados	% Reunião;			
	Funcionamento da associação	Anos consecutivos			
	Decisões da diretoria	% Baseadas na assembléia			
	Benefício p/comunidade	Benefícios			
	Consciência asssociativista	Sim			
	Projetos realizados	Pela associação			

Fonte: Pesquisa de campo (2005)

No que se refere a sustentabilidade política foram avaliados treze parâmetros de sustentabilidade e apenas um, oferta de capacitação para os associados, apresentou grau de sustentabilidade médio, assim podemos concluir que no que se refere a sustentabilidade política do assentamento a associação tem contribuído de modo significativo.

Oferta de capacitação para os associados - Embora a maioria absoluta dos indicadores de sustentabilidade política tenha apresentado um alto grau de sustentabilidade, no que se refere à oferta de curso de capacitação observa-se uma pequena defasagem no numero e na

variedade dos cursos ofertados. Porém esta defasagem não foi considerada como fator limitante para o alto grau de sustentabilidade política do assentamento pesquisado.

6.3.1-Fatores limitantes do grau de sustentabilidade política do assentamento Oito de Outubro.

Na análise dos graus de sustentabilidade política não se detectou fatores que limitassem o grau de sustentabilidade política do assentamento, tendo em vista que

6.4-Análise dos graus de sustentabilidade ambiental

Quadro 9- Limites dos graus de sustentabilidade ambiental

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS	GRAUS DE SUSTENTABILIDADE		
			ALTA	MÈDIA	BAIXA
AMBIENTAL					
	Reserva Legal	Resrva Legal			
	Preservação das matas ciliares	% de quem preserva			
	Plantio de espécies florestais	% de associados que plantam			
	Adoção de práticas ambientais conservacionistas	% Assos que adotam práticas conservacionistas			
	Insumos agrícolas utilizados pelos associados	% defensivo agrícola;			
		% Fertilizantes			
		% Orgânico.			
	Extração de recursos naturais	% Desmatamento			
	Destino do lixo doméstico	% Queima.			
	Destino do lixo químico	% Devolve			
	Destino dos restos de lavoura	% Reaproveita			
	Esgoto	% Casas com fossas			
	Abastecimento de água	Casa com água encanada.			

Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Conforme respostas da população entrevistada, observa-se no quadro 9 que oito indicadores contribuíram de forma significativa para alto grau de sustentabilidade ambiental, quatro apresentaram graus de sustentabilidade baixo e um indicador apresentou grau de sustentabilidade médio.

6.4.1-Fatores limitantes do grau de sustentabilidade ambiental

O risco de contaminação ambiental pelo emprego de praticas não recomendável é bastante significativo, no assentamento Oito de Outubro destacaram-se os seguintes indicadores como fatores limitantes para o alto grau de sustentabilidade ambiental:

Insumos agrícolas utilizados pelos associado três apresentaram-se com graus de sustentabilidade ambiental baixo restringindo a sustentabilidade ambiental do assentamento.

- **Defensivos agrícolas** - utilizado por grande parte dos agricultores provocou uma série de impactos negativo ao meio ambiente.

- **Fertilizantes -** Seu uso indiscriminado pode alterar as propriedades físicas e comprometer o estado de agregação do solo, interferindo dentre outras coisas no grau da sustentabilidade do assentamento.

- **Adubação orgânica –** Tem como princípio à utilização diversificada de produção, independência do agricultor, e respeito à saúde dos agricultores, consumidores e do meio ambiente, porém essa técnica é empregada por uma pequena parte dos entrevistados o que contribuiu para redução do grau de sustentabilidade.

Destino do resíduo químico - Destino não adequado dos resíduos químicos provoca uma contaminação dos recursos naturais causando danos à saúde da população assentada e dos animais afetando a sustentabilidade ambiental.

Plantio de espécies florestais - Ato praticados por apenas 53,2% dos assentados, o que poderá causar prejuízo ao meio ambiente.

De acordo, com a avaliação dos indicadores ambientais propostos neste estudo, podemos considerar que o assentamento rural Oito de Outubro possui grau de sustentabilidade ambiental médio.

Sustentabilida do assentamento "Oito de Outubro - SE"

O quadro 10 apresenta uma sítese dos resultados dos grau da sustentabilidade em susas respectivas dimensões. Com relação as dimensões política e social o asssentamento de reforma agraria "**Oito de Outubro"** apresentou alto grau os grau de sustentabildade em contrapartida as dimensões econômica e ambientais os resultados revelaram médio grau de sustentbilidade. As informações levantadas através dos indicadores propostos mostram a situação que se encontra o assentamento "**Oito de Outubro",** neste sentido podemos vislumbrar uma evolução para um auto grau de sustentabilidade do assentamento desede que os principais problemas apontados sajam corrigidos através de ações coletivas entre a organizaçao social local e seus membros.

.

DIMENSÃO	GRAUS DE SUSTENTABILIDADE		
	ALTA	MÈDIA	BAIXA
ECONÔMICA			
SOCIAL			
POLÍTICA			
AMBIENTAL			

Quadro 10: Análise do grau de sustentabilidade do assentamento Oito de Outubro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na evolução da relação sociedade e a natureza surgiram os desequilíbrios ambientais e com eles a necessidade de dar sustentação aos ciclos básicos que garantem a vida na terra. Dentro deste contexto nasce à preocupação em conciliar o desenvolvimento econômico, social e a preservação da diversidade ambiental exigindo um novo padrão da relação sociedade e natureza que garanta a disponibilidade dos recursos naturais durante longo tempo. Assim impõe-se a busca pelo novo modelo de desenvolvimento econômico e social que esteja em harmonia com a natureza permitindo a sustentabilidade; Cavalcanti (1998), afirma que a procura por essa sustentabilidade "resume-se à questão de se atingir harmonia entre seres humanos e a natureza".

Altieri (1996: 131), por sua vez apresenta uma visão bem mais abrangente da relação entre a sociedade, natureza e sustentabilidade; ao enfatizar que a verdadeira sustentabilidade será obtida quando os camponeses assentados (sociedade) incrementarem seu acesso a terra, aos recursos (natureza) e se **organizarem socialmente** para assegurar o controle dos recursos, um justo acesso aos mercados de insumos e produtos e rendimentos dignos derivados de suas colheitas. A sustentabilidade de uma organização social depende fundamentalmente da capacidade de adaptação dos fatores críticos existentes no ambiente e dos cenários no qual cumpre sua missão.

Considerando-se que as organizações sociais, a depender das estratégias de implantação adotadas, podem assumir um caráter consensual, isto é, quando a forma de organização é motivada por interesses comuns, manifestações explícitas dos laços de confiança e solidariedade, afirmadas na reciprocidade e cooperação em busca da solução para os dilemas coletivos essa forma de organização prima pelo uso de ações conscientes de seus membros. Ou ainda, um caráter de organização constrangida cuja participação é usada como sinônimo de legitimação de decisões tomadas de cima para baixo ou como sinônimo de cooptação reforçado por traços de patronagem, clientelismo ou dependência, operando nos limites das leis, dos costumes e da dignidade humana a que tais grupos estão historicamente submetidos, este tipo de organizações são movidas por interesses imediatos,

dissolvem rapidamente, pois são criadas apenas para atender as exigências estabelecida pelos Bancos oficiais para liberação de financiamentos e recursos creditício, servido também de projetos eleitoreiros de políticos oportunistas. Deste modo, o conjunto de indicadores aqui analisados de forma sistêmica, permitiu identificar potencialidades endógenas da organização dos trabalhadores rurais e concluir que a forma de organização social desenvolvida no assentamento **Oito de Outubro** possui as seguintes caracteríusticas.

Ato constitutivo - Consensuada; pois não ocorreu influência política partidária na fundação da associação, sua constituição foi espontânea;

Educação associativista - Consensuada, boa divulgação das práticas do associativismo pela associação;

Uso do crédito - Consensuada; embora desenvolva um importante papel como aglutinador de associados, não apresentou influencia como fator formador da associação;

Quantidade de reuniões - Consensuada, apresentou um bom número de encontros entre dirigentes e associados, desde a criação;

Mandatos dos dirigentes Consensuada, pois as troca de dirigentes sempre foi efetuada dentro dos limites estabelecidos pelo estatuto da associação;

Ato solidário/trabalho coletivo - Consensuada, representada através dos esforços desenvolvidos pela associação e associados em prol da solidariedade dos assentados;

Conquistas sociais amplas - Consensuada, pela quantidade de benefícios promovidos pela associação para a comunidade em geral – associados e não associados;

Qualidade da liderança Consensuada; a grande maioria dos associados está satisfeita com a atual direção revelando a competência dos dirigentes;

Crescimento vegetativo - Consensuada, durante a existência da associação todos os assentados são associados, atingindo o crescimento vegetativo máximo;

Participação dos associados - Consensuada, o índice de participação dos membros da associação mostrou-se como alto grau da relevância característica típica das organizações consensuadas;

Eficácia da gestão - Consensuada, mostrou bons resultados da ação dos dirigentes;

Comunicação - Consensuada, intensidade e forma da interlocução entre dirigentes e associados apontou resultados satisfatórios de boa comunicação.

Promoção da educação - Constrangida, embora relevantes e merecedora de atenção especial a promocão de educação não tem se destacado dentro da associação do Projeto dos Assentados Quingimbe / Floresta, o que pode ser verificado através do baixo número de associados que responderam ser capacitados pela associação; Porém este ndicador não foi identificado como uma barreira intransponível capaz de inviabilizar o alto grau de sustentabilidade social do assentamento estudado.

O conjunto de indicadores de consensualismo e contrangimento utilizados nesta pesquisa sinalizou a forma consensual de organização da associação na qual tem se materializado no interior do assentamento **Oito de Outubro**, em que as ações praticadas são motivadas, sobretudo por uma identidade construída no processo de luta pela terra; e se apresentam como uma estratégia familiar de reprodução social, proporcionadora de melhoria da qualidade de vida da população assentada e como instrumento indispensável para o desenvolvimento local sustentável;

Através da avaliação da sustentabilidade nas suas dimensões econômica, social, política e ambiental, podemos concluir que a evidencias de que a organização social do assentamento **Oito de Outubro** tem contribuído significativamente para o alcance da sustentabilidade em suas diversas dimensões, sobretudo nas dimensões social e política, já que elas apresentram elevados graus de sustentabilidade.

Contudo, as constatações dos médio grau de sustentabilidade economica e ambiental remetem a discurssão de se repensar algumas estrategias desenvolvidas pela associação, no intuito de superar os problemas vivenciados pelos associados e buscar caminhos que conduzam o crescimento economico, com inclusão social e respeito ao meio ambiente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, R. - *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo – Rio de Janeiro Campinas: Hucitec, Anpocs. Ed. UNICAMP, 1992.

ACSERALD, Henri, - Discurso da sustentabilidade urbana. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro: ANPUR, 1999 n° 1.

AGENDA 21 - *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente a Desenvolvimento* (Rio de Janeiro 1992). 2ª ed. - Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições técnicas, 1997.

ALMEIDA, J. A. - A Problemática do Desenvolvimento Sustentável. In: Becker, D. F. (Org)- *Desenvolvimento Sustentável: Necessidade E/Ou Possibilidade?* Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997, 238p.

_____ *A Construção de Uma Nova Agricultura*: *Tecnologia Agrícola e Movimentos Sociais no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999 276 p.

ALTIERI, Miguel, - *Agroecologia Base Científica Para Uma Agricultura Sustentável.* Guaíba Ed. Agropecuária 2002. 592 p.

Banco do Nordeste *Guia do meio ambiente para o produtor rural* Fortaleza 1999 60p.

BERGAMASCO S. M; NODER, l Perfil dos assentamentos de Sumaré, In *Retratos dos Assentamentos.* Araraquara: ILCSE/ Unesp, pp.35-75.

BERGAMASCO S. M. P.P. *et Ali* A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em SP. In: *Assentamentos Rurais e Dinâmicas Regionais* RJ: Mariad 2004-308p

BITTENCOURT, G. A., *et al –Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Protejo de cooperação técnica INCRA/FAO 1999, 64p

BOUNI*, C. Indicateurs de Développement Durable: L'enjeu D'organiser une Information Hétérogène Pour Préparer une Décision Multicritère. Paris: Asca, 1996. 14p.*

BRÜSEKE, F. J. - O problema do desenvolvimento sustentável, In Viola, E. *et. al* (org)- *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para ciências sociais*. Santa Catarina Cortez, 1995.

BRUYNE, P.; Herman, J.; Schoutheete, M. De. -*Dinâmica de pesquisa em ciências sociais: Os pólos da Prática metodológica.* Rio de Janeiro: Francisco Alves,1997. 252p.

BUARQUE, Sérgio C. e BEZERRA, Lucila. "*Projeto de desenvolvimento municipal sustentável-bases referencial*". Projeto Áridas (mime-o.), dezembro de 1994

BURZTYN, Marcel - *Para Pensar O Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAMINO, R.; Müller, S. *Sostenibilidad de La Agricultura Y Los Recursos Naturales: Bases para Estabelecer Indicadores*. San José: Iica, 1993. 134p. (Série Documentos De Programas Iica, 38).

CAPORAL, F. R.; Costabeber, J. A - *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuição para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável* - Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004 166 p.

CAPRA, F. - A alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: Trigueiro, André (cord). *Meio Ambiente no Século 21.* Rio de Janeiro; Sextante, 2003, 367p.

_____ - *A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos seres vivos*. São Paulo – SP 9 edição: Cultrix Anana Key 2001. 256p.

_____-*O Ponto de Mutação,* São Paulo-SP Cultrix 2002.

_____. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARMO, M. S. do – A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável. In: Ferreira, A Brandenburg, A. (org) *Para pensar outra agricultura.* Curitiba: ED. UFPR, 1998, 275p.

CARVALHO, H. M. - *Padrões de Sustentabilidade: Uma Medida Para o Desenvolvimento Sustentável*. Curitiba, 1998. 26p.

_____*Estudo exploratório sobre a realidade sócio-cultural dos trabalhadores rurais nos assentamentos de reforma agrária no Estado do Ceará*. Curitiba, IICA/MEPF, (1998).

_____*Formas de Associativismo Vivenciadas Pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas de Oficiais de Reforma no Brasil*. Curitiba - PR, 1998

CASTRO C de M, - *A Prática da Pesquisa.* São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. 156p.

CAVALCANTI, Clovis (Org) - *Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas* São Paulo - SP, Ed.Cortez 1997, 436p.

CENDRERO, A. U. *Indicadores de Desarrollo Sostenible Para La Tomada De Decisiones*. 1997.

CHRISTOFOLETTI, Antonio *Modelagem de Sistemas Ambientais*. Ed. Edgard Blücher Ltda. São Paulo, SP 2002, 236p.

D'AGOSTINI, L. R. - *Çal do Saber Sem Sabor* Florianópolis: Ed. do autor, 2004, 94p.

DANIEL, Luis Antonio Conservação do solo In Cortez, Luis A. B., Magalhães, Paulo, S G (org) *Introdução a engenharia Agrícola*. Campinas : Unicamp, 1992 p 99-116.

DELGADO, G & Cardoso Jr., J. C - A *Universalização dos Direitos Sociais no Brasil: A Previdência Rural nos Anos 90*. Brasília IPEA, 2000, 242p.

DEMO, P. - Avaliação *Qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Cortes Editora. Autores associados, 2002, 103p.

DIEGUES, A C. - *O Mito da Natureza Intocada*. SP Hucitec, 1996. p

DÓREA, H. S.; Santos, A. P. – *Agrotóxicos Parte I: Passado ,Presente e Futuro*. Cadernos da UFS, São Cristóvão, Vol. II, Fasíclo 3, 2000, p. 87-96.

DURAND D.- *La Systemique Que Sais-Se?* Ed. Paris: Presses Universitaures de France, 1998 128p.

EHLERS, Eduardo. -*Agricultura Sustentável: Origem e Perspectiva de um Novo Paradigma*. São Paulo: Livro da Terra, 1999.

FABRINE. João E. - *A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem Terra*, Cascavel: EDUNIOEST, 2003. 275p

FLORES; M.; J. C. Nascimento - Novos Desafios da Pesquisa para Desenvolvimento Sustentável - Revista *Agricultura Sustentável*. Jaguariúna, v1, n 1, p 10-17, Jan / abr. 1994.

GALLOPÍN, J. C. *Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A system approach. Environmental modeling & assessment*: 101 - 117 1996.

GARAMOND, 2001.288p

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; Mendes, Iandara Alves (Orgs.*). Teoria, Técnicas, Espaços E Atividades: Temas De Geografia Contemporânea*. Rio Claro:, 2001. 432 P.

GIL Antonio C - *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002. 171 p

_____ -. *Método e Técnica de Pesquisa Social.* 5ª Ed. São Paulo, Atlas 1995. 207 p

_____. -*Técnicas de Pesquisa em Economia*, 2ºEd. São Paulo: Atlas, 1991. 195 p.

GODEMBERG, M -A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais 3ª Ed rio de Janeiro RJ : Record, 1999

GOHN, Maria da Glória. -*Os Sem Terra, ONG e cidadania*. São Paulo: Cortez 1995.

GOMES, Enoque - *O Novo Paradigma do Desenvolvimento: O Enfoque da Sustentabilidade - Alguns Elementos Sobre A Agricultura do Nordeste Semi - Árido*. Recife: UFPE-NAEG, 1993.

GONÇALVES, C. W. P. - *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente,* S. P. Contexto, 1989.

GONÇALVES, C. W. P. - *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente,* S. P. Contexto, 2002, 148p.

GUANZIROLI, C. E; et ali - *Agricultura e Reforma Agrária No Século XXI*. Rio de Janeiro:

GUIMARÃES, M. "Sustentabilidade e Educação Ambiental" In: CUNHA, S. B. e Guerra, A. J. T. (org). *A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 81-105.

IBGE - Censo Agropecuário de Sergipe. 1996

IBGE Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2004/IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia-Rio de Janeiro: IBGE, 2004 393 p.

IBGE *Censo agropecuário* - 1996. Sergipe: IBGE

IBGE. Banco de Dados Agregados. *Censo Agropecuário*. 1996. Disponível em http://www.sidra.ibge.gov.br/

INCRA/SE. -*Cadastramento dos Assentamentos/ Conflitos de Terras* em *Sergipe*. Set/03.

JOLLIVET, M -.*Sciences de La Nature Sciences de La Societe: Lês Passeurs Frantieres*, Ed CNRS. Paris, 1992

KAGEIAMA, A. - *As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras*. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

LAKATOS Eva Maria e Marconi, M. de A. - *Metodologia Cientifica*, 3ª ed. - São Paulo: Atlas, 2000 p 279.
_____ - *Fundamentos de Metodologia Científica,* São Paulo - SP, Atlas 1991.

LEFF, Enrique - *Saber Ambiental*. Ed. Vozes, 2001. 343p

LEITE, Sérgio O*s impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Rio de Janeiro; 1995.

LEITE, Sérgio - *Assentamentos rurais: modernidade ou atraso no campo Brasileiro?* Democracia na terra (Rio de janeiro), n. 6, p. 2-4, jul / ago. 1992.

LEITE, Sérgio Por uma Economia Política de Reforma Agrária: Custo de Implantação e Infra-Estrutura nos Assentamentos Rurais Paulistas (1984-1989) In: Medeiros, L. *et al* - *Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. 329p.

LEITE, Sérgio. - *Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil, Aspectos políticos econômicos e sociais.* Disponível em <http: www.nead.br> Acesso em nov./2003.

LEITE, Sérgio; Herredia B; Medeiros L et all - *Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro* - Brasília IICA NEAD São Paulo Ed. UNESP, 2004 392p.

LEONEL, M. – Degradação ambiental como processo social. In*: A Morte Social dos Rios.* São Paulo, Perspectiva, 1998 pp. 1-26.

LONGO, J. M. (Org.); SILVA, M. B. (Org.); FISCHER, Erich Arnold (Org.) *Ecologia do Pantanal*: Curso de Campo 2000. 1. ed. Campo Grande: Editora da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001. V. 1. 197 p.

LOPES, Eliano S. A *et. Ali* – Organização Produtiva e Impactos dos Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe In: Medeiros, L e Leite, S. (org) *Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional.* Rio de Janeiro: Mauad, 2004, 308p.

LOPES, Eliano S. A. & Dalva Maria da Mota - *Tecnologia e renda na agricultura familiar irrigada de Sergipe*. UFS, São Cristóvão, 1997. 186p.

LOVELOCK, Janes Gaia. *-As eras de Gaia; A bibliografia de nossa terra viva*. Rio de janeiro campus 1991.

MARCOS, V.- *Comunidades Sinsei (U)topia e territorialidade*. São Paulo 1996. dissertação de mestrado em geografia FFLCH/USP

MARTINES, S. R. - A responsabilidade acadêmica na sustentabilidade do desenvolvimento: As ciências agrárias e a (falta de) percepção dos ecossistemas. Revista *Eisforia*, Florianópolis-SC v.1, n. 1 p. 37- 62, 2003.

MARZALL, K. *Indicadores de Sustentabilidade Para Agroecossistemas*. Porto Alegre, 1999. 208 F. Dissertação (Mestrado Em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação Em Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MARZALL, Kátia e ALMEIDA Jalcione - Indicadores de sustentabilidade para ecossistemas: Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. In: *Caderno de Ciências & Tecnologia*, Brasília, Embrapa - DF, v.17, n 1, p. 41-59, jan./abr.2002.

MEDEIROS, L e Leite, S. (org) *Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional.* Rio de Janeiro: Mauad, 2004, 308p.

MEDEIROS, L. *et all - A Formação de Assentamentos Rurais no Brasil: Processo Social e Políticas Públicas:* Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. UFRGS / CPDA 1999.

MEDEIROS, L. *et all - Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. 329p.

MEDEIROS, L.; Esterci, N.; Barbosa, V *et all - Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. 329p.

MELO I.S. de; Azevedo, J. L. de - *Microbiologia Ambiental* Jaguariúna: EMBRAPA

CNPMA, 1997 438p.

OAKLEY P. "*Participation in development in N. E. Br*azil". 10-22, jan. 1980.

Organização da cooperativa Brasileira - Associativismo, Brasília 1996.

PENTEADO, S. R. *Introdução à agricultura orgânica: normas e técnicas de cultivo*. Campinas: Editora Grafimagem, 2000. 110 p

PEREIRA, P. A. S. "Sustentabilidade e Gestão – Ciência, Política e Técnica". In: *Rios, Redes e Regiões – A Sustentabilidade a Partir de um Enfoque Integrado dos Recursos Terrestres*. Porto Alegre AGE Editora, 2000, pp.19-97.

PINHEIRO, Sergio. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? In *Anais do II Encontro Brasileiro de Sistemas de Produção*, nov. 1995.

PINHEIRO, Sergio; Schmidt, Wilson. *O Enfoque Sistêmico e a Sustentabilidade da Agricultura Familiar: Uma Oportunidade de Mudar o Foco de Objetos/Sistemas Físicos de Produção Para Os Sujeitos/Complexos Sistemas Vivos e as Relações Entre o Ser Humano e o meio ambiente,* Santa Catarina 2000.

PRIMAVESI odo e Primavesi, A C. - *Fundamentos Ecológicos Para o Manejo Efetivo do Ambiente Rural Nos Trópicos: Educação Ambiental e Produtividade Com Qualidade Ambiental*. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2003.

PUTMAN, R D - *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*, Rio de janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas 1996. 260p

QUEIROGA, *Utilização de diferentes materiais como cobertura morta do solo no cultivo de pimentão*. Horticultura brasileira. Brasília volume 20 n 3 p 416-418 2002

RAMPAZZO, S.E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In. BECKER, D. F. (Org). *Desenvolvimento Sustentável Necessidade e ou Possibilidade?* 4ºed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, 241p.

RIBEIRO, M. A. "Governo e Ecodesenvolvimento' In: *Ecologizar: Pensando O Ambiente Humano"*. Brasília, Edições IBAMA, 1999 p. 109 – 172.

RICHARDSON, R, J - *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas* 2ª Ed São Paulo: Ed. Atlas 1989, 219 p

SACHS Ignaci, *Ecodesenvolvimento- Espaço Tempos e Estaratégias de Desenvolvimento*. São Paulo:Vértice, 1986

_____*Desenvolvimento Sustentável, Bio-Industrialização Descentralizada e Novas Configurações Rural-Urbanas. Os casos da Índia e do Brasil*. In Vieira, P. F. e Weber, J (orgs.) Gestão dos Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios Para a Pesquisa Ambiental São Paulo: Cortez, 1997.

_____ - *Estratégia de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente* / tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SCHILINDWEIN, Luis; D´agostine L. - Sistema e agricultura familiar In: Mota D. M. (org) *Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica*: Sociedade Brasileira de sistemas de produção, Aracaju- 2005 398p.

SCHMITZ, Hebert - Abordagem sistêmica e agricultura familiar In: Mota D. M. (org) *Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica*: Sociedade Brasileira de sistemas de produção, Aracaju- 2005, 398p

SILVA, Antônio F.R. – *Consensualismo, Constrangimento e a Sustentabilidade das Associações de Produtores Rurais de Ilhéus*, Bahia, Brasil. 2003. Universidade Estadual de Santa Cruz. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Rosemiro Magno da; Lopes, Eliano Sérgio A, - *Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/EDUFS. Secretaria de Estado da irrigação e Ação Fundiária 1996. 176p.

SILVEIRA J. M. F. J., FONSECA, M. G. D., SALLES-FILHO, S. L. M The development of Biotechnology in Brazil. In: JANARDHAN RAO, N. (Org.). The business side of Biotechnology, an introduction. Bombain: ICFAI Press, 2002. V. 01, p. 1-

SPERRY, Suzana - *A Importância da Organização Social para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar*. Disponível em < http://www.clubedofazendeiro> Acesso em 2002.
_____ -*Agricultura Familiar 3 - Organização dos Produtores* , Planaltina DF EMBRAPA Cerrados 168 páginas

SPERRY, Suzana e Mercoiret, M. - *Associação de Pequenos Produtores Rurais* - Planaltina DF EMBRAPA Cerrados 2003 a.130p.

SPERRY, Suzana; Junior, C. H. T. C - *Ações coletivas Praticadas Pelos Produtores*. Planaltina DF EMBRAPA Cerrados 2003.180p

STÉDILE, J. P., Gorgen, F. S. -*A luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Editora Scrita, 1993.

TASSINARI, G. e Branco, E. P. - *Manejo dos agrotóxicos* In: Manual de uso, manejo e conservação do solo e água: Projeto de recuperação conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias hidrográficas. 2ª. ed. rev., atual., e ampl. Florianópolis: EPAGRI 1994. 384p.

TORESAN, Luis. - Sustentabilidade e desempenho produtivo na agricultura: Uma abordagem multidimensional aplicada a empresas agrícolas. Florianópolis, 1998 (tese de doutorado em engenharia da produção).

TOURAINE, Alain, - *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis - RJ. Vozes, 1994.

_____-*O pós-Socialismo*. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1984.

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva *Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, positivismo, fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas, 1987, 175p.

TUNSTALL, S. M.; N'JAI, A.; GREEN, C. H.; ROGERS, A. - Economic evaluation of environmental goods. *Project Appraisa*l, v. 5, n. 2, p. 70-82, 1990

VALADÃO, V. A. - *Assentamento e sem terra: Importância do papel dos mediadores*. Vitória - Es: EDUFES, 1999, 276p.

VANBELLEN, Hans Michael. *Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise Comparativa*. 2002. XVIII, 235p. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

VEIGA, J.E. Problemas da transição á agricultura sustentável. Revistas *Estudos Econômicos,* São Paulo, v. 24, número especial, p.9-24, 1994.

WINOGRAD, M - *Marco conceptual para el desarrollo y uso de Indicadores Ambientales Y de sustentabilidad par toma de decisiones em Latinoamérica y el caribe.* PUTMAN - CIAT, México, D.F. 1996

WOORRTMAN, Ellen (org) *Significados da Terra* Ed UNB, 2004.

ANEXOS

ANEXO A

Quadro 11. Limites dos graus de sustentabilidade econômica.

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS	GRAU DE SUSTENTABILIDADE		
			ALTA	MÈDIA	BAIXA
ECONÔMICA					
	Comercialização	% Dos associados que participam das compras em comum	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
		% dos associados que participam das vendas em comum	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Canais de comercialização	% Feiras livre	≤30%	>30% e ≥60%	>60%
		% Intermediários	≤30%	>30% e ≥60%	>60%
	Crédito	% Crédito suficiente;	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
		% Associado c/ acesso	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
		% Sempre reembolsou	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Relação do número de bens	% Aumento dos bens dos associados	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Área cultivada	Área cultivada coletiva	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Organização produtiva	Individual	≤30%	>30% e ≥60%	>60%
	Renda associado/am	Renda	≥ 4 S.M	≥ 2 e< 4 S. M	< 2 S. M
	Origem da renda	Agrícola;	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Inadimplência	Tx de inadimplência	≤30%	>30% e ≥60%	>60%
	Mecanização agrícola	Nº de associados que utilizam mecanização	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Maquinas agrícola	Nº tratores	≥60%	≥30% e > 60%	<30%

Quadro 12. Limites dos graus de sustentabilidade social.

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS	GRAU DE SUSTENTABILIDADE		
			ALTA	MÈDIA	BAIXA
SOCIAL					
	Escolaridade	% Fundamental	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
		% Educação associativista	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
		% Associados que participam de eventos	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
		% Associados capacitados pela associação	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Ocupação de mão de obra dos associados	No próprio lote	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Habitação	Alvenaria	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Fonte de energia	Rede geral	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Satisfação dos associados com a associação	Satisfeito	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Satisfação dos associados com a atual gestão	Satisfeito	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Associados	N°de sócios hoje	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Origem do associado	Zona rural	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Transporte	%Bem servido	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Bom acesso /estrada	% Bom acesso	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Participação dos associados	Em reuniões	≥60%	≥30% e > 60%	<30%

Quadro 13. Limites dos graus de sustentabilidade Política

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS	GRAU DE SUSTENTABILIDADE		
			ALTA	MÈDIA	BAIXA
POLÍTICA					
	Influência política na fundação da associação	Sim	NÃO		SIM
	Capacitação dos dirigentes	Formação em associativismo;	SIM		NÃO
	Oferta de capacitação para os associados.	Número de associados capacitados	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Quantidade de reunião	% Suficiente	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Qualidade das reuniões	% Boa	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Participação dos associados	% Reuniões / assembléia	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Eficácia da gestão	% Boa	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Forma de reivindicação dos associados	% Reunião;	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Funcionamento da associação	Anos consecutivos	Sim		Não
	Decisões da diretoria	% Baseadas na assembléia	Sim		Não
	Benefício p/comu	Benefícios	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Consciência asssociativista	Sim	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Projetos realizados	Pela associação	≥60%	≥30% e > 60%	<30%

Quadro 14. Limites dos graus de sustentabilidade ambiental

DIMENSÃO	INDICADORES	PARÂMETROS	GRAU DE SUSTENTABILIDADE		
			ALTA	MÈDIA	BAIXA
AMBIENTAL					
	Preservação ambiental	Área preservada	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Preservação das matas ciliares	% de quem preserva	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Plantio de espécies florestais	% de associados que plantam	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Adoção de práticas ambientais conservacionistas	% Associados que adotam práticas conservacionistas	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Insumos agrícolas utilizados pelos associados	% defensivo agrícola;	≤30%	>30% e ≥60%	>60%
		% fertilizantes;	≤30%	>30% e ≥60%	>60%
		% orgânico.	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Extração de recursos naturais	% Desmatamento	≤30%	>30% e ≥60%	>60%
	Assistência técnica a produção	Boa;	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Práticas agrícolas	% associados que utilizam práticas agrícolas	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Destino do lixo doméstico	% Queima.	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Destino do lixo químico	% Queima	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Destino dos restos de lavoura	% Reaproveita	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Esgoto	% Casas com fossas	≥60%	≥30% e > 60%	<30%
	Abastecimento de água	Casa com água encanada.	≥60%	≥30% e > 60%	<30%

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: NUMA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS.

LOCAL: Assentamento "Oito de Outubro"
Município de Simão Dias – SE.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas.
Mestranda: Ronise Nascimento de Almeida.

QUESTIONÁRIO
Público alvo: Associados

Número do questionário _____

1) Qual a sua origem? Próprio município; Município vizinho (Local)_____; Outro estado _____

2) Onde viviam antes? Zona rural; Zona urbana.

3) Qual a ocupação antes de vir para o assentamento? Agrícola; Outras _____

4) Número de pessoas da família _____; Número de menores _____

5) Qual a principal atividade do assentado? Lavoura; Pecuária; Outra (especificar).

6) Como é feita a comercialização da produção?

Feiras livres; Através da associação; Intermediários; Atacadistas; Agroindústrias.

7) Como você qualifica a assistência técnica? Deficiente; Regular; Bom; Ótimo.

Área cultivada: Coletiva; Individual.

9) Você produz para: Comercialização; Subsistência.

10) A associação repassa alguma recomendação sobre os cuidados com o lixo agrícola para seus associados? Sim; quais? _____; Não.

11) Que (qual dessas) pratica agrícola você utiliza? Cobertura morta; Rotação de culturas; Adubação orgânica; Derrubada total; Queimada controlada; Roçagem química (uso de herbicidas); Uso de fertilizantes químicos; Outras (citar) _____

12) Quem recomenda tais praticas agrícola?

_____

13) Onde você joga fora ou guarda as embalagens de produtos químicos?_____

14) Como você se protege para aplicar os remédios e os venenos? _____

15) Qual ou quais destas práticas o associado realiza: Plantio de espécies florestais; Preservação de matas ciliares; Reflorestamento de nascente e ou margem de rios e; córregos; Delimitação de reservas legais.

16) Quem recomenda? _____

17) Que cuidados a associação recomenda quando ocorre o uso de agrotóxico?

_____

18) Qual a freqüência do uso de adubo químico na propriedade? Anualmente; Semestralmente; Trimestralmente; Mensalmente; Não usa.

19) Qual a freqüência de adubo orgânico na propriedade? Anualmente; Semestralmente; Trimestralmente; Mensalmente; Não usa.

20) A associação desenvolve projetos ou campanhas de conservação ou preservação de recursos naturais? Sim. Como? _____; Não.

21) Onde o senhor (a) esta trabalhando? No próprio lote; Em lotes de terceiros; outro (especificar)._____

22) Qual o grau de escolaridade? _____

23) A associação promove curso de capacitação? Sim; Não.

24) Caso afirmativo, com que freqüência?

Anualmente; Semestralmente; Trimestralmente; Mensalmente; Outros _____

25) Qual o público beneficiário? Dirigentes; Associados; Familiares de associados.

26) Quais os cursos já oferecidos? Cite os mais importantes

_____

27) Qual as condições de sua casa? Alvenaria; Taipa; Madeira; Outros _____

28) Quantos cômodos?_____; Acha sua casa boa? Sim; Não.

29) Onde joga o lixo de casa? Tonéis; Rio; Rua; Outro (especificar) _____

30) Qual o destino do esgoto domestico? Fossa; Rio; Outros _____

31) Que tipo de água é usada nas necessidades domesticas? Encanada e tratada; Encanada e sem tratamento; De córrego ou rio; De poço com tratamento; De poço sem tratamento; Outras_____ _____

32) Qual a área total cultivada? _____ (Há)

33) Qual o tipo de mão de obra utilizada? Familiar; De fora; Ambas.

34) Quantas pessoas trabalham no lote?_____; Quantas alugadas _____

35) Quantas pessoas de até 14 anos trabalham no lote?_____; Alugadas ou de Família?

36) Qual a taxa de renda da família? Baixa (< 2 salários mínimos); Média (2 a 4 salários mínimos); Alta (> 4 salários mínimos)

37) Você participa das atividades da associação? _____

38) Qual sua principal fonte de renda? Agrícola; Pecuária; Atividades da associação; Previdência; Outras _____

39) Quem toma as decisões na associação? A diretoria isoladamente; A diretoria com base nas decisões da Assembléia; O presidente isoladamente; O presidente com base nas decisões da assembléia.

40) Os projetos e atividades da Associação são desenvolvidos com a participação dos associados? Sim; Não.

41) A associação contribui para melhoria da infra-estrutura comunitária? Sim; Não.

42) Que benefícios já foram conseguidos? _____

43)Que tipo de serviço à associação presta a você com referencia a produção e à comercialização dos seus produtos? _____

44) Está satisfeito com a associação? Sim; Não.

Por que?_____

45) A associação tem projetos? Sim; Não.

Se “Sim”, quais os projetos está desenvolvendo? _____

46) Por que você participa desta associação? _____

47) Valor do crédito é suficiente para atender as necessidades? Sim; Não.

48) Houve aumento dos bens dos associados? Sim; Não.

49) Principais produtos cultivados e vendidos;

Classificação	1º. Lugar	2ª. lugar	3ª. lugar
Que mais produz			
Que mais vende			
Considera importante			
Valor Bruto da Produção			

50) Você participa das compras e vendas em comum? Sim, compras; Sim vendas; Não compras; Não vendas.

51) Qual a situação do cumprimento das obrigações financeiras junto aos bancos?

Situação regular, sempre reembolsou as obrigações;

Situação regular, reembolsando e renegociando;

Situação regular, renegociando;

Irregular, mas já reembolsou parte;

Irregular, nunca reembolsou nada;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

PRODEMA

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: NUMA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS.

LOCAL: Assentamento "Oito de Outubro"
Município de Simão Dias – SE.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Augusta Mundim Vargas.
Mestranda: Ronise Nascimento de Almeida.

QUESTIONÁRIO
Público alvo: Dirigentes

Número do questionário _____

Identificação do entrevistado (dirigente)

Nome: _____

Cargo: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____; Escolaridade: _____

Endereço:

_____

Tel:( )_____ Fax: ( ) _____E-mail:_____

Identificação da associação

Identificação da associação: _____

Data da fundação: ___/___/___; Nº. do Registro _____; Livro _____; Folhas (s) _____

Nº. do CNPJ: _____/_____Nº. de associados _____; Atuantes _____; Não atuantes _____

Identificação dos Dirigentes:

Órgão social	Nome	Cargo	Período de mandato
Diretoria			
Conselho fiscal			

1) A associação recebe algum tipo de assistência técnica? Sim; Não.

Pública; órgão responsável _____.

Particular; órgão responsável _____.

Não governamental; órgão responsável _____.

2) Com que freqüência e realizada a assistência técnica?

Nenhuma visita nos últimos 12 meses.

Pelo menos 01 nos últimos 12 meses.

Pelo menos 02 nos últimos 12 meses.

Questões relacionadas com consensualismo e constrangimento

4) Com que finalidade a organização foi criada?

_____

5) Pessoas diferentes de produtores rurais estavam presentes no momento da fundação?

Sim; Não - Se afirmativo qual ou quais?_____

6) Quem coordenou os trabalhos naquela assembléia?

_____

7) Qual o grau de influência política ocorrida na fundação dessa organização?

Nenhuma; Baixa; Indeterminada; Alta; Determinante.

8) Qual o partido ou movimento? _____

9) Você conhece os princípios do associativismo? Sim; Não. Se "Sim", quais _____

10) Capacitação dos dirigentes.

Formação em associativismo acima de 60 %;

Formação em associativismo de 10 % a 60 %;

Formação em associativismo até 10 %;

11) Os associados têm consciência associativista?

Mais de 60 %;

> 30% e <= 60 %

> 0 e < = 30 %

nulo .

12) Como é composto o corpo associativo? Maior parte não tem ligações afetivas; A sua maior parte tem ligações afetivas de parentesco; Outros, especificar _____

13) Qual é a condição para o ingresso na organização? _____

14) Quem pode se habilitar aos cargos diretivos desta organização?_____

15) A atual diretoria divulga os princípios do associativismo? Sim; Não

Se "Sim" como?_____

16) Quantos eventos a organização promoveu no último ano para a divulgação dos princípios do associativismo?_____

17) Oferta de capacitação para seus associados no ultimo ano?

03 ou mais eventos

02 eventos

01 evento

Nenhum evento

18) A associação está vinculada a algum programa de crédito governamental? Sim, qual?_____; Não.

19) Qual a modalidade do financiamento? Própria; Para associados.

20) No caso de financiamento a associados, quantos foram beneficiados?

_____

21) O que aconteceu com a renda média dos associados após o financiamento?

Aumentou; Diminuiu; Não mudou; Não sabe informar.

22) O crédito tem sido suficiente; ou seja:

Tem atendido plenamente às expectativas dos associados quanto á suficiência e oportunidade

Tem atendido parcialmente às expectativas dos associados quanto à suficiência e oportunidade

Não tem atendido plenamente às expectativas dos associados quanto à suficiência e oportunidade

23) Qual a principal fonte de crédito?

_____

24) No caso de financiamento á própria organização o que foi financiado?_____

25) Qual a situação do cumprimento das obrigações financeiras junto aos bancos?

Situação regular, sempre reembolsou as obrigações;

Situação regular, reembolsando e renegociando;

Situação regular, renegociando;

Irregular, mas já reembolsou parte;

Irregular, nunca reembolsou nada;

26) Qual a influência de crédito como fato responsável pela criação da associação?

Extremamente baixa; Baixa; Média; Alta; Extremamente alta.

27) Qual é a influência do crédito como fator responsável pela união dos associados?

Extremamente baixa; Baixa; Média; Alta; Extremamente alta.

28) A diretoria se reúne de quanto em quanto tempo?

_____

29) Estas reuniões têm ocorrido regularmente? Sim; Não.

30) O Conselho Fiscal está atuante? Sim; Não. Sempre foi?

_____

31) No último ano quantas assembléias Gerais foram realizadas?

_____

32) Durante a existência da associação ocorreram quantas eleições de dirigentes? _____

33) Se mais de uma, as eleições foram dentro dos prazos estatutários? Sim; após os prazos. Por quê?_____

34) Nas eleições da associação houve reeleição de dirigentes? Sim; quantas vezes _____ Não.

35) Quais as realizações da associação em caráter coletivo, que aconteceram em 2004? _____

36) A associação fez algum tipo de ação visando a educação dos associados? Sim, quais? _____ ; Não.

37) Associação realiza algum tipo de atividade de promoção cultural? Sim; Não
Se "sim", qual e quem participam das atividades? _____
_____

38) Quantas ações promotoras de educação formal ou informal a associação desenvolveu no último ano? _____

39) A associação tem parcerias formalizadas? Sim; quantas e quais?_____
_____; Não

40) Existe algum programa, plano ou projeto da associação referente ao desenvolvimento da comunidade em geral? Sim, Qual? _____; Não.

41) Que qualidades ou características são observadas na escolha de seus dirigentes? _____

42) A diretoria atual tem Planejamento escrito dizendo quais ações pretende realizar ao longo do tempo? Sim, Não. Como define o planejamento?
_____

43) A associação tem despesas? Sim; Não. Quais? _____

44) Como atende suas necessidades financeiras? _____

45) Os associados contribuem? Sim; Não. Qual a taxa de inadimplência?_____

46) Como se dá o processo de tomada de decisão na associação? _____

47) Algum dirigente já participou ou participa de campanha política partidária? Sim; Não.

48) Qual a importância dessa participação para a associação? _____

49) Qual o grau de autonomia da associação? Planejar (ou executa projetos que vão surgindo); Financeiro (não tem caixa; depende de financiamento; depende de outros repasses)

50) Quantos associados existiam na data da fundação da associação? _____

51) Quantos associados existem hoje? _____

52) Quantos agricultores dentro do assentamento ainda não se associaram? _____

53) Quantas chapas concorreram aos cargos eletivos da Diretoria e do Conselho Fiscal na última eleição de: Diretoria _____ Conselho Fiscal_____

54) Qual é o percentual de freqüência de associados nos eventos promovidos pela associação? _____ % nas assembléias de eleição; ___% e nas outras assembléias _____%.

55) Qual é a forma preferida pelos associados para reivindicar ação da Diretoria? _____

56) Qual o grau de envolvimento dos associados nas atividades da associação?

Muito participativo; Participativo; Alheio; Ausente.

57) As obrigações legais anuais da associação estão em dia? Sim; Não.

58) Quais os impostos à associação recolhem aos cofres públicos? _____ ; Nenhum.

59) A associação parou de funcionar por algum tempo? Sim; Por quanto tempo _____ e porque parou _____; Não.

60) Em 2004, a diretoria realizou eventos técnicos na área de produção? Sim; Não

61) Como é sistema de produção utilizado?

Sistema tradicional sem orientação técnica; Sistema tradicional com orientação técnica;

Sistema moderno indicado pela assistência técnica.

62) Em 2004, a diretoria realizou curso de capacitação para seus associados? Sim; Quais? _____ ; Não.

63) Quantos associados foram capacitados em 2004? _____

64) Como a diretoria se comunica com os associados? Comunicação oral em reunião; Por correspondência; outros _____.

65) O método de comunicação utilizado pela atual direção permite bom entendimento entre a diretoria e associados? Sempre; ; Nunca; Maioria das vezes; Minoria das vezes.

66) Qual o equipamento a associação possui? Computador; Veículo; Sala de reunião; Telefone; outros _____

67) Quais os bens coletivos a associação possui? _____

68) Como eles foram adquiridos? Doação; Recurso próprio; Financiamento.

69) Como classifica a associação quanto à disponibilidade de infra-estrutura e equipamento?

Equipada; Mais ou menos equipada; Insuficientemente equipada.

70) Armazenamento da produção:

Não existem depósitos adequados; Existem silos, depósito, etc. em quantidades insuficientes; Existem depósitos em quantidade suficientes

71) Quantos trabalhadores associados foram capacitados através da associação? _____

72) Quantos trabalhadores associados estão trabalhando no assentamento? _____

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo